

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE LETRAS E ARTES - FALA
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS**

**A REGÊNCIA VERBAL EM UMA PERSPECTIVA VARIACIONISTA: uma
proposta intervencionista para o ensino fundamental**

MOSSORÓ-RN
2018

VERA LÚCIA DE FREITAS SILVA

A REGÊNCIA VERBAL EM UMA PERSPECTIVA VARIACIONISTA: uma proposta intervencionista para o ensino fundamental

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Chicon Alves

MOSSORÓ-RN
2018

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

S586r Silva, Vera Lúcia de Freitas Silva
A REGÊNCIA VERBAL EM UMA PERSPECTIVA
VARIACIONISTA: uma proposta intervencionista para o
ensino fundamental. / Vera Lúcia de Freitas Silva. -
Mossoró, 2018.
120p.

Orientador(a): Prof. Dr. Gilson Chicon Alves.

Dissertação (Mestrado em Programa de Mestrado
Profissional em Letras). Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte.

1. Programa de Mestrado Profissional em Letras. 2.
Variação Linguística. 3. Regência Verbal. I. Alves, Gilson
Chicon. II. Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte. III. Título.

A dissertação *A regência verbal em uma perspectiva variacionista: uma proposta intervencionista para o ensino fundamental*, de autoria de Vera Lúcia de Freitas Silva, foi submetida à Banca Examinadora, constituída pelo PROFLETRAS/Mossoró, como quesito parcial necessário à obtenção do grau de Mestre em Letras, outorgado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Professor Orientador: Prof. Dr. Gilson Chicon Alves

Dissertação defendida e aprovada em 27 de fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilson Chicon Alves
Orientador
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Roberto Alves Barbosa
1º examinador
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Cid Ivan da Costa Carvalho
2º examinador
Universidade Federal do Semi-Árido

MOSSORÓ-RN
2018

RESUMO

Esta pesquisa discorre acerca da regência verbal a partir da concepção sociolinguística. O objetivo foi intervir na sala de aula da Educação de Jovens e Adultos a fim de proporcionar uma visão variacionista da língua a partir da abordagem da regência verbal. Utilizou-se como referencial teórico gramáticos tradicionais como Bechara (2009), Sacconi (2011) e Cereja e Magalhães (2012). Para amparar a perspectiva sociolinguística, utilizou-se como referência autores como Bagno (2012), Antunes (2007), Bortoni-Ricardo (2004) e Possenti (1998). O procedimento metodológico utilizado foi o quantitativo e o qualitativo, além do intervencionista. Como resultados, percebeu-se que os discentes sentiram mais facilidade em responder a questões diretas do que em responder a exercícios realizados por meio dos gêneros textuais tirinha e letra de música. Foi visto também que a regência verbal que os alunos sentiram mais facilidade foi *namorar*, ao passo que sentiram mais dificuldade com o verbo *lembrar*. Percebeu-se, também, a evolução promovida no que tange ao domínio da regência padrão dos verbos estudados após a intervenção.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variação linguística. Regência Verbal.

RESÚMEN

Esta investigación discurre sobre la regencia verbal a partir de la concepción sociolingüística. El objetivo fue intervenir en el aula de la Educación de Jóvenes y Adultos a fin de proporcionar una visión variacionista de la lengua a partir del abordaje de la regencia verbal. Se utilizó como referencial teórico gramáticos tradicionales como Bechara (2009), Sacconi (2011) y Cereza y Magallanes (2012). Para amparar la perspectiva sociolingüística, se utilizó como referencia autores como Bagno (2012), Antunes (2007), Bortoni-Ricardo (2004) y Posenti (1998). El procedimiento metodológico utilizado fue el cuantitativo y el cualitativo, además del intervencionista. Como resultados, se percibió que los discentes sintieron más facilidad en responder a cuestiones directas que en responder a ejercicios realizados por medio de los géneros textuales tira y letra de música. Se vio también que la regencia verbal que los alumnos sintieron más facilidad fue a *salir*, mientras que sentían más dificultad con el verbo *recordar*. Se percibió, también, la evolución promovida en lo que se refiere al dominio de la regencia estándar de los verbos estudiados después de la intervención.

Palabras clave: Sociolingüística. Variación lingüística. Regencia Verbal

*Quem você, tão presunçoso,
pensa que é para julgar coisas tão
elevadas com a curta visão de
que dispõe?*

(Dante Alighieri. Divina Comédia)

AGRADECIMENTOS

Todos os dias recebemos os milagres de Deus. Concluir este mestrado é um deles. Sem Deus, nada seria possível. É a Ele a quem primeiramente agradeço.

Agradeço a meus pais, José Nazareno da Silva e Maria Luciana de Freitas Silva, responsáveis por minha formação humana. Eles são a base de tudo.

Agradeço a meus irmãos, José Nazareno da Silva Júnior e Paolo Augustus de Freitas Silva pelos momentos de apoio, compreensão e de divertidas brigas.

Agradeço a meu esposo Marcello Gurgel de Souza, por sempre me ajudar e ser a pessoa que eu sempre quis em minha vida.

A minha filha Laura de Freitas Gurgel, que me fez conhecer a força e o sentido do verdadeiro amor.

Agradeço a meus professores do ProfLetras, em especial ao meu orientador, Gilson Chicon, pelos constantes incentivos e conhecimentos compartilhados.

Agradeço a Candice por sua atenção, disponibilidade e dedicação à Turma 3 do ProfLetras.

Agradeço aos colegas do ProfLetras, especialmente Lucivan Palhano e Edilene Fernandes, que compartilharam mais intensamente os anseios, as dúvidas e o desenvolvimento de cada capítulo desta dissertação.

Novamente, agradeço a Deus por estas pessoas maravilhosas que me cercam e que integram esta vitória.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	A LÍNGUA E A GRAMÁTICA.....	11
2.1	A GRAMÁTICA TRADICIONAL.....	11
2.2	A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	16
2.3	NORMA CULTA E NORMA PADRÃO.....	18
2.4	A NOÇÃO DE ERRO: PARA QUE SERVE?.....	22
2.5	A REGÊNCIA VERBAL.....	23
2.5.1	A visão da gramática tradicional.....	27
2.5.2	A visão da Sociolinguística.....	34
2.5.2.1	A regência do verbo IR pela perspectiva da sociolinguística.....	36
2.5.2.2	A regência dos verbos ESQUECER e LEMBRAR pela perspectiva da sociolinguística.....	37
3	A METODOLOGIA.....	40
3.1	OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE UTILIZADOS NA PESQUISA INTERVENCIÓNISTA.....	75
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	82
4.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO.....	82
4.2	A INTERVENÇÃO.....	93
4.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZADO.....	94
4.4	O QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO COMPARADO AO QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZADO.....	106
4.5	OS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO.....	110
4.6	A PÓS INTERVENÇÃO.....	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	118

1. INTRODUÇÃO

A variação linguística integra a comunicação humana desde o início dos tempos. Na verdade, a língua só não passa por transformações se estiver morta. Se viva, é passível de variações, com a influência de fatores diversos.

A corrente que reconhece a variação linguística, defendida por linguistas e sociolinguistas, encontra óbices em gramáticos tradicionais, em alguns professores e na sociedade em geral. Com efeito, há um certo consenso social de que para falar e escrever bem é preciso dominar a linguagem padrão, com a difusão da existência de uma língua única e uniforme.

Ocorre que perpetuar esse entendimento acerca da língua portuguesa gera cidadãos e alunos inseguros quanto ao seu uso, certos de que não sabem e não dominam. A sensação é de que também não conseguirão dominar, apesar de professores repetirem, à exaustão, regras gramaticais, e proponham exercícios e avaliações. A crença de incompetência linguística é bastante comum entre os alunos.

As variações da língua, em alguns ambientes escolares, são tratadas como diferentes, sendo postas à margem. Em outras palavras, deve prevalecer na escola, sobre qualquer outra forma de linguagem, o ensino da variedade padrão.

Imperioso, nesse contexto, a adoção de práticas pedagógicas, por parte do professor, que desmistifiquem essa visão da linguagem – valorizada e reconhecida quando se manifesta em sua variedade padrão.

A partir da adoção de práticas pedagógicas pontuais, não se pretende extinguir tal visão, considerando que não se trata simplesmente de uma questão pedagógica, mas atenuá-la, primeiramente no ambiente escolar para que, aos poucos, se expanda para a sociedade.

É necessário que se desenvolva um trabalho que não ponha a variação linguística à margem, tratando-a como se não existisse, mas conciliar as possibilidades de variação com o ensino do português padrão.

É indiscutível que é papel da escola ensinar o português padrão, mas não apenas ele. Sabe-se que, ao ensinar o português padrão, a escola

favorece a ampliação da competência linguística do aluno, sendo uma forma também, para eles, de ascensão social.

No entanto, o ensino do português padrão não pode prestar-se a mascarar a existência de uma linguagem comum, corrente, viva e posta em fluxo pelos falantes. O ensino do português padrão não pode, em outras palavras, impedir que o aluno-falante se reconheça na própria língua, como acontece em diversos ambientes escolares.

Esta pesquisa propõe uma prática pedagógica que considera a perspectiva variacionista da regência verbal, conteúdo curricular obrigatório na disciplina de Língua Portuguesa do ensino fundamental. A partir de tal perspectiva, os alunos serão instigados a perceberem e compararem a diferença entre o modo que falam e escrevem no cotidiano e o que estabelece a gramática normativa.

Com isso, pretende-se que eles possam refletir sobre a variação linguística como sendo real, efetiva, concreta, ou seja, que é inadmissível não abordar em sala de aula, dada a sua existência.

O objetivo geral é intervir na sala de aula da Educação de Jovens e adultos a fim de proporcionar uma visão variacionista da língua a partir da abordagem da regência verbal.

No tocante aos objetivos específicos, pretende-se apresentar o conceito de variação linguística a partir da apresentação dos fatores que influenciam na variação.

Outro objetivo consiste em diferenciar norma padrão e norma culta, além de debater com os discentes a existência do preconceito linguístico.

A pesquisa estrutura-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, será abordado o conceito de gramática tradicional, como também de regência verbal, tanto pela ótica tradicional como pela visão da Linguística e da Sociolinguística. Em seguida, será feita a comparação entre o tratamento tradicional da regência verbal e o dispendido à matéria pelos sociolinguistas.

No segundo capítulo serão expostos e comentados os instrumentos de intervenção, quais sejam, os slides a serem utilizados no decorrer das aulas, como também os questionários que serão aplicados e suas expectativas de respostas.

O terceiro capítulo será composto pela exposição e análise dos resultados obtidos a partir da intervenção.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi adotada a seguinte sequência: inicialmente, por se tratar de uma pesquisa intervencionista, foi aplicado aos alunos um questionário diagnóstico, o qual objetivava investigar seus conhecimentos prévios, tanto acerca da variação linguística como acerca da regência verbal.

Em seguida, foram ministrados, em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos – EJA, os conteúdos de variação linguística e regência verbal. É importante desde já ressaltar que nenhum desses conteúdos estava contido no livro didático, embora integrem a grade curricular da disciplina de Língua Portuguesa.

Destaque-se que o conteúdo de regência verbal foi ministrado em uma perspectiva variacionista, ou seja, ao mesmo tempo em que foram apresentadas aos alunos as prescrições da gramática tradicional em relação aos verbos *ir, chegar, obedecer, desobedecer, esquecer, lembrar, namorar, pagar, preferir e assistir*, também foi abordada a regência dos referidos verbos considerando seu uso real e contemporâneo.

Após serem ministrados os conteúdos, foi aplicado um questionário para verificação do aprendizado dos alunos no tocante à variedade padrão.

Ressalte-se que, com a proposta intervencionista descrita, a língua padrão será ensinada não por meio de meras regras sem sentido, mas por meio de reflexão acerca do uso autêntico da linguagem.

2 A LÍNGUA E A GRAMÁTICA

Neste capítulo, será abordado o conceito de gramática tradicional, como também de regência verbal, tanto pela ótica tradicional como pela visão da Linguística e da Sociolinguística.

O capítulo está estruturado dessa maneira para que se possa compreender, inicialmente, o que é a gramática tradicional, em que ela se alicerça e por que seu conteúdo é considerado modelo de língua pela sociedade.

Serão expostos também conceitos relativos à regência verbal, conteúdo gramatical que é constantemente objeto de vigilância pelos tradicionalistas. Em seguida, será feita a comparação entre o tratamento tradicional da regência verbal e o dispendido à matéria pelos sociolinguistas.

Espera-se que os apontamentos favoreçam a percepção de que as mudanças na regência de alguns verbos da Língua Portuguesa são fenômenos inerentes à dinamicidade da linguagem, e não uma forma de corrompê-la.

2.1 A GRAMÁTICA TRADICIONAL

Inicialmente, importa elucidar que não é possível conhecer uma língua sem antes conhecer sua gramática. Ainda que de forma intuitiva e inconsciente, crianças bem pequenas, em torno de dois anos, já sabem a gramática de sua língua. Aprende-se primeiro a gramática para depois aprender a língua. É nesse sentido que Antunes (2007, p. 26) assegura que “...não existe língua sem gramática. Nem existe gramática fora da língua”.

Imperioso iniciar com essa assertiva para rechaçar a crença de que os falantes do português do Brasil não sabem gramática. Mas que tipo de gramática não sabem, já que desde os primeiros anos de vida dominam regras relativas, por exemplo, à ordem de colocação das palavras nas frases?

Seguindo esta linha de entendimento, dificilmente um falante de português brasileiro dirá “menino o”, ou ainda “a menino”, levando a afirmar que tal falante conhece também preceitos morfossintáticos da língua. Por que, ainda assim, alguns afirmam não “saber gramática”?

Bagno (2000) distingue gramática tradicional – GT – e gramática normativa – GN. Para ele, a GT é a doutrina, a ideologia, materializada pela GN. Enquanto a GT está no mundo das ideias, a GN pertence ao mundo físico. Mais precisamente, afirma que a GN é corpo, a GT é espírito (BAGNO, 2000).

Tal distinção explica o fato de as GNs diferirem umas das outras, apresentando, por exemplo, mudanças ao longo do tempo, como também variações idiossincráticas, entendidas como as relativas à forma individual de cada gramático perceber a língua (BAGNO, 2000).

O referido autor não deixa de enfatizar a relevância da GT, afirmando que se trata de “...um patrimônio cultural do Ocidente, um monumento inestimável de saberes acumulados ao longo de mais de dois milênios” (BAGNO, 2000, p. 16).

Com efeito, não se pretende questionar o valor e a importância da GT para a ciência, a linguística e a filosofia. Debate-se, sim, a imposição desta gramática como um conjunto de normas inflexíveis, um modelo perfeito de língua, desprezando as demais formas. É essa distorção ideológica que cerca a GT.

É o que Pierre Bourdieu, sociólogo francês do século XX, denominou violência simbólica, consistente no controle de um estrato social sobre o outro, ou seja, de uma minoria que conhece as normas gramaticais e por isso se julga superior aos demais falantes. Trata-se de uma forma de dominação e, principalmente, de exclusão (SILVA, 2013).

Em outras palavras, significa dizer que a única linguagem aceitável e correta é aquela que está de acordo com as regras previstas na gramática normativa, e são poucos os que têm acesso a ela.

Ainda de acordo com Bourdieu, no campo da linguagem, a convicção de que apenas o conhecimento da gramática tradicional tem valor se transformou em *habitus*, ou seja, passou a ser uma verdade geral, não questionada e reproduzida, ainda que inconscientemente, pelos falantes da língua (SILVA, 2013).

Perini (1989, p.5) faz a seguinte explanação acerca das falhas da gramática tradicional:

As falhas da gramática tradicional são, em geral, resumidas em três grandes pontos: sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variante da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes.

A predominância de normas, como aponta Perini, pode ser elencada como uma das principais deficiências da GT, que se ocupa em elaborá-las como se fossem verdades universais, mas sem se preocupar com a consistência teórica de tais normas, que são permeadas por incoerências e contradições (PERINI, 1989).

Considerando a ciência linguística moderna, Bagno (2015, p. 283) apresenta a definição de gramática como as “propriedades internas de uma língua que configuram seu sistema fonomorfossintático e a diferenciam de outras línguas”.

A partir dessa definição, faz-se necessário mostrar a diferença existente entre ensinar gramática e estudar gramática: enquanto esta investiga o funcionamento da língua, aquela se preocupa em simplesmente reproduzir regras. Tais regras, destaque-se, descrevem e prescrevem modelos de como falar e escrever bem, e não tratam do funcionamento real da língua (BAGNO, 2015).

Ainda que o objetivo da escola seja, *também*, ensinar o português padrão, esse ensino não pode e não deve ser centrado na reprodução de regras gramaticais, pois não é o conhecimento dessas regras que fará o aluno escrever de acordo com as convenções da escrita, produzir bons textos (orais ou escritos), ou ainda desenvolver sua criticidade.

O ensino de língua portuguesa deve se realizar de modo a favorecer o desenvolvimento da competência linguística do aluno não fazendo conhecer apenas o modelo de língua previsto na GT, mas também as suas variações.

Entende-se que tanto o português padrão como suas variações podem coexistir, não precisam se anular. Noutro falar, significa que reconhecer uma modalidade de língua não significa necessariamente anular a outra. Ao contrário, trabalhar com essa perspectiva pode tornar o estudo da linguagem mais atrativo para o aluno, já que ele pode constatar que é possível estudar a linguagem real, a que faz parte do seu cotidiano e da sua cultura.

Sendo assim, não é possível, no ensino atual de língua materna, desconsiderar as variações do português brasileiro.

Rocha (2007, p. 15), a esse respeito, afirma:

(...) o objetivo primordial da escola é ensinar o português padrão. À escola cabe desenvolver as diversas competências linguísticas e comunicativas do aluno, nos mais variados registros, níveis, circunstâncias e aplicações, para que o aluno se torne, na expressão de Evanildo Bechara, “um poliglota dentro de sua própria língua”.

Rocha (2007) defende que o objetivo primordial da escola é ensinar o português padrão, mas o aprendizado dessa modalidade de língua não deve ser realizado por meio do estudo da gramática. Assegura que a gramática não é necessária ao aprendizado da língua padrão, sendo inclusive prejudicial ao ensino de português. Para ele, estudar a língua é diferente de estudar gramática.

Esse autor destaca a importância da prática da leitura e da escrita para o desenvolvimento de sua proposta. Essas atividades é que moldarão os “ouvidos” dos alunos e os habituarão ao contato constante com os mais diversos tipos de textos em língua portuguesa, além de servirem, é lógico, como um conduto para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da criatividade.

Perini (1989, p: 86-87) corrobora dizendo:

Uma exigência que a civilização faz do homem moderno é que seja capaz de adquirir conhecimentos técnicos a partir de textos escritos (mesmo que seja apenas como montar uma estante); e que seja capaz de obter informações cruciais para sua participação na vida política de sua comunidade e do País – informações que lhe chegam, principalmente, através de material escrito: jornais, revistas, comunicados, manifestos.

Como se observa, é indispensável proporcionar ao aluno o conhecimento acerca da norma culta da língua, porém a forma como esse conhecimento é transmitido fará uma grande diferença sobre a percepção do estudante acerca da gramática e da língua.

Importa reiterar, portanto, que o êxito no ensino de língua portuguesa vai além da mera transmissão e reprodução de aspectos fonológicos,

morfológicos e sintáticos contidos na gramática normativa. Faz-se necessário garantir o acesso a bons textos (por meio da leitura e da produção textual) para que o aluno verifique, na prática, o funcionamento da língua.

Examinar o funcionamento da língua consiste em, dentre outros fatores, entender que ela é variável e dinâmica, e não estática e rígida. Eis a importância de se tecer considerações sobre a variação linguística.

2.2 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Quando se fala em língua portuguesa, vem de imediato à mente a noção de que se trata de uma língua única e, por que não dizer, uniforme. Essa noção leva os alunos a afirmarem, com segurança, que não dominam a língua portuguesa porque não dominam normas específicas do português padrão.

Como consequência disso, alguns se distanciam da disciplina de Língua Portuguesa, desenvolvendo, em maior ou menor grau, rejeição por ela. Ora, justamente por se tratar da língua materna é que não deveria haver maiores dificuldades de aproximação. No entanto, é justamente o que acontece, talvez em virtude – também – de práticas equivocadas de ensino da língua. Percebeu-se, nesse contexto, a necessidade de compreender o que origina a “dificuldade” dos alunos no que diz respeito ao domínio da Língua Portuguesa.

Ao final do século XIX e início do século XX, uma ciência passa a estudar e registrar o uso oral da língua, observando seu mecanismo de funcionamento e reconhecendo a importância da fala: a Linguística.

O livro Curso de Linguística Geral, do suíço Ferdinand de Saussure, datado de 1916, marca o nascimento da Linguística moderna. Essa nova ciência revolucionou os conceitos tradicionais de língua, pois, apesar de não desprezar a escrita, priorizava a língua falada. “Entretanto, a linguística, ciência cujo objeto material é a descrição das línguas, nem sempre incluiu no seu escopo a preocupação com aspectos de natureza social” (MONTEIRO, 2001, p. 13-14).

Segundo esse autor, Saussure “excluiu das tarefas da linguística a preocupação com os elementos de ordem social e pressupôs a

homogeneidade como requisito básico para a descrição da língua” (*ibidem*, p. 14).

Dessa forma, o surgimento de uma outra ciência que aprofundasse o estudo da linguagem e reconhecesse a relação entre língua e sociedade se fez necessário. Para tanto, nasce a Sociolinguística, e “um dos primeiros a tentar especificar o conteúdo e o alcance da sociolinguística foi William Bright (1966), para quem esta disciplina teria como objeto a diversidade linguística, em seu sentido mais amplo” (*idem, ibidem*: 25).

A Sociolinguística aparece na década de 60, nos Estados Unidos, apresentada através do trabalho de William Labov. De acordo com Alkmim (2001, p. 31),

O objeto da sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações gerais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos.

Citando Bagno (2001, p. 43), “a sociolinguística veio mostrar que toda língua muda e varia, isto é, muda com o tempo e varia no espaço”. Assim, essa ciência inovou os preceitos até então imutáveis perpetuados pela GT de que a língua é homogênea e invariável.

Antunes (2007, p. 95), reitera:

O fenômeno da variação das normas linguísticas é (...) um fenômeno inerente à própria natureza das línguas. O mal foi termos atribuído a esse fenômeno da “variação” uma conotação negativa. Aí, então, mudança linguística, como já referi, passou a significar decadência, degeneração ou coisa que o valha. Nessa ótica, o movimento da língua é, então, inexoravelmente, um movimento que vai do melhor para o pior. Isto é, a forma “melhor” da língua é aquela do passado, anterior às mudanças de agora.

Assim, enquanto a GT defendia que a língua deveria ser falada como era escrita, a Sociolinguística tentava esclarecer que a escrita é diferente da fala, e que esta sofre influência de fatores como idade, sexo, escolaridade, origem geográfica do falante, além de outros de ordem subjetiva, como intencionalidade discursiva, por exemplo.

Dessa forma, acontece o que podemos chamar de ampliação dos estudos sociolinguísticos. Monteiro (op. cit, p. 26), citando Baylon (1991), diz que

Se em sua fase inicial a sociolinguística tinha por tarefa descrever as diferentes variedades que coexistem dentro de uma comunidade de fala, relacionando-as com as estruturas sociais, hoje ela engloba praticamente tudo o que diz respeito ao estudo da linguagem em seu contexto sociocultural.

Com a ampliação dos estudos sociolinguísticos, vão-se desenvolvendo outros trabalhos de natureza linguístico-social que já não se enquadram mais no âmbito da Sociolinguística variacionista. Nesse momento, já se percebe a necessidade de uma ramificação dessa ciência. Surge a Sociolinguística Interacional que, de acordo com Ribeiro e Garcez (1998, p. 09),

propõe o estudo do uso da língua na interação social (...). Conversas do dia-a-dia representam o dado mais comum, mas vários trabalhos analisam também outros gêneros discursivos, como, por exemplo, a entrevista (...), a consulta médica (...) e o discurso em sala de aula.

A linguagem não existe sem sociedade, uma não está dissociada da outra. Em outras palavras, a língua é fruto da interação social entre os falantes. A Sociolinguística, em qualquer de suas ramificações, reconhece não apenas a linguagem de prestígio, mas também a linguagem popular, porque ela existe, é um fato linguístico real, vivo, concreto, observável.

O acesso à Sociolinguística, por sua vez, não deve estar restrito apenas aos especialistas da linguagem. Os alunos de ensino fundamental e médio não devem ser privados de conhecer e refletir sobre os fenômenos linguísticos, visto que eles fazem uso concreto da língua, além de se considerar que estão em fase de aprendizagem.

É fato também que o surgimento da Sociolinguística, como se verá a seguir, contribuiu para a redefinição de norma culta, norma padrão e o conceito de erro.

2.3 NORMA CULTA E NORMA PADRÃO

A norma culta é definida por gramáticos e literatos como o “padrão linguístico que socialmente é considerado modelar e é adotado para o ensino nas escolas e para a redação dos documentos oficiais (PASQUALE e INFANTE: 2002, p. 16).

A norma culta é, para eles, um modelo idealizado, a língua utilizada de forma perfeita. Para Possenti (1998, p. 64-65), norma culta é o “conjunto de regras relativamente explícitas e relativamente coerentes, que, se dominadas, poderão produzir como efeito o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral)”.

Antunes (2007, p. 87), por sua vez, corrobora:

a norma culta, na compreensão tradicionalmente veiculada pela escola, corresponde àquele falar tido como “modelar”, como “correto”, segundo as regras estipuladas nas gramáticas normativas. Constitui, portanto, a representação do que seria o falar exemplar – aquele “sem erros” – por isso mesmo, o mais prestigiado socialmente.

A supracitada autora acrescenta ainda que “a norma culta é um requisito linguístico-social próprio para as situações comunicativas formais, sobretudo para aquelas atividades ligadas à escrita (ANTUNES: 2007, p. 88).

Ela ressalta, no entanto, que o uso da norma culta não se limita à escrita, se aplicando também à fala, esclarecendo que ela “é requisitada mais pelo caráter de formalidade da comunicação do que pelo fato de ela ser falada ou escrita” (ANTUNES: 2007, p. 89).

Ainda segundo Antunes (2007, p. 91),

o conceito de *norma culta* corresponde aos usos que se consideram mais adequados aos contextos (orais e escritos) de uso da língua formal, aceitando-se, ainda que essa *formalidade da língua* pode admitir graus e variações diversos.

A autora faz a distinção entre norma culta ideal e norma culta real. Enquanto a primeira corresponde à expectativa de uso da língua considerada culta, a segunda corresponde aos usos que realmente ocorrem, os concretamente realizados pela comunidade incumbida de transmitir a informação pública e formal: repórteres, cronistas, cientistas, escritores, legistas, entre outros (ANTUNES, 2007).

Essa distinção é bastante relevante para o presente estudo, pois reconhece que a norma culta real é heterogênea, e, portanto, passível de usos variados, ou seja, é objeto de alterações e variações.

A definição de norma padrão, por sua vez, associou-se, em um determinado período da história brasileira, à tentativa da sociedade letrada de garantir a uniformidade da língua, livre de influências regionais (ANTUNES, 2007).

De acordo com Antunes (2007), foi uma tentativa nobre na medida em que, havendo uma língua igual para todos, não haveria nada que impedisse ou dificultasse o acesso a informações gerais.

A consequência, contudo, não foi essa, visto que o parâmetro para a língua igual para todos corresponderia à norma culta ideal, fazendo com que a norma padrão fosse regulada pelo que a classe social de prestígio julgava como o bom uso da língua. Seguindo esse raciocínio, os usos que não se enquadraram nesse padrão foram considerados inferiores (ANTUNES, 2007).

Em outras palavras, essa língua igual para todos corresponderia à língua culta ideal, o que leva a afirmar que a norma padrão é regulada pela norma culta.

Entende-se, portanto, que embora sejam usadas muitas vezes como sinônimos, a norma padrão é na verdade um desdobramento, uma projeção cuja referência é norma culta ideal, um padrão de língua a ser seguido porque é o culto e o detentor de prestígio (ANTUNES, 2007).

Nesse contexto, qualquer manifestação da linguagem que não integre o padrão da língua conseqüentemente não corresponde ao que é culto, não sendo tratada apenas como diferente, mas sendo inferiorizada, desvalorizada.

Para Bagno (2015), norma culta e norma padrão também não são a mesma coisa, e não devem tais termos ser usados como sinônimos. De acordo com ele, a norma culta corresponde às múltiplas variedades do português brasileiro, incluindo as dos falantes detentores de maior prestígio social e econômico.

A norma padrão, em contrapartida, diz respeito

à ideologia linguística veiculada pela tradição gramatical normativa, àquilo que uma longa tradição prescritivo-normativa, inspirada na literatura portuguesa do século XIX e em conceitos arcaicos de

beleza e elegância herdados do pensamento gramatical greco-latino, criou no imaginário linguístico das pessoas, sobretudo das camadas privilegiadas da população (BAGNO, 2015, p. 319-320).

De acordo com essa concepção, é possível afirmar que a linguagem pode ser culta sem ser padrão, visto que, ainda que adotada por grande parte da população, estando presente inclusive nas produções escritas mais monitoradas, pode ser rejeitada pela norma padrão, que considera erro tudo que está em desacordo com suas prescrições (BAGNO, 2015).

É preciso que esteja muito clara a diferença entre norma-padrão e norma culta. Para tanto, imperioso reiterar a distinção feita por Bagno (2012, p. 984):

Norma-padrão: conjunto de regras prescritivas, inspirado no uso literário de alguns poucos escritores do passado considerados como exemplares e como modelos a ser imitados (...) Tradicionalista, elitista e conservadora, essa norma-padrão leva muitíssimo tempo para acolher inovações linguísticas e, mesmo assim, somente aquelas que podem ser encontradas na obra dos escritores que acabam por se consagrar como nomes importantes do cânone literário. Além disso, ela vem atrelada a uma doutrina gramatical pré-científica, baseada nos postulados dos gramáticos da Antiguidade Clássica e, por conseguinte, refratária a novas análises teóricas advindas das ciências da linguagem contemporâneas.

Percebe-se, por esse conceito, que é justamente a norma-padrão que é objeto de ensino de língua na escola. Ela difere da norma culta que, nas palavras de Bagno, é o (2012, p. 984):

(...) conjunto formado pelas variedades urbanas de prestígio, faladas e escritas por cidadãos e cidadãs com vivência urbana e elevado grau de letramento (objetivamente quantificado pela posse de um diploma de curso superior). Essas variedades urbanas de prestígio (com suas evidentes diferenças regionais) é que são, de fato, o objeto de desejo da maioria dos falantes que não as dominam e que pretendem, com elas, ascender socialmente. É essa norma culta real (e não ideal, como a norma-padrão) que define realmente o que é considerado “erro”, uma vez que seus usuários aceitam e empregam formas linguísticas condenadas pela norma-padrão tradicional, mas já perfeitamente incorporadas às variedades urbanas de prestígio – ela é que deve ser o objeto e o objetivo do ensino de língua na escola.

Ao longo dessa pesquisa, será visto que, no caso da regência verbal, determinados usos da linguagem diferem daquilo que é preconizado pela norma-padrão tradicional. Pelo fato de diferirem, a escola convenientemente

tacha de “erro” todas as manifestações linguísticas diferentes da padrão. Por que isso acontece?

2.4 A NOÇÃO DE ERRO: PARA QUE SERVE?

No Brasil, existe uma língua institucionalizada, a portuguesa, e a partir dessa única língua existem incontáveis variedades. Por isso, não se deve confundir monolinguismo (língua única) com homogeneidade linguística (língua que não apresenta variedades) (BAGNO, 1999).

Considerando essa perspectiva, o que vem a ser erro? Nas palavras de Possenti (1998, p. 78-79), “a noção mais corrente de erro é a que decorre da gramática normativa: é erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem”.

Bagno (1999, p. 26), por sua vez, afirma que “quando se trata de língua, só se pode qualificar de erro aquilo que comprometa a comunicação entre os interlocutores”. Portanto, expressões sem sentido, através das quais não se consiga haver entendimento entre as partes, podem ser consideradas incorretas. Dificilmente, um falante desconhecerá a gramática de sua língua, ou seja, seu mecanismo de funcionamento, já que esta está internalizada e seu aprendizado faz parte do desenvolvimento humano.

“Como é possível, então, falar de erro se a construção não causa estranheza a falantes cultos e é perfeitamente assimilada do ponto de vista semântico e pragmático, se não há nenhuma ambiguidade em sua interpretação”? (*idem, ibidem*, p. 113).

Cagliari (1997, p. 35) diz que:

A língua portuguesa, como qualquer língua, tem o certo e o errado somente em relação à sua estrutura. Com relação a seu uso pelas comunidades falantes, não existe o certo e o errado linguisticamente, mas o diferente (...). É bom observar que um falante nativo não comete erros linguísticos a não ser em situações raríssimas, e mesmo nesse caso sabe que errou e procura se corrigir imediatamente. Agem dessa forma não só os adultos como também crianças.

Retomando o exposto por Possenti (1998), a noção de erro diz respeito a tudo que não está de acordo com a gramática normativa, seja nos aspectos

fonológicos, morfológicos ou sintáticos, o que inclui os fenômenos variacionais da língua.

O conceito de erro serve, portanto, para dividir a linguagem em duas: enquanto uma tem valor, a outra é totalmente desprezada. Trata-se de uma conveniência, de um disfarce utilizado para excluir os usuários da língua que não dominam as regras e as normas impostas histórica, cultural e socialmente pela gramática tradicional.

Entre outros conteúdos gramaticais, o de regência verbal é especialmente relevante porque é usado como termômetro que permite avaliar o domínio, por parte do usuário da língua, da norma padrão.

Noutro falar, a regência verbal é alvo constante dos vigilantes da língua, os guardiões, aqueles que insistem que há uma única forma de bem falar e escrever: seguir estritamente o que está determinado pela gramática tradicional.

Imperioso, nesse contexto, apontar o conceito de regência verbal, apresentar a classificação tradicional dos verbos quanto à transitividade a fim de melhor compreender a temática. Considerar-se-á, também, o aspecto variacional da língua em relação aos verbos apontados na pesquisa, quais sejam: obedecer/desobedecer, esquecer/lembrar, namorar, pagar, assistir, ir/chegar e preferir, totalizando dez verbos.

2.5 A REGÊNCIA VERBAL

De acordo com Bechara (2010, p. 451), “diz regência, em sentido restrito, o processo sintático em que uma palavra determinante subordina uma palavra determinada. A marca de subordinação é expressa, nas construções analíticas, pela preposição”.

Luft (2008, p. 05), por sua vez, afirma que “derivado de *reger* ‘governar, comandar, dirigir’, é natural que *regência* signifique ‘governo, comando, direção’.” Esse autor explica que a gramática utiliza o termo regência em sentido amplo e em sentido estrito, a saber:

Em sentido amplo, regência equivale a subordinação em geral” (...)
Em sentido restrito, e mais habitual, regência é a subordinação especial de complementos às palavras que os preveem na sua

significação. (...)É, pois, a necessidade ou desnecessidade de complementação implicada pela significação de nomes (substantivos, adjetivos, advérbios) e verbos. (LUFT: 2008, p. 05)

Para ele, “esse necessitar ou prescindir, o verbo, de elementos nominais para completar uma estrutura significativa é o que se chama ‘regência verbal’ ”(LUFT: 2008, p. 05). Para Sacconi (2011, p. 465), regência verbal “é a maneira de o verbo relacionar-se com seu complemento.” Cereja e Magalhães (2012, p. 437), por sua vez, afirmam que ocorre a regência verbal “quando o termo regente é um verbo”.

O estudo da regência verbal, resumidamente, consiste em descrever a relação que o verbo estabelece com seu complemento, por meio da presença ou ausência de preposição. É necessário, nesse momento, apresentar a nomenclatura dos verbos, bem como dos complementos verbais, a serem utilizados nessa pesquisa. Para tanto, a classificação aqui disposta está contida em Bechara (2009), Cereja e Magalhães (2012) e Sacconi (2011).

Para Cereja e Magalhães (2012, p. 285),

transitividade verbal é a necessidade de ter complemento apresentada por alguns verbos. A esses verbos que exigem complemento chamamos de transitivos e aos que não exigem complemento chamamos de intransitivos.

Para esses autores, “objeto direto é o termo que se liga diretamente, isto é, sem preposição, a um verbo transitivo” (CEREJA E MAGALHÃES, 2012, p. 285). Objeto indireto, por sua vez, “é o termo que se liga indiretamente, isto é, por meio de uma preposição, a um verbo transitivo (CEREJA E MAGALHÃES, 2012, p. 285).

Sacconi (2011) pontua que “complementos verbais são elementos substantivos que completam o sentido de um verbo”.

Segundo ele, existem dois tipos de complementos: o objeto direto, que é “complemento que se liga diretamente ao verbo, ou seja, sem o auxílio de preposição. O objeto direto é, enfim, o complemento do verbo transitivo direto” (SACCONI, 2011, p. 378).

Ele continua definindo objeto indireto como “o complemento que se liga indiretamente ao verbo, isto é, por meio de preposição. O objeto indireto é, enfim, o complemento do verbo transitivo indireto” (SACCONI: 2011, p. 378).

Para Bechara (2009, p. 29), intransitivo é o “verbo de significação definida, que não exige complemento verbal”. O gramático continua definindo como transitivo “o verbo que é empregado acompanhado de complemento verbal” (BECHARA, 2009, p. 29).

Em relação aos complementos verbais, Bechara (2009, p. 29) aduz que “o complemento verbal não introduzido por preposição chama-se *objeto direto*”. Bechara (2009, p. 33) afirma que “a tradição gramatical, confirmada pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, chama *objeto indireto* a todo complemento verbal introduzido por preposição necessária”.

Em outra seção, no entanto, Bechara apresenta outra denominação. Ele já não define o complemento verbal com preposição como objeto indireto, e sim como complemento preposicionado:

Ao complemento verbal introduzido por preposição necessária chamaremos, por enquanto, *complemento preposicionado* (...) Dizemos que a preposição é necessária quando a sua não presença ou provoca um uso incorreto da língua ou da modalidade exemplar, ou altera o significado do verbo. A preposição de é necessária em *Diva gosta de Teresópolis*, porque, se usarmos sem preposição *Diva gosta Teresópolis*, estaremos cometendo um erro de português, pois se tratará de uma construção anormal em nossa língua, em qualquer das suas variedades. Já o não emprego da preposição a em *Márcio assistiu o jogo* muda, na norma da língua exemplar, o significado do verbo assistir. Na norma da língua exemplar, há *assistir ao jogo* ‘presenciá-lo’, ‘vê-lo’, e *assistir o doente* ‘prestar-lhe assistência’, ‘socorrê-lo’. Como o verbo está empregado no primeiro significado, deve-se dizer *Márcio assistiu ao jogo*. Nas variedades informal e popular, só há o emprego do verbo *assistir* no significado de ‘presenciar’, ‘ver’, e só aparece construído sem preposição *a*: *assistir o jogo*, *assistir a cena* (BECHARA: 2009, p. 29-30).

Bechara prevê, apesar de toda normatividade exposta, a variedade informal da língua em relação ao verbo *assistir* – construído sem a preposição *a* –, algo que se considera um avanço no tocante à abordagem da língua por um gramático tradicional.

Bechara discorre sobre a questão apontando que a preposição *a*, no caso do verbo *assistir*, não é indispensável ao entendimento, ao uso corrente. Bechara reconhece que há construções que efetivamente estarão erradas ao

se excluir a preposição, visto que estarão sem sentido, como, por exemplo, 'penso você'. É necessário o uso da preposição *em* para que a construção produza sentido.

É diferente do contexto de 'assisti o filme'. Nesse caso, não há prejuízo algum à compreensão, ao entendimento. Para alguns, o prejuízo seria a afronta à prescrição da gramática tradicional.

Luft (2008), embora tenha se dedicado, em seu Dicionário Prático de Regência Verbal, à descrição da regência da língua culta, em registro formal, sobretudo na escrita, deu atenção à evolução na regência verbal. Ele assevera que a regência muda de acordo com o sentimento do povo, e explica:

O "sentimento do povo" quer dizer, em parte, a sensibilidade intuitiva ao sistema de regras (gramática) internalizado, constantemente revalidado e reforçado pelo comportamento linguístico coletivo, e em parte a percepção, também intuitiva, e obediência a tendências evolutivas (a "deriva") da língua, bem como a adaptação a novas necessidades comunicativas (LUFT: 2008, p. 15)

Utilizou, a título exemplificativo, o verbo *namorar*, que de transitivo direto, como 'amar, cortejar', passa a *namorar com*, transitivo indireto, "certamente por causa de traços como 'companhia', 'encontro', ou 'noivado' e 'casamento' (com)". (LUFT: 2008, p. 16).

Cita ainda como exemplo o uso do verbo *obedecer a*, transitivo indireto, alternado com *obedecer alguém* ou *algo*, transitivo direto, como 'ouvir, acatar ou respeitar' e 'observar, seguir' (LUFT, 2008).

Se um verbo, ao longo da evolução da língua, passa a ser utilizado com o sentido de outro, é esperado que ele passe a construir-se da mesma forma. É o que acontece, por exemplo, com os verbos *namorar* e *obedecer*.

Para Bagno (2012, p. 519-520),

As regências verbais mudam com o tempo porque os falantes passam a interpretar de forma nova o significado dos verbos, atribuindo a eles novos sentidos, ou formando paralelismos sintáticos com verbos de significados semelhantes (*assistir* se torna transitivo direto pela analogia semântica com *ver*, *presenciar*, *frequentar*, todos transitivos diretos). Com isso, o modo de construir as frases em que esses verbos aparecem também sofre mudança.

É importante, neste momento, descrever a visão da gramática tradicional acerca dos verbos considerados mais problemáticos no tocante ao uso prescrito e ao uso real para, em seguida, compará-los à visão da sociolinguística.

2.5.1 A visão da Gramática Tradicional

É comum que ainda se confunda o ensino de língua portuguesa com o ensino de gramática, ou seja, das normas gramaticais. Muitos acreditam não ser possível ensinar português se não for através de tal abordagem. O ensino tradicional de gramática, como se sabe, é permeado pela reprodução de regras e normas por meio de exemplos com frases isoladas, em geral descontextualizadas.

Essa tem sido uma das principais críticas em relação à prática de grande parte dos professores de língua materna de priorizar a gramática em detrimento dos demais aspectos da língua, ou seja, os discursivos, os semânticos e os variacionais.

Por esta ótica, é fato que a gramática tradicional não contempla as mudanças que ocorrem na língua, ou seja, suas variações. Toma a língua portuguesa como uma língua única e uniforme e descarta as manifestações que diferirem de seus preceitos.

Como visto, a gramática tradicional prevê normas para a regência dos verbos. Para esta pesquisa, escolhemos estudar aqueles que, pela experiência docente, apresentam maiores divergências no que concerne ao que é prescrito e ao que os falantes realizam.

São eles: *obedecer/desobedecer*, *chegar/ir*, *esquecer/lembrar*, *namorar*, *preferir*, *pagar* e *assistir*, totalizando dez verbos.

Vejam, no quadro a seguir, a abordagem de gramáticos tradicionais no tocante à regência de alguns verbos:

Quadro 1: Comparativo de Regência Verbal

VERBOS	SACONNI	CEREJA E BECHARA MAGALHÃES	
OBEDECER - DESOBEDECER	Sempre transitivos indiretos. Exemplos: Aqui todos obedecem ao regulamento. Aqui ninguém desobedece ao regulamento	São transitivos indiretos e exigem a proposição a. Exemplos: É sinal de irresponsabilidade não obedecer aos sinais de trânsito. Algumas vezes desobedeço aos meus instintos.	Obedecer: pede complemento preposicionado. Exemplo: Os alunos obedeceram ao professor. Nós lhe obedecemos. Desobedecer: --
ASSISTIR	Transitivo direto no sentido de “prestar assistência a, ajudar”. Ex: assistir doentes, pobres, menores. Transitivo direto no sentido de “auxiliar, principalmente como subordinado; assessorar. Ex: Assistir o presidente, assistir o ministro. Transitivo direto no sentido de “fazer ou limpar uma jogada para servir a bola a (o companheiro)”. Ex: Esse é um atacante que prefere assistir os companheiros a finalizar para o gol. Transitivo indireto no sentido de “estar presente, presenciar, ver”. Ex: Assistir a um filme, a um programa, a um jogo. Transitivo indireto no sentido de “caber”. Ex: Não lhe assiste esse direito. Transitivo indireto no sentido de “testemunhar, ver, observar”. Ex:	É transitivo indireto quando significa “ver, presenciar”. Ex: Não gosto de assistir a filmes de ação. É transitivo direto no sentido de “acompanhar, prestar assistência”. Ex: O médico assistiu o doente durante toda a noite. É intransitivo no sentido de “morar, residir”. Ex: Joaquim assiste em Portugal desde que nasceu. É transitivo indireto no sentido de “caber, ser atribuição”. Ex: Assiste a vocês o direito de reclamar.	Pede complemento preposicionado iniciado pela preposição a, quando significa ‘estar presente a’, ‘presenciar’. Ex: Ontem assistimos ao jogo. (...) No sentido de ‘ajudar’, ‘prestar socorro’ ou ‘assistência’, ‘servir’, ‘acompanhar’ pede indiferentemente objeto direto ou complemento preposicionado. Ex: O médico assistiu o doente (objeto direto)/ O médico assistiu ao doente (objeto indireto). (...) Nota: A pouco e pouco os escritores modernos vão adotando o emprego, já vitorioso na língua coloquial, do verbo assistir como transitivo direto no sentido de ‘presenciar’ (...) (BECHARA: 2010, p. 456-457).

Assisti ao
crescimento de
todos vocês.

ESQUECER - LEMBRAR

Transitivo direto ou indireto, mas neste último caso são sempre pronominais. Exemplos: Esqueci todos os meus documentos. Não lembro o seu nome. Esqueci-me de todos os meus documentos. Não me lembro do seu nome.

São transitivos diretos quando não são pronominais, isto é, quando não exigem o pronome se. Exemplos: A garota esqueceu as brigas. Preferiu lembrar só os bons momentos. São transitivos indiretos quando são pronominais, ou seja, quando exigem o pronome se. Exemplos: A garota esqueceu-se das brigas. Preferiu lembrar-se só dos bons momentos.

Lembrar: pede objeto direto na acepção de 'recordar': As vozes lembram *o pai*. No sentido de 'trazer algo à lembrança de alguém', constrói-se com objeto direto da coisa lembrada e indireto da pessoa. Lembrei-*lhe* o aniversário da prima. Na acepção menos frequente hoje de 'algo que vem à memória', tem como sujeito a coisa que vem à memória e objeto indireto de pessoa: Pouco lembram *ao filho as feições do pai*. (*lhe lembram*). Nesse sentido é mais comum o emprego do verbo como pronominal: o filho pouco *lembra das feições* do pai. Deve-se evitar no nível padrão a falta do pronome: O filho pouco *lembra das feições* do pai. Ou ainda a falta do pronome e da preposição: o filho pouco *lembra as feições* do pai. Quem *lembra a* última copa do mundo?

Esquecer: pede objeto direto da coisa esquecida: Eu esqueci *os livros* na escola. Não os esquecemos. A coisa esquecida pode aparecer como sujeito e a pessoa passa a

			complemento: Esqueceram- <i>nos</i> os livros. Esqueceu- <i>te</i> o meu aniversário. <i>Esquecer-se</i> , pronominal, pede complemento preposicionado encabeçado pela preposição <i>de</i> : Esqueci-me <i>dos</i> livros.
PAGAR	Transitivo direto e indireto, com objeto direto para coisa e objeto indireto para pessoa. Ex: Paguei todas as minhas dívidas a meus credores. Podemos empregar a coisa pelo seu proprietário. Ex: Nenhum aluno ainda pagou ao colégio	—	Pede objeto direto do que se paga e indireto de pessoa a quem se paga. Ex: Pagaram as <i>compras</i> (obj. dir.) <i>ao comerciante</i> (obj. ind.). Ex: Pagamos- <i>lhe</i> a consulta. (BECHARA, 2010, p. 461-462).
CHEGAR - IR	—	São intransitivos e exigem a preposição <i>a</i> quando indicam lugar. Exemplos: Cheguei ao cinema com quinze minutos de atraso. Vamos ao teatro amanhã?	Chegar: pede a preposição <i>a</i> junto à expressão locativa. Exemplo: Cheguei ao colégio com pequeno atraso. Observação: o emprego da preposição <i>em</i> , neste caso, corre vitorioso na língua padrão e já foi consagrado entre escritores modernos. O uso padrão continua fiel à preposição <i>a</i> . Ir - não
PREFERIR	Transitivo direto e transitivo indireto. Escolher; achar melhor. Exemplos: Prefira sempre o que é melhor para você. Prefiro maçã a pera. Ele prefere comer macarrão a comer arroz. Não admite	—	É transitivo direto e indireto no sentido de “achar melhor, escolher entre duas ou várias coisas”. Exemplo: Há pessoas que preferem o pranto ao riso. Pede a preposição <i>a</i> junto ao seu objeto indireto. Exemplo: Prefiro o cinema <i>ao</i> teatro. Prefiro estudar <i>a</i> ficar sem fazer nada. Erra-se empregando depois desse verbo a locução <i>do</i> <i>que</i> : Prefiro

	<p>modificadores tais como “mais”, “muito mais”, “milhões de vezes”, “antes”, etc. nem aceita a regência “do que”, que muito se vê na língua popular, por influência da construção <i>É melhor isso do que aquilo</i>, legítima.</p>	<p>estudar <i>do que</i> ficar sem fazer nada. Os gramáticos pedem ainda que não se construa este verbo com os advérbios: <i>mais e antes: prefiro mais, antes prefiro.</i></p>
NAMORAR	<p>No português castiço, é apenas transitivo direto. Exemplos: Luísa namora Calasãs. Quer me namorar, Suzana?</p>	—

Através da análise do quadro apresentado, percebe-se que os verbos objeto da pesquisa são frequentemente considerados “problemáticos”, tendo em vista a coincidência de sua escolha - em sua maioria - pelos gramáticos citados.

No que diz respeito à regência verbal, observa-se que, ainda que gramáticos tradicionais estabeleçam regras relativas ao uso de determinados verbos, em relação à presença ou ausência de preposição, o falante, no uso coloquial da língua, elimina a preposição imposta como correta.

Sacconi (2011) é, dentre os gramáticos em estudo, o único que abordou o verbo *namorar*, classificando-o como transitivo direto, ou seja, sua regência não exige a preposição com. O gramático elucidada:

No português do Brasil, porém, usa-se esse verbo como transitivo indireto, à moda do italiano: *namorar com* alguém. Por que, afinal, nós, brasileiros, usamos *namorar com*? Porque a língua nos permite estar de namoro com. O povo usa *namorar com* não só por analogia com tal construção, mas também porque se diz corretamente *casar com* e *noivar com*. Então, o homem do povo, com certa lógica, raciocina assim: se eu posso *noivar com* ela e *casar com* ela, por que é que não posso *namorar com* ela? E vai *namorando com* ela... (SACONNI, 2011, p. 470)

Em outra obra, Bechara (2009, p. 578) trata do verbo *namorar*. Ele explica que, em relação ao referido verbo, “é coloquial o uso da preposição

com, influenciado talvez pela regência de casar”. Entende-se que há um grande avanço, por parte do autor, em registrar, no caso, o uso coloquial da língua.

Em relação aos verbos *ir* e *chegar*, Cereja e Magalhães (2012) afirmam que são intransitivos e exigem a preposição *a* quando indicam lugar. Mais à frente, em uma seção intitulada Contraponto, afirmam:

A rigor, a gramática normativa recusa a preposição **em** na regência dos verbos **ir** e **chegar** quando indicam direção. No entanto, a forma mais típica da linguagem dos brasileiros, mesmo entre os que dominam a norma-padrão, é dizer “Cheguei **em** casa tarde ontem”, ou “Hoje vou **no** cinema”, em vez de “Cheguei **a** casa tarde ontem” e “Hoje vou **ao** cinema”, construções que são habituais entre os portugueses. Alguns linguistas entendem que essa regra da gramática normativa contraria uma tendência natural da língua, uma vez que no latim a preposição **in** (hoje, **em**) é utilizada para dar ideia de movimento, direção. Atenção: Em situações formais em que o uso da norma-padrão está sendo avaliado, deve-se atender ao que recomenda a gramática normativa (CEREJA E MAGALHÃES, 2012, p. 441).

Percebe-se, pela leitura do trecho acima, que os autores reconhecem a tendência dos brasileiros de, fazendo uso da linguagem coloquial, não seguir a regência dos verbos *ir* e *chegar* previstos pela gramática normativa. No entanto, mesmo reconhecendo tal tendência, alertam que se deve atender ao recomendado pela gramática normativa quando o uso da norma-padrão estiver sendo avaliado.

No que concerne ao verbo *pagar*, Bechara (2009, p. 578) informa que tal verbo admite as preposições *a*, *de*, *em*. Esclarece ainda que este verbo “não pode aceitar objeto direto de pessoa: Paguei *o médico*, mas sim de coisa paga: Paguei *a conta* ao garção.”

No tocante ao verbo *preferir*, Bechara (2009, p. 578) prescreve:

É errôneo o emprego do advérbio *antes* ou *mais* com este verbo porque a noção de preferência ou excelência já está contida no prefixo. É também errôneo o uso da conjunção comparativa que (ou *do que*). Deve-se dizer *prefiro isto àquilo*, *prefiro o teatro ao cinema*.

O verbo *assistir* possui particularidades, pois muda-se a regência a depender do sentido. No sentido de ‘presenciar’, ‘ver’, é verbo transitivo indireto

e exige a preposição *a* no sentido de ajudar, é verbo transitivo direto, ou seja, não se usa preposição.

Squarizi (2011), editora de opinião do jornal *Correio Braziliense* e autora de livros como “A arte de escrever bem” e “Escrever melhor”, também aborda, em seu artigo “Os sete pecados da regência verbal”, dois verbos que interessam a essa pesquisa: *preferir* e *chegar*.

Sobre o uso do verbo *preferir*, Squarizi (2011) afirma:

Preferir é vítima de duas maldades. Trocam-lhe a regência. Por alguma razão que só Deus explica, desavisados o confundem com gostar. Dizem, então, “prefiro mais cinema do que teatro”. Nada feito. Peçam perdão ao Senhor e deem ao verbo o que é do verbo. A gente prefere uma coisa a outra: Prefiro cinema a teatro. Dilma prefere a discrição aos holofotes. Preferimos sair a ficar em casa. Preferir mais? Nem pensar. Gosta-se mais. Mas prefere-se simplesmente. O mais está subentendido no trissílabo.

É de se notar o tom irônico da jornalista ao tratar da troca da regência do verbo *preferir* pelos falantes. Garante que o verbo é vítima de ‘maldades’ e sugere que se peça perdão ‘ao Senhor’ e utilize a regência descrita por ela, a correta.

Para Squarizi (2011), portanto, não há espaço na língua para a variação: ela deve ser escrita e falada tal qual estabelece a gramática tradicional.

Acerca do verbo *chegar*, Squarizi (2011), assevera:

Chegar pertence a família muito especial — dos verbos de movimento. Eles exigem a preposição *a*. Às vezes, *para*. Nunca *em*. A ojeriza que um nutre pela outra é profunda. Melhor não provocar: O turista chegou à cidade durante a noite. A que horas você costuma chegar ao trabalho? O voo chega a Nova York depois de parar em Miami.

Percebe-se, portanto, o apego à tradição pelas tentativas de imposição de linguagem, não se considerando o que ela é, mas o que deve ser. Eis a necessidade de se compreender a importância da visão da sociolinguística para os fenômenos da regência verbal.

2.5.2 A visão da Sociolinguística

Foi em meados do século XX que, como ramo da Linguística, surgiu a Sociolinguística, ciência que tem como objeto de estudo a variação da língua. Importa destacar, nesse contexto, que nenhuma mudança na língua é aleatória. É possível explicar por que um padrão de uso é substituído por outro (ANTUNES, 2007).

Antunes (2007, p. 95), por exemplo, utiliza o verbo *assistir* como modelo. De acordo com ela, o verbo *assistir* passou a ser usado como transitivo direto, “uma vez que, nesse contexto, é percebido pelos falantes com o sentido de *ver*, um verbo também transitivo direto”.

Trata-se, portanto, não de uma corrupção, mas de uma mudança de percepção, porque mudou também o momento histórico e também os comportamentos sociais.

A autora defende:

Não tem sentido (...) manter, a ferro e fogo, um padrão de regência verbal que nem mesmo os mais cultos, os mais escolarizados adotam, até mesmo nas situações mais formais. Como o verbo *assistir*, já lembrei também os verbos *preferir*, *implicar*, *visar*, *aspirar*, verbos que, também por usuários que convivem com a escrita, têm tido sua regência alterada em relação ao que ditam as gramáticas normativas (ANTUNES, 2007, p. 96).

Antunes (2007) afirma que essas ‘picuinhas gramaticais’ têm boa serventia para alimentar o estoque de questões de provas de concurso com o objetivo de eliminar o excesso de candidatos. Teima-se, nessa perspectiva, em julgar como erros usos regulares no discurso das pessoas mais escolarizadas. “No mínimo, teríamos que apontá-los como duas formas opcionais, *à escolha do freguês* (ANTUNES, 2007, p. 96).

Pereira (2014, p. 208) assevera que

Os estudos linguísticos, em especial os sociolinguísticos, confirmam que as regências verbais tendem a passar por variações ao longo do tempo, porque os usuários da língua começam a utilizar os verbos atribuindo a eles novas interpretações e significados (...).

Pereira (2014, p. 208) trata ainda as variações das regências verbais como prova da dinamicidade da língua, “...e que não pode ser desconsiderada nem pela sociedade nem pela escola”.

Em verdade, “...a regência é um dos alvos preferidos da vigilância purista que, infelizmente, também é exercida pelos livros didáticos filiados à TGP [Tradição Gramatical do Português]” (BAGNO: 2012, p. 519).

Essa vigilância purista, no entanto, não se restringe aos livros didáticos: está presente em publicações de livros, jornais e revistas. Possenti (2009, p. 40), analisando o fato de alguns jornalistas atuarem como “plantonistas da língua”, apontando o certo e o errado, afirma que usar a regência correta é uma questão “de etiqueta”, “de *finesse*”, e não de capacidade intelectual. Ao final, ajuíza:

Ora, as regências podem ser avaliadas pelos mesmos critérios usados para avaliar qualquer outra expressão em termos de certo e de errado –, bem entendido, para a vida “social”. É verdade que só algumas têm esse peso, essa capacidade de separar os educados dos grosseiros. Nunca houve preocupação com a regência incontroversa e uniforme de dezenas de milhares de verbos. Só com a cerca de três dezenas, exatamente as que distinguem os finos dos brancos. Ou alguém aí já estudou a regência de *comer* e de *beber*, ou ouviu alguém errar?

Possenti (2009) finaliza afirmando ser comum aos plantonistas da língua consultarem apenas as gramáticas e de posse das informações se julgarem com a capacidade de informar tudo sobre a linguagem. “Ora, quem sabe o mínimo sobre elas sabe que são exatamente, e apenas, uma espécie de manual de boas maneiras linguísticas. Isso não é pouco, mas isso é isso!” (POSSENTI: 2009, p. 41).

É importante o linguista tratar dessa questão em seus textos, já que não é o conhecimento da regência padrão de alguns verbos da língua o fator determinante para o indivíduo ser consagrado como profundo conhecedor da linguagem.

Bagno (2013), por sua vez, traça o seguinte quadro, de modo a comparar o uso da regência verbal na norma-padrão tradicional e na norma culta contemporânea:

Quadro 2: Comparativo da regência verbal na norma culta contemporânea e na norma padrão tradicional

Verbo	Norma culta contemporânea	Norma padrão tradicional
Assistir	Assistir algo ('presenciar')	Assistir a algo
Chegar	Chegar em, a algum lugar	Chegar a algum lugar
Desobedecer	Desobedecer algo, alguém	Desobedecer a algo/ alguém
Obedecer	Obedecer algo, alguém	Obedecer a algo/ alguém
Ir	Ir em, para, a algum lugar (+ ou - permanência)	Ir a algum lugar (- permanência) Ir para algum lugar (+ permanência)
Esquecer-se	Esquecer-se de algo/alguém Esquecer de algo/alguém	Esquecer-se de algo/alguém
Lembrar-se	Lembrar-se de algo/alguém Lembrar de algo/alguém	Lembrar-se de algo/alguém
Namorar	Namorar com alguém/namorar alguém	Namorar alguém
Pagar	Pagar alguém	Pagar a alguém
Preferir	Preferir algo [mais] do que algo	Preferir algo a algo
Perdoar	Perdoar algo/alguém	Perdoar a alguém

Fonte: BAGNO (2013, p. 206 – 208)

Bagno (2013, p. 240), ainda acerca do uso da preposição *a*, assevera:

Sabemos que a preposição **a** é de uso muito restrito no PB falado atual, tendo cedido muito de seu terreno à preposição **para** nas construções dativas e à preposição **em** na regência de verbos que expressam movimento e direção.

Tal posicionamento se aplica à regência utilizada pelos falantes no uso dos verbos *chegar* e *ir*, pois eles omitem, na fala e na escrita, a preposição *a*, substituindo-a pela preposição *em* ou *para*.

2.5.2.1 A regência do verbo *IR* pela perspectiva da Sociolinguística

O verbo *ir*, com sentido de direção, pode reger três preposições: *em*, *a* e *para*. O uso de *em* é totalmente condenado pelos conservadores, enquanto *a* e *para* são aceitos, só que com usos delimitados: enquanto a preposição *a* deve ser utilizada com o verbo *ir* para indicar uma permanência breve em algum lugar, a preposição *para* é utilizada para indicar uma permanência maior ou definitiva (BAGNO, 2012).

Bagno (2012) afirma que pesquisas demonstram que os falantes não obedecem a orientação da gramática tradicional. Eles utilizam tanto as preposições *a*, *para* e *em* indicando menor permanência, e indicando maior permanência utilizam a preposição *para*. Não restringem, portanto, o uso do verbo *ir* à preposição *a*.

Sobre o que ensinar na escola em relação à preposição *a*, Bagno (2013, p. 240) esclarece:

Justamente por seu uso cada vez mais restrito, é função da educação linguística ensinar explicitamente o emprego da preposição **a** na regência de muitos verbos de uso quase exclusivo em gêneros textuais [mais monitorados]: *apresentar-(se) a*, *referir-(se) a*, *eleva-(se) a*, *dirigir-(se) a*, etc.

Observe-se que o referido autor não cogita o fato de não ensinar, de não abordar o uso da preposição, de desprezá-la totalmente. Sugere, sim, um método de ensino por meio do qual se associe o uso da preposição *a* a textos mais fiscalizados, ponderados, sobre os quais há um cuidado maior do autor no momento da produção.

2.5.2.2 A regência dos verbos ESQUECER e LEMBRAR pela perspectiva da Sociolinguística

Para iniciar a apreciação desse verbo, é necessário abordar a afetividade discursiva presente nesses verbos. De acordo com Bagno (2012, p. 590), essa afetividade, do ponto de vista sintático, pode ser visualizada por meio de “uma tendência ao enrijecimento da ordem dos constituintes no sintagma, levando à gramaticalização da ordem SVC.”

Assim sendo, ao passo que inicialmente as construções sintáticas obedeciam a ordem CVS, (Ex: Me aborrece saber que...), nas novas construções se observa a ordem SVC, característica do português brasileiro (Ex: Eu me aborreo por saber que...) (BAGNO, 2012).

De acordo com Bagno (2012, p. 591), “nas novas construções, o que antes era objeto indireto (*me*) se transforma em sujeito (*eu*), evidenciando o envolvimento afetivo do falante com o que enuncia.”

No tocante aos verbos esquecer e lembrar, Bagno (2012) informa que, tanto no português clássico como no português contemporâneo europeu, tais

verbos podiam ter como sujeito um infinitivo verbal ou um substantivo (Ex: Esqueceu-me apagar a lâmpada da sala).

Os falantes do português brasileiro, por sua vez, reformularam tais construções de modo a enfatizar a humanidade dos atos de *esquecer/lembrar*, passando a ser uma construção contemporânea *Eu me esqueci de apagar a lâmpada da sala*.

Nas palavras de Bagno (2012, p. 592),

Como o clítico *me* na nova construção não tem função sintática, é um pronome de realce (...), ele pode ser dispensado sem maior prejuízo para a interpretação afetiva do enunciado: *eu esqueci de apagar a lâmpada da sala*. Essa construção, sem o *me*, é frequentíssima no português brasileiro e nada justifica que os puristas a condenem.

Com efeito, os usuários do português brasileiro, ao utilizar os verbos *esquecer/lembrar* em suas construções, podem ou não utilizar o pronome *me* sem qualquer prejuízo para o sentido.

Não havendo qualquer prejuízo para o sentido, não é sensato excluir, humilhar ou rebaixar alguém pelo fato de não utilizar a regência tradicional, considerando que a regência contemporânea é amplamente utilizada pelos usuários da língua.

Os professores de língua materna, nesse contexto, devem atentar para ensinar aos alunos não apenas a norma padrão, mas promover a reflexão acerca da linguagem e dos fenômenos a ela inerentes, dentre eles a existência de uma norma culta, que não corresponde à padrão, e dos fenômenos variacionais da língua.

Em síntese ao que foi exposto, Bagno (2013, p. 209) alerta para o que não ensinar na escola no que diz respeito ao ensino de regência:

As regências tradicionais devem ser explicadas à medida que aparecerem nos textos autênticos lidos e trabalhados em sala de aula. É perda de tempo querer forçar os estudantes a aprenderem regência em franca obsolescência e que já têm sido amplamente substituídos, mesmo nos gêneros textuais [mais monitorados] pelas regências inovadoras.

Entende-se que o trabalho com textos, como sugere o autor, pode também aliar-se a exercícios de fixação, desde que tais exercícios promovam reflexão sobre os fenômenos variacionais relativos à língua.

Como visto, neste capítulo tratou-se sobre a gramática tradicional e a gramática normativa, variação linguística, bem como sobre a regência verbal, tanto na visão da gramática tradicional como na visão da linguística e da sociolinguística.

No capítulo seguinte, será abordada a metodologia utilizada para ministrar o conteúdo de variação linguística e de regência verbal.

3 A METODOLOGIA

Este capítulo trata de descrever os procedimentos metodológicos da pesquisa e suas respectivas etapas.

Gil (2010, p. 01) define pesquisa como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para tanto, são utilizados métodos e técnicas de investigação científica.

De acordo com o método, a presente pesquisa classifica-se como levantamento de campo que, de acordo com Gil (2010, p. 35), “caracteriza-se pela interrogação direta do comportamento das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Em um levantamento de campo, seleciona-se uma amostra populacional, e essa amostra será objeto de investigação. As conclusões obtidas nessa amostragem serão projetadas para o universo populacional inteiro (GIL, 2010).

Gil (2007, p. 72) elucida ainda que “(...) no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes”.

Ainda em relação ao método utilizado em uma pesquisa, Marconi (2011) afirma que ela pode ser classificada como quantitativa ou qualitativa. “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (MARCONI, 2011, p. 269).

No método quantitativo, por sua vez, o pesquisador utiliza informações numéricas para analisar os resultados (MARCONI, 2011).

A presente pesquisa classifica-se, portanto, como quanti-qualitativa, pois quantifica e ao mesmo tempo trata os dados obtidos. Em outras palavras, os dados não são apenas coletados, mas são também interpretados.

Considerando ainda o método, a presente pesquisa se classifica como intervencionista, que Thiollent (1985, p. 14) define como pesquisa-ação. De acordo com o referido autor,

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

Para Gil (2007, p. 47), a pesquisa-ação “se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa”.

Ele esclarece que, nessa modalidade de pesquisa, “(...) o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados (*Idem, ibidem*).

Trata-se, portanto, de um modelo de pesquisa que possibilita a “obtenção de resultados socialmente mais relevantes (GIL, 2007, p. 46).

O interesse pela pesquisa se originou a partir da observação de que as variações da língua, em alguns ambientes escolares, são estigmatizadas e frequentemente alvo de preconceito linguístico. A variedade padrão, nesse contexto, é tratada como a única correta, válida e aceitável, desprezando-se as demais variedades.

Essa afirmação se evidencia quando, na escola, se estuda a regência verbal, um conteúdo previsto no programa da disciplina de Língua Portuguesa, a ser ministrado nos anos finais do ensino fundamental, através do qual se observa o tradicionalismo no ensino, ou seja, grande parte dos professores de língua materna ficam preocupados em simplesmente reproduzir as regras prescritas pela gramática normativa.

Em verdade, tal prática é reflexo de uma modalidade de ensino arcaica, atrasada, não condizente com as atuais demandas educacionais. Resulta, também, da abordagem conservadorista da regência verbal nos livros didáticos e gramáticas tradicionais, que não consideram as variedades diferentes da padrão.

A maioria desses livros e gramáticas ignora essas variedades, não reconhecendo sua existência. No próprio livro didático da turma de alunos objeto da intervenção não há abordagem nem de variação linguística, tampouco de regência verbal, ainda que na concepção tradicionalista.

O resultado disso é que os alunos não reconhecem a língua em sua própria língua, ou seja, não reconhecem a sua forma de falar e escrever na abordagem linguística realizada pelos instrumentos didáticos enumerados.

Percebeu-se, considerando esse contexto, a necessidade de adotar uma prática pedagógica diferente da comum, daquela que já é esperada em relação à regência verbal.

Para tanto, considerou-se a regência verbal em uma perspectiva variacionista, reconhecendo e apresentando a diferença entre o modo que a maioria dos falantes falam e escrevem no cotidiano e o que estabelece a gramática normativa.

Objetivou-se, com isso, favorecer o reconhecimento, pelos alunos, das diferentes variedades linguísticas – e não apenas a padrão – por meio do uso autêntico da linguagem.

Como dito anteriormente, a escola não pode se eximir da função de apresentar a variedade padrão aos alunos, considerando que é apenas no contexto escolar que determinados alunos terão acesso a essa variedade.

Além disso, fazer bom uso da língua não significa apenas dominar a variedade padrão, mas reconhecer a diversidade das variedades e adequar seu uso, a depender da intenção do falante, da situação comunicativa e do interlocutor.

Dando seguimento à descrição metodológica, os sujeitos da pesquisa foram os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Todas as etapas da pesquisa foram desenvolvidas na sala de aula.

As aulas foram essencialmente expositivas, com a utilização, em todas as etapas, do retroprojetor, a fim de viabilizar a apresentação dos slides com o conteúdo a ser ministrado.

Inicialmente, os alunos responderam a um questionário diagnóstico que pretendeu detectar a visão dos alunos sobre a linguagem, bem como sua noção de variação linguística e de erro. Para responder a esse questionário diagnóstico foram necessárias duas aulas.

Além disso, no questionário também estavam presentes questões relativas ao conteúdo de regência verbal. Foram dadas orações e foi pedido aos alunos que marcassem as alternativas em que, na visão deles, havia erro, considerando o estabelecido pela gramática tradicional.

Entre as questões, a pesquisadora fundiu orações que obedecem às prescrições da gramática tradicional com orações que não seguem tais orientações, mas que são amplamente utilizadas pelos falantes da língua.

Ressalte-se que, por se tratar de alunos menores, foi enviado pela pesquisadora, previamente, um termo de autorização para os pais solicitando que seus filhos pudessem responder aos questionários propostos, como também autorizando o uso das imagens obtidas pela professora pesquisadora no momento em que os questionários estavam sendo respondidos.

Os alunos maiores de idade também assinaram o referido termo de autorização, tanto como alunos/participantes da pesquisa como também no espaço destinado à assinatura do responsável.

Na aula seguinte a professora iniciou o conteúdo de variação linguística, temática ainda não abordada no ano corrente. Trata-se de um conteúdo que normalmente é ministrado no primeiro semestre letivo, mas em virtude da intervenção que seria feita no segundo semestre, a professora pesquisadora optou por abordar os dois conteúdos – variação linguística e regência verbal – em intervalos de tempo próximos.

Para tratar sobre a variação linguística a pesquisadora utilizou cinco aulas, por meio dos slides a seguir.

Slide 1



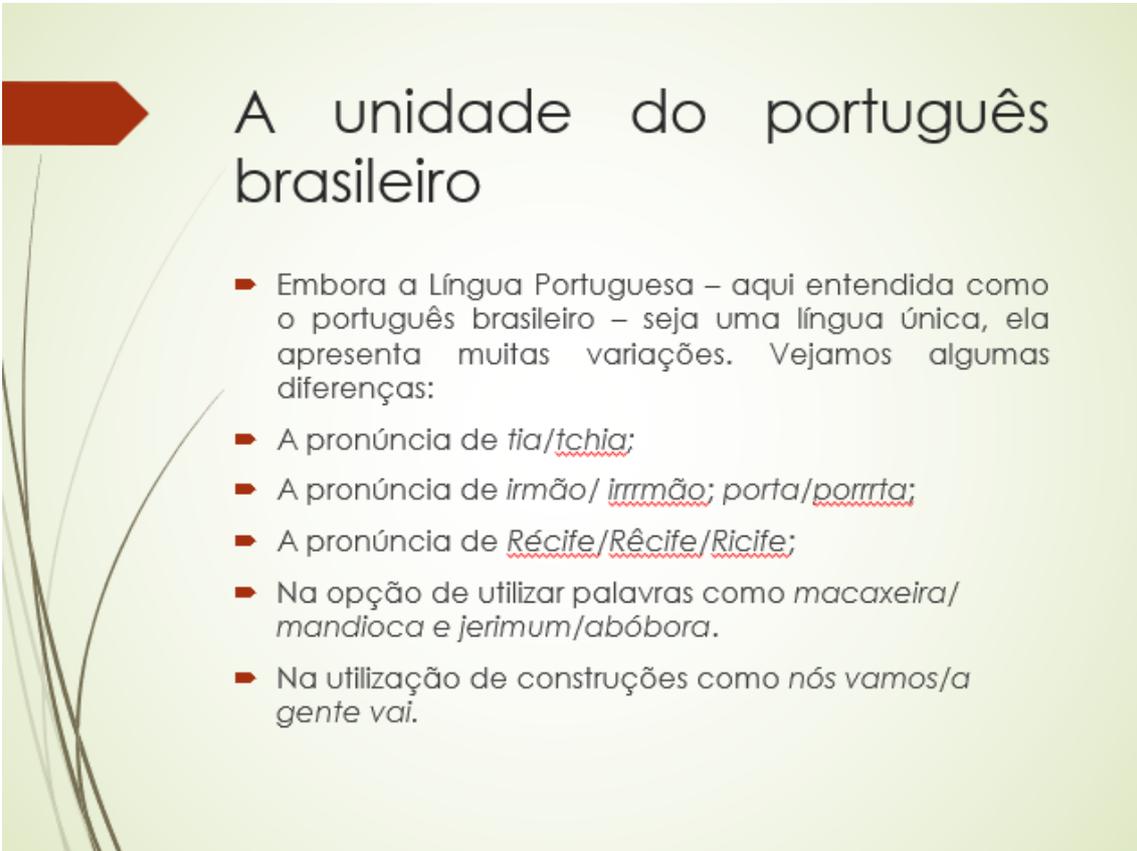
Fonte: professora pesquisadora

Inicialmente, os alunos foram levados a refletir sobre a unidade da língua portuguesa, momento em que foi abordado o conceito de variação linguística a partir dos exemplos dados no slide 2 (abaixo), diferenças de natureza fonética, lexical e sintática.

Viu-se, nesse primeiro momento, que a variedade linguística é um fenômeno inerente à língua viva, efetivamente utilizada pelos falantes, sendo portanto passível de mudanças, transformações.

Há diversas maneiras de se observarem as variantes linguísticas sem enveredar pela questão do erro. Esse também foi um ponto bastante enfatizado, visto que alguns falantes tendem a considerar erro aquilo que é diferente do que acreditam ser o “certo”.

Slide 2



A unidade do português brasileiro

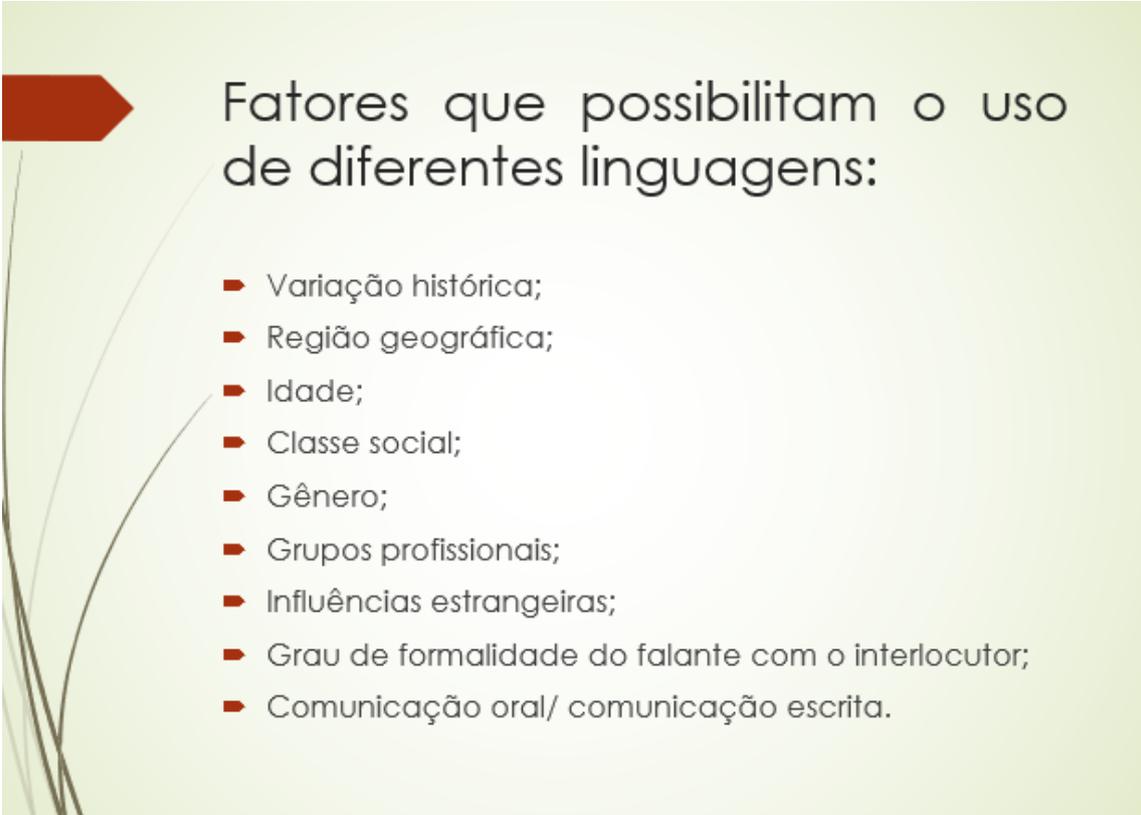
- Embora a Língua Portuguesa – aqui entendida como o português brasileiro – seja uma língua única, ela apresenta muitas variações. Vejamos algumas diferenças:
- A pronúncia de *tia/tchia*;
- A pronúncia de *irmão/irrmão*; *porta/porrrta*;
- A pronúncia de *Récife/Rêcife/Ricife*;
- Na opção de utilizar palavras como *macaxeira/mandioca* e *jerimum/abóbora*.
- Na utilização de construções como *nós vamos/a gente vai*.

Fonte: professora pesquisadora

Passando ao slide 3, foram apresentados aos alunos os fatores que influenciam na variação, tais como a região geográfica em que vive o falante,

sua idade, seu nível sociocultural, dentre outros. Além disso, considerou-se também se o evento comunicativo é oral ou escrito e o grau de intimidade com o interlocutor.

Slide 3



The slide features a light green background with a decorative graphic on the left consisting of a dark red arrow pointing right and several thin, curved lines. The main title is 'Fatores que possibilitam o uso de diferentes linguagens:' followed by a bulleted list of nine factors.

Fatores que possibilitam o uso de diferentes linguagens:

- ▀ Variação histórica;
- ▀ Região geográfica;
- ▀ Idade;
- ▀ Classe social;
- ▀ Gênero;
- ▀ Grupos profissionais;
- ▀ Influências estrangeiras;
- ▀ Grau de formalidade do falante com o interlocutor;
- ▀ Comunicação oral/ comunicação escrita.

Fonte: professora pesquisadora

Todos os fatores enumerados possibilitam o uso de diferentes linguagens, e eles foram abordados, individualmente, nos slides seguintes, a exemplo do slide 4, que tratou da variação histórica com o objetivo de demonstrar como a língua varia no tempo: muda-se a escrita das palavras, muda-se o significado.

Além disso, ainda no slide 4, foram exibidas duas tirinhas. Uma, de forma divertida, mostra a evolução da língua por meio da mudança na linguagem e na utilização dos vocábulos nos anos de 1940, 1980 e 2010.

Variação histórica

A língua varia no tempo. Enquanto palavras novas são criadas, outras caem em desuso.

Exemplos: vossa mercê - vosmecê - você
pharmácia - farmácia

mentirinhas

EVOLUÇÃO DA LÍNGUA - 1940
 VOSSA MERCE ME PERMITE UM GALANTEIO? ÉS BELA TAL QUAL UMA PETÚNIA.
 SOIS MUITO ABUSADO...

1980
 POSSO TE FALAR UMA COISA? ACHO VOCÊ LINDA...
 PARA, MEU IRMÃO ESTÁ OLHANDO...

2010
 SE LIGA MINA, TU É A PIQUETE MAIS SACURRA DA BAUDA.
 DEMORA! VAMO SAPECA GERAL...

Disponível em encurtador.com.br/chqU3 Acesso em 14 de agosto de 2017

Idade Média:
 Prova que me ama!
 Mate um dragão, 4 ursos e uma baleia!

Década de 30:
 Prova que me ama!
 peça minha mão em casamento para papai.

Dias atuais:
 Prova que me ama!
 coloca "namorando" no orkut!
 AGORA!

Disponível em <http://fronteiraslinguisticas.blogspot.com.br/2011/04/exemplo-de-variacao-historica.html>. Acesso em 14 de agosto de 2017

Fonte: professora pesquisadora

A outra tirinha reforçou a variação histórica da língua mostrando a sua evolução juntamente com a mudança de comportamento.

O slide 5 tratou da variação geográfica, mostrando que a língua varia de região para região, a depender da região onde vive o falante. Essa variação é muito marcante na pronúncia e no uso de vocábulos específicos.

Foi mostrada uma tirinha com a fala de Chico Bento, um personagem de Maurício de Souza que mora na roça e tem o linguajar característico dessa região.

Como se vê na tirinha, Chico Bento fala “arguma” e “pruque”, linguagem peculiar de moradores de zonas rurais. Com isso, mostrou-se aos alunos que, apesar da diferença de pronúncia e de escrita em relação à fala de moradores de centros urbanos, a linguagem do personagem é compreendida pelos brasileiros em geral, devendo ser considerada mais uma variedade de língua, e não ser imediatamente tachada como “errada”.

Variação geográfica

- A língua varia de lugar para lugar, de região para região. Percebe-se essa diferença com relação à pronúncia ou por diferentes opções lexicais.



■ Disponível em encurtador.com.br/rvzL8. Acesso em 29 de janeiro de 2018

Anatomia de um Nordestino



Disponível em <http://www.dinamamiranda.com/2014/12/anatomia-um-xero-no-cangote-do.html>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

Fonte: professora pesquisadora

O slide 5 pretendeu também reforçar esse entendimento ao trazer para os alunos uma imagem mostrando o uso de expressões tipicamente nordestinas, como também vocábulos, utilizando termos característicos do Nordeste na anatomia: *quengo*, *beicho*, *ôi*.

A escolha dos exemplos, bem como das tirinhas utilizadas na aula, teve como intuito passar o conteúdo de forma divertida, chamando a atenção dos alunos e promovendo o interesse dos mesmos para o assunto exposto.

No slide 6, foi tratada a variação linguística quanto ao gênero, considerando que há diferença no vocabulário de homens e mulheres. Destacou-se que não se trata de um fenômeno inerente apenas à dinâmica linguística, mas que reflete as diferenças comportamentais.

Por isso, a tirinha escolhida para ilustrar essa variação não trata propriamente da diferença de vocabulário, mas de uma questão comportamental, já que o personagem rato afirma ser difícil entender as

mulheres, já que elas, na tirinha, apresentam o mesmo comportamento, estando ele vivo ou morto.

Falou-se na diferença do vocabulário de homens e mulheres. Enquanto mulheres (em geral) conhecem o significado de palavras e expressões relacionadas à beleza (maquiagem, cabelos), homens em geral dominam palavras relacionadas ao universo dos esportes (futebol, por exemplo).

Slide 6

Variação quanto ao gênero

- Algumas variações ocorrem nos vocabulários masculino e feminino. Palavras ou expressões relacionadas a produtos de beleza, por exemplo, podem ser mais conhecidos pelas mulheres, assim como palavras relacionadas ao futebol são, em geral, muito conhecidas pelos homens.



Disponível em encurtador.com.br/AC029. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

Fonte: professora pesquisadora

No slide 7, falou-se sobre a variação referente à idade, informando que os jovens costumam usar gírias, pessoas mais velhas nem tanto. Na verdade, essas pessoas podem conhecer gírias mais antigas, mas as mais novas podem ter seu significado ainda não conhecido por elas.

No exemplo dado, foi perguntado a um jovem se ele é usuário de gírias. Ele responde que não usa muitas gírias, e o efeito cômico reside justamente nessa incoerência.

Em verdade, algumas palavras se tornam tão corriqueiras que, embora sejam gírias, incorporam-se à fala e à escrita dos usuários que eles sequer percebem que se trata de uma gíria, como *legal*, por exemplo.

Variação quanto à idade

- Os jovens costumam usar muitas gírias em seu vocabulário.

- Você usa Gírias !?

- Vêi na boa, eu não uso essas bagaça não mano, flw tô vazando.

www.Glugu.com

Disponível em <https://me.me/i/11071198>. Acesso em 14 de agosto de 2017

Fonte: professora pesquisadora

No slide 8, falou-se acerca da variação linguística concernente a determinados grupos profissionais. Há algumas palavras ou expressões cujo significado é conhecido apenas por profissionais da área. Os falantes em geral desconhecem o sentido.

Na tirinha escolhida para exemplificar isso, dado o contexto jurídico da situação comunicativa, o juiz indefere o pedido do advogado, ou seja, nega o que foi solicitado.

A cliente pergunta ao advogado o que pode ser feito, e ele responde que podem reverter tal decisão por meio da apelação, o nome de um recurso de primeiro grau. A cliente entendeu se tratar de outro tipo de “apelação”, e começou a se insinuar para o juiz, mostrando o decote.

Fica evidente que ela não entendeu o significado da palavra que o profissional do direito utilizou, pois se trata de um vocabulário técnico, dominado por profissionais da seara jurídica.

Variação referente a grupos profissionais

- Existem palavras e expressões técnicas de cada profissão, que são dominadas apenas por profissionais da área.



Disponível em <http://www.paginalegal.com/marcador/juridiques/>. Acesso em 30 de janeiro de 2018

Fonte: professora pesquisadora

Dando seguimento ao estudo das possibilidades de variação da língua, no slide 9 falou-se daquela decorrente de influências estrangeiras. Com efeito, determinadas palavras de outros idiomas estão tão incorporadas ao vocabulário que os usuários da língua muitas vezes não percebem que se trata de um vocábulo de origem estrangeira.

No slide, foram dados exemplos como *mouse*, *pizza*, *show*, todas palavras estrangeiras, usadas fluentemente por brasileiros.

Na tirinha, a personagem Mafalda sabe o significado da palavra inglesa *living*, mas desconhece a palavra com significado correspondente em seu próprio idioma, *sala de estar*, perguntando por que não se escreve no idioma dominado por ela.

Isso mostra que muitas vezes os falantes são habituados a utilizar palavras ou expressões estrangeiras, utilizando-as com tanta naturalidade que sequer percebem sua origem.

Varição decorrente de influências estrangeiras

- A língua sofre variações a partir do momento em que palavras estrangeiras passam a fazer parte do nosso cotidiano.
- Ex: *show, mouse, pizza, hambúrguer, shampoo, tablet.*
- Ele é meu *brother.*



Disponível em <http://www.paginalegal.com/marcador/juridiques/>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

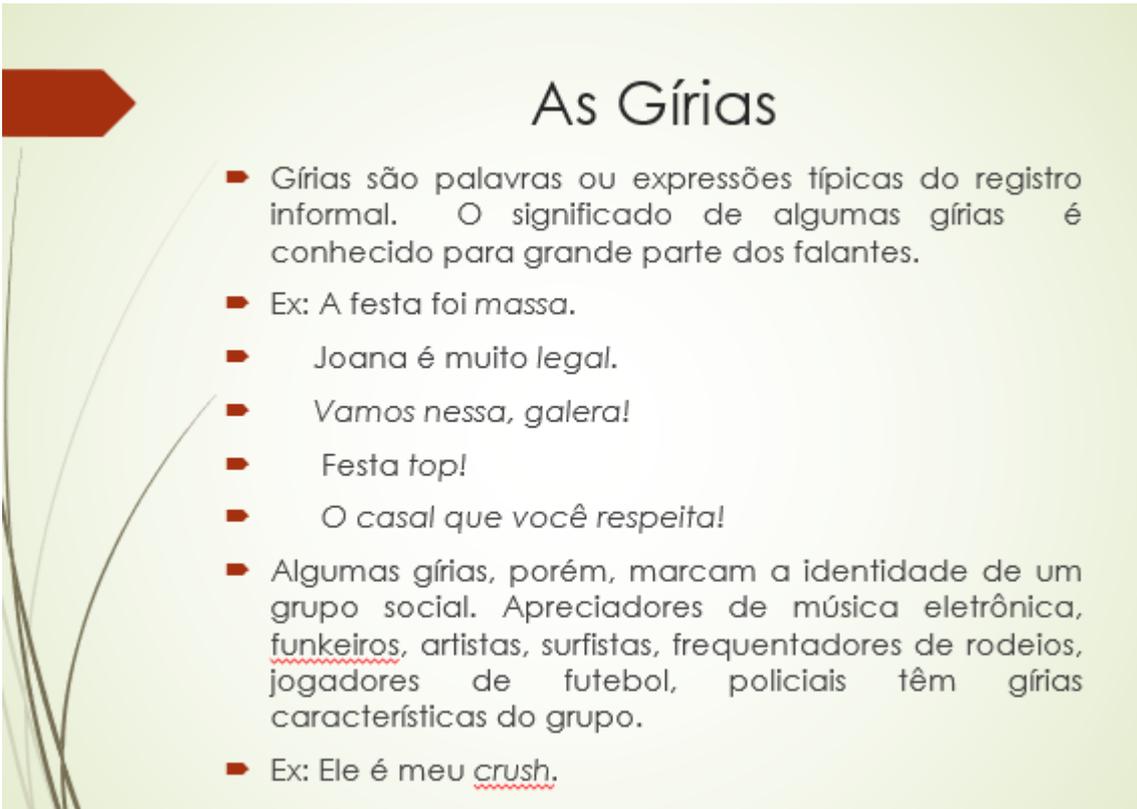
Fonte: professora pesquisadora

No slide 10, aprofundou-se a discussão sobre as gírias. Foi dito que se trata de palavras ou expressões típicas das situações comunicativas em que predomina a informalidade.

Um detalhe importante discutido com os alunos foi que o uso de gírias pode se tornar tão natural que os próprios usuários da língua não reconhecem determinadas palavras ou expressões como tais, pois seu uso é natural e constante.

Falar sobre gírias é muito importante, pois é indispensável que os discentes tenham consciência de que é inadequado utilizá-las em situações formais de comunicação, sejam elas orais ou escritas.

Foi dito ainda que algumas gírias têm seu significado conhecido por integrantes de grupos específicos, como surfistas, funkeiros, policiais, jogadores de futebol, entre outros.



As Gírias

- Gírias são palavras ou expressões típicas do registro informal. O significado de algumas gírias é conhecido para grande parte dos falantes.
- Ex: A festa foi massa.
- Joana é muito legal.
- Vamos nessa, galera!
- Festa top!
- O casal que você respeita!
- Algumas gírias, porém, marcam a identidade de um grupo social. Apreciadores de música eletrônica, funkeiros, artistas, surfistas, frequentadores de rodeios, jogadores de futebol, policiais têm gírias características do grupo.
- Ex: Ele é meu crush.

Fonte: professora pesquisadora

No slide 11, foi apresentado um exemplo do uso de gíria. O personagem pergunta se a moça quer tomar um drink. Ela entende que ele está interessado nela e responde que tem namorado. Eis que o personagem responde: “Eu sou o garçom, *noiada*.”

A palavra *noiada* é uma gíria que significa “*maluca*”, “*doida*”, utilizada naturalmente pelo garçom para qualificar a moça.

Como dito anteriormente, pessoas de mais idade podem não conhecer o significado de uma gíria em particular. Isso não é regra, mas as gírias são palavras criadas por determinados grupos com um significado específico, e pessoas mais velhas podem não conhecer este significado.

O indivíduo de mais idade pode não conhecer o significado de “ficar”, como no exemplo dado no slide, tampouco o de “pegar”. Ambos os vocábulos são gírias amplamente conhecidas pelos jovens.

Em contrapartida, jovens podem não entender o significado de *pão*, uma gíria mais antiga, no exemplo dado: “*Ele é um pão*.”



Quer tomar um drink moça?

@PAPODEBRISADO

Eu tenho namorado

@PAPODEBRISADO

Eu sou o garçom, noiada

Disponível em <https://me.me/i/11071198>. Acesso em 14 de agosto de 2017

Algumas gírias são conhecidas apenas por pessoas mais velhas.

Ex: Ele é um pão.

- ▶ Pessoas mais velhas podem não entender o significado de gírias mais recentes, como
- ▶ João está *ficando* com Maria.
- ▶ João está *pegando* Maria.

Fonte: professora pesquisadora

No slide 12, foi abordado o conceito de norma, um modelo de língua usado e consagrado por um segmento social. No que diz respeito à língua, é a norma padrão, conhecida como sinônimo de norma culta, a detentora de prestígio social, tanto que o ensino de Língua Portuguesa é permeado pelas regras relativas a essa modalidade de língua, como também é a variedade contemplada pela redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.



O que é norma?

- Norma é um modelo fixado, usado e consagrado por uma comunidade ou um segmento social.
- No ensino de língua portuguesa, a variedade de maior prestígio social é a variedade padrão, também conhecida por norma culta.
- “A *norma culta*, na compreensão tradicionalmente veiculada pela escola, corresponde àquele falar tido como “modelar”, como “correto, segundo as regras estipuladas nas gramáticas normativas. Constitui, portanto, a representação do que seria o falar exemplar – aquele “sem erros” – por isso mesmo, o mais prestigiado socialmente” (Antunes: 2007, p. 87).

Fonte: professora pesquisadora

Mais à frente, no slide 13, foi visto que norma padrão e norma culta são variedades distintas.



Norma padrão difere de norma culta

- Embora se utilize norma culta como sinônimo de norma padrão, são dois institutos diferentes.
- Norma padrão (ou variedade padrão): corresponde a um ideal de língua. Conjunto de regras tradicionalista, elitista e conservadora. Demora muito para acolher inovações linguísticas (Bagnó: 2012, p. 984)
- Norma culta: formada pelas variedades urbanas de prestígio, faladas e escritas por cidadãos e cidadãs com vivência urbana e elevado grau de letramento (objetivamente quantificado pela posse de um diploma de curso superior. Corresponde à língua real. Deve ser o objeto de ensino na escola. (Bagnó: 2012, p. 984)
- A linguagem, portanto, pode ser culta sem ser padrão.

Fonte: professora pesquisadora

Enquanto a norma padrão corresponde a um ideal linguístico, a norma culta está relacionada à língua real, efetivamente utilizada pelos falantes

Na sequência (slide 14), falou-se acerca da linguagem coloquial e suas características. Trata-se de um tipo de linguagem em que não há preocupação em excesso, pelo usuário da língua, em seguir a norma padrão.

A título exemplificativo, foi mostrada a mensagem de um falante para a sua namorada e para o seu gerente. Embora seja o mesmo indivíduo, é notória a diferença de tratamento em virtude do nível de intimidade entre os interlocutores.

Tal diferença é marcada pela escolha dos vocábulos, pela saudação e despedida, como também pelo emprego de formas reduzidas como *tô* na linguagem coloquial.

Falou-se, portanto, da diferença entre norma padrão, norma culta e linguagem coloquial.

Pretendeu-se, com isso, que o discente conseguisse reconhecer as diferenças entre tais modalidades de língua, destacando que a coloquial é mais espontânea e relacionada ao uso cotidiano, enquanto o domínio da padrão é exigido nas situações de maior formalidade entre os falantes.

Destaque-se que no slide 12 foi utilizado o conceito de norma culta de Irandé Antunes como sendo um modelo de linguagem, sem espaço para erros e para a informalidade, justamente o modelo de língua exigido nos concursos públicos e nos exames nacionais.

A norma culta, como foi mostrado, é a detentora de prestígio e valorização social, sendo, portanto, obrigação da escola discorrer sobre essa variedade linguística.



Linguagem coloquial

- Corresponde à linguagem do dia a dia, espontânea, utilizada pelos falantes no cotidiano.
- Utiliza-se formas reduzidas como pra em vez de para, tá em vez de está, tô em vez de estou.
- Não se evita gírias nem expressões familiares.
- Não há preocupação em seguir as recomendações da norma padrão.
- **Linguagem coloquial: Mensagem para a namorada**
- Oi Bia, tô muito doente. Quando puder, me ligue. Beijos, Pedrão.
- **Linguagem formal: Mensagem para o gerente**
- Senhor Antônio, não poderei ir ao trabalho hoje pois estou muito doente. Atenciosamente, Pedro.

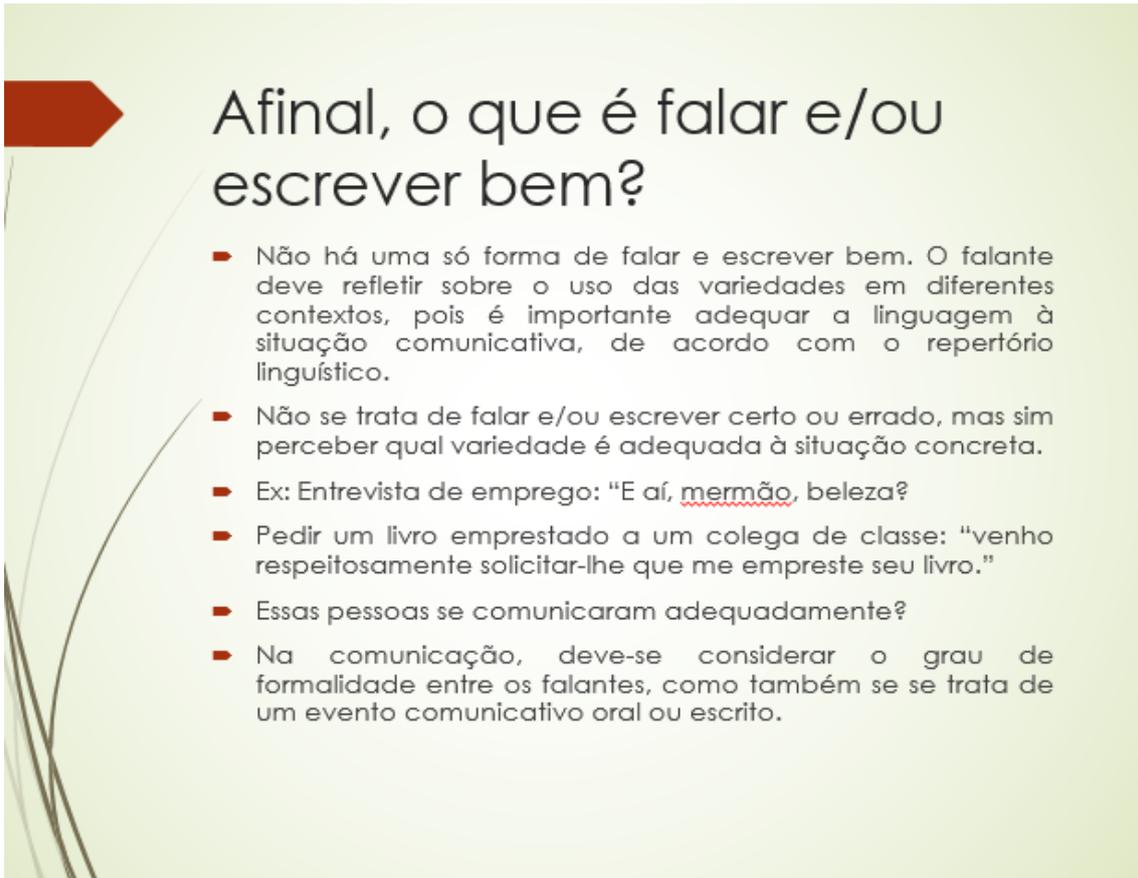
Fonte: professora pesquisadora

A partir do slide 15, discutiu-se a respeito do que é falar e escrever bem, que é diferente de escrever “certo”. Foi dito que, para bem falar e escrever é preciso, antes de tudo, adequar a fala ou escrita à situação comunicativa.

Em outras palavras, o bom usuário da língua reconhece as variedades da mesma e reflete acerca de qual uso é mais adequado em determinada situação comunicativa.

A título ilustrativo, foram dados dois exemplos: no contexto de uma entrevista de emprego, que exige maior formalidade na linguagem, o usuário inicia sua comunicação por meio de gírias. No outro exemplo, o usuário se dirige a um colega de classe utilizando uma linguagem muito formal para o contexto de comunicação.

Nesse sentido, questionou-se: é possível afirmar que esses usuários se comunicaram adequadamente? Os alunos em geral percebem a inadequação das escolhas linguísticas realizadas nos exemplos dados.



Afinal, o que é falar e/ou escrever bem?

- Não há uma só forma de falar e escrever bem. O falante deve refletir sobre o uso das variedades em diferentes contextos, pois é importante adequar a linguagem à situação comunicativa, de acordo com o repertório linguístico.
- Não se trata de falar e/ou escrever certo ou errado, mas sim perceber qual variedade é adequada à situação concreta.
- Ex: Entrevista de emprego: "E aí, meu irmão, beleza?"
- Pedir um livro emprestado a um colega de classe: "venho respeitosamente solicitar-lhe que me empreste seu livro."
- Essas pessoas se comunicaram adequadamente?
- Na comunicação, deve-se considerar o grau de formalidade entre os falantes, como também se se trata de um evento comunicativo oral ou escrito.

Fonte: professora pesquisadora

Pretendeu-se, nesse aspecto, reforçar com os alunos o conceito de variedade linguística, ante as possibilidades de escolha do indivíduo na comunicação. Além disso, abordou-se que não se trata de uma questão de "erro", e sim de inadequação.

Reforçou-se, portanto, que falar e escrever bem transcende o falar e/ou escrever "certo", pois deve-se considerar o grau de formalidade/informalidade do evento comunicativo, sem esquecer de considerar a questão da diferença entre oralidade e escrita, tópico que foi abordado nos slides seguintes.

No slide 16, foi dada continuidade à questão da formalidade e da informalidade nos eventos comunicativos. Foi exposto que, nas situações formais, deve-se seguir as regras da variedade padrão da língua, evitando-se gírias e tendo bastante cuidado na escolha dos vocábulos.

Nas situações informais, ao revés, o indivíduo pode utilizar uma linguagem mais espontânea, despreocupada. Como dito anteriormente, é a

situação comunicativa que determinará se o usuário deverá usar uma ou outra linguagem.

Slide 16

Formalidade e informalidade

- Nas situações formais, deve haver preocupação em seguir as regras da variedade padrão da língua. Exemplo: falar em público, entrevista de emprego, conversar com pessoas que ocupam cargos ou posições mais elevadas.
- Evita-se gírias
- Deve-se ter maior cuidado com o vocabulário.
- Nas situações informais, pode-se utilizar uma linguagem mais livre, despreocupada.
- É a situação comunicativa que indicará ao falante se ele deve utilizar uma ou outra linguagem.

Fonte: professora pesquisadora

No slide 17, foi iniciada a abordagem mais específica acerca da diferença entre oralidade e escrita. No tocante à oralidade, foi exposto que, em um primeiro momento, a língua oral é mais espontânea que a escrita: nela é possível ocorrer repetições, quebra na sequência de ideias e problemas de concordância sem que isso gere maiores dificuldades de entendimento.

Além disso, são comuns, na oralidade, o uso de expressões marcadoras de interatividade, como, por exemplo, “*entendeu?*” ou “*né?*”.

Na ilustração, a intenção de escrever o *nós* com o acréscimo do “*i*”, foi de aproximar o leitor do texto, uma tentativa, na escrita, de reproduzir a fala.

Esse é um aspecto muito importante da oralidade que se funde à escrita: alguns autores optam por utilizar, em seus textos, recursos da oralidade, em uma tentativa de aproximar o leitor do texto, fazendo com que haja familiaridade entre ambos.

Oralidade

- Em princípio, a língua oral é mais espontânea que a escrita. Na língua oral são comuns:
- Repetições;
- As quebras na sequência de ideias;
- Problemas de concordância;
- Uso de expressões como *né?*, *tá? hum... entendeu?*
- (CEREJA E MAGALHÃES, 2015, p. 43).



Fonte: professora pesquisadora

O slide 18 referiu-se à língua escrita. Ela é mais monitorada, ou seja, no momento de escrever, é possível escolher e modificar as palavras até que se transmita exatamente o que o usuário deseja.

Destacou-se que, atualmente, há uma grande aproximação entre oralidade e escrita, pois grande parte dos brasileiros sabe ler e escrever e, além disso, as redes sociais e o uso da internet diminuíram essa distância.

A tirinha escolhida para ilustrar tais considerações foi a da senhora que, chegando a casa, encontra o seguinte bilhete: “*Felis dia do amigo*”. Ela imediatamente faz a ligação para o amigo corrigindo-o, afirmando que feliz se escreve com z.

Isso reforça o entendimento acerca da cobrança social no que diz respeito ao domínio da linguagem escrita, ou seja, o que se espera é que os usuários não escrevam em desacordo com os preceitos ortográficos.

Escrita

- A língua escrita é mais monitorada, pois temos condições de escolher bem as palavras, de corrigir o texto e melhorá-lo até transmitir exatamente o que desejamos.
- As diferenças entre oralidade e escrita têm diminuído bastante, primeiro porque hoje grande parte dos brasileiros sabe ler e escrever, e quanto mais uma pessoa lê mais ela tende a empregar formas da língua escrita quando está falando em situações formais. O uso da internet também diminuiu a fronteira entre o oral e o escrito, pois textos escritos em e-mail, facebook, whatsapp, embora sejam escritos, se aproximam muito da fala. (CEREJA E MAGALHÃES, 2015, p. 43).

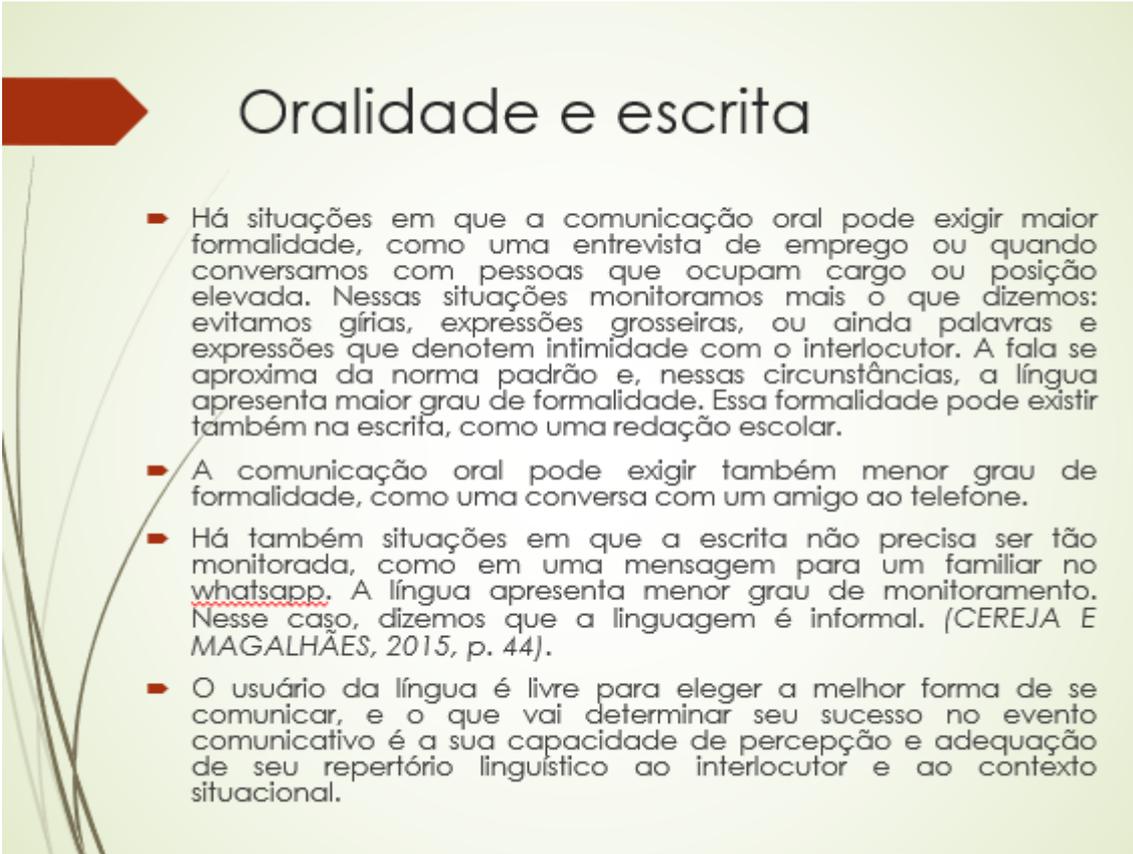


Fonte: professora pesquisadora

O slide 19 esclarece não haver uma regra ou restrição relacionada ao uso da língua oral e da língua escrita. Ao passo que existem situações em que a comunicação oral pode exigir maior formalidade, como uma entrevista de emprego, outras são marcadas por um grau de formalidade menor, como uma conversa com um amigo ao telefone.

Além disso, há também situações em que a escrita não precisa ser tão monitorada, como em uma mensagem para um familiar no *whatsapp*, como há circunstâncias em que se exige maior rigor na escrita, como uma redação escolar, um artigo científico.

É notório que o falante é livre para eleger a melhor forma de se comunicar, e o que vai determinar seu sucesso no evento comunicativo é a sua capacidade de percepção e adequação de seu repertório linguístico ao interlocutor e ao contexto situacional.



Oralidade e escrita

- Há situações em que a comunicação oral pode exigir maior formalidade, como uma entrevista de emprego ou quando conversamos com pessoas que ocupam cargo ou posição elevada. Nessas situações monitoramos mais o que dizemos: evitamos gírias, expressões grosseiras, ou ainda palavras e expressões que denotem intimidade com o interlocutor. A fala se aproxima da norma padrão e, nessas circunstâncias, a língua apresenta maior grau de formalidade. Essa formalidade pode existir também na escrita, como uma redação escolar.
- A comunicação oral pode exigir também menor grau de formalidade, como uma conversa com um amigo ao telefone.
- Há também situações em que a escrita não precisa ser tão monitorada, como em uma mensagem para um familiar no whatsapp. A língua apresenta menor grau de monitoramento. Nesse caso, dizemos que a linguagem é informal. (CEREJA E MAGALHÃES, 2015, p. 44).
- O usuário da língua é livre para eleger a melhor forma de se comunicar, e o que vai determinar seu sucesso no evento comunicativo é a sua capacidade de percepção e adequação de seu repertório linguístico ao interlocutor e ao contexto situacional.

Fonte: professora pesquisadora

No slide 20, foi iniciada a abordagem acerca do preconceito linguístico por meio da seguinte pergunta: o que você pensa de um falante que diz *cumê*, *bicicreta*, *prástico*, *fror*, *prantá*?

Foi explanado que é possível ouvir essas palavras de pessoas que não frequentaram ou frequentaram pouco a escola, havendo uma tendência de sentir pena ou rir do falante que assim se expressa.

Isso acontece pela existência do preconceito linguístico, um tipo de pré-julgamento das pessoas que usam variedades linguísticas diferentes da norma padrão.

Na tirinha contida no slide, a moça se interessa pelo rapaz até ele falar: “*Tem pobrema de nós bater um papo?*”. Depois dessa fala, a moça foge dele, já que o mesmo “fala errado”.

O preconceito linguístico

- O que você pensa de um falante que diz cumê, bicicreta, prástico, fror, prantá?
- É possível ouvir essas palavras de pessoas que não frequentaram ou frequentaram pouco a escola. Há uma tendência de sentir pena ou rir do falante que assim se expressa. Por que isso acontece?



Disponível em encurtador.com.br/kasOT. Acesso em 28 de janeiro de 2018

Fonte: professora pesquisadora

Como dito anteriormente, a variedade padrão é a que deve ser ensinada na escola. No entanto, considerar erradas as demais variedades esconde um tipo de preconceito: o linguístico.

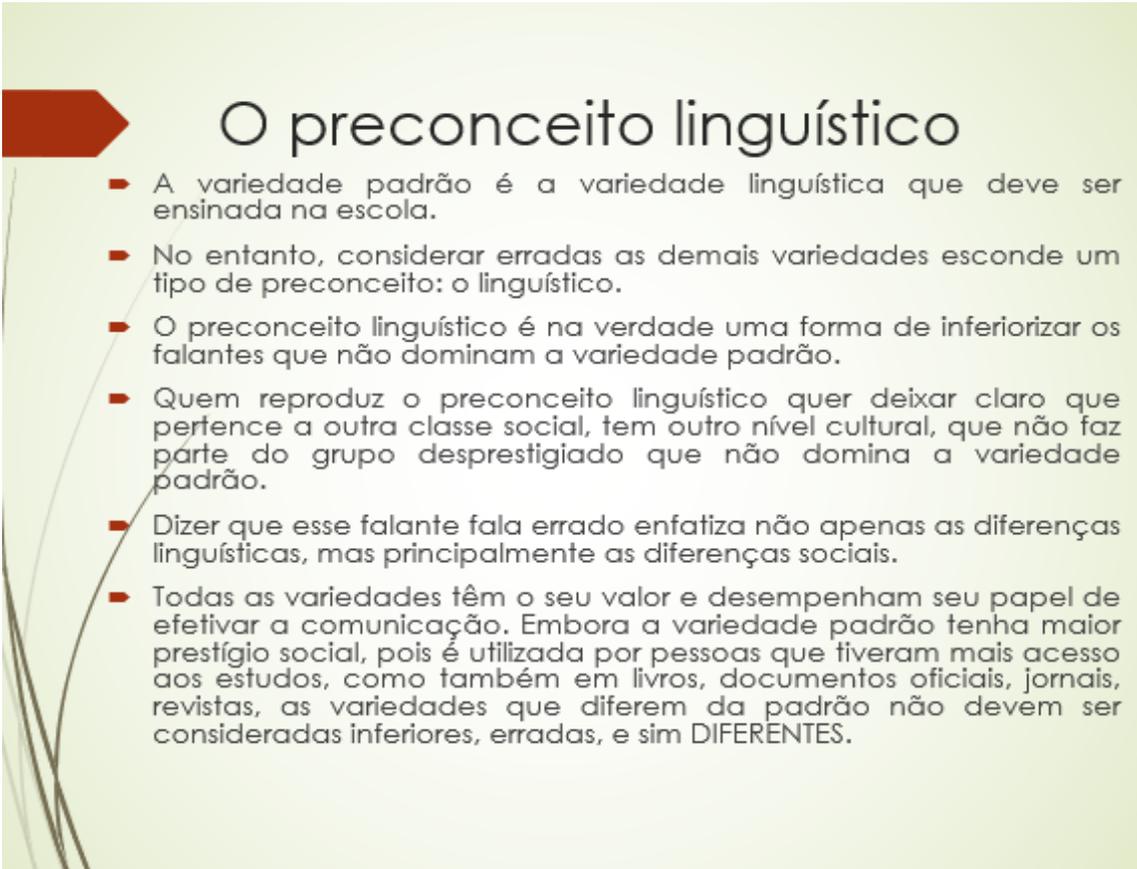
O preconceito linguístico é na verdade uma forma de inferiorizar os falantes que não dominam a variedade padrão, a norma culta da língua, o falar e o escrever tido como perfeito, sem erros.

O usuário da língua que reproduz o preconceito linguístico deseja demonstrar pertencer a outra classe social, tem outro nível cultural, que não faz parte do grupo desprestigiado que não domina a variedade padrão, pois dizer que determinado indivíduo fala errado enfatiza não apenas as diferenças linguísticas, mas principalmente as diferenças sociais.

Em um primeiro momento, o aluno pode entender que o professor de língua materna, ao levantar essa discussão, defende que a fala e a escrita podem acontecer de qualquer forma, que é possível falar errado. É

indispensável, no entanto, que o professor esclareça que o entendimento não deve ser esse.

Slide 21



O preconceito linguístico

- A variedade padrão é a variedade linguística que deve ser ensinada na escola.
- No entanto, considerar erradas as demais variedades esconde um tipo de preconceito: o linguístico.
- O preconceito linguístico é na verdade uma forma de inferiorizar os falantes que não dominam a variedade padrão.
- Quem reproduz o preconceito linguístico quer deixar claro que pertence a outra classe social, tem outro nível cultural, que não faz parte do grupo desprestigiado que não domina a variedade padrão.
- Dizer que esse falante fala errado enfatiza não apenas as diferenças linguísticas, mas principalmente as diferenças sociais.
- Todas as variedades têm o seu valor e desempenham seu papel de efetivar a comunicação. Embora a variedade padrão tenha maior prestígio social, pois é utilizada por pessoas que tiveram mais acesso aos estudos, como também em livros, documentos oficiais, jornais, revistas, as variedades que diferem da padrão não devem ser consideradas inferiores, erradas, e sim DIFERENTES.

Fonte: professora pesquisadora

Todas as variedades têm o seu valor e desempenham seu papel de efetivar a comunicação. Embora a variedade padrão tenha maior prestígio social, pois é utilizada por pessoas que tiveram mais acesso aos estudos, como também em livros, documentos oficiais, jornais, revistas, as variedades que diferem da padrão não devem ser consideradas inferiores, erradas, e sim diferentes.

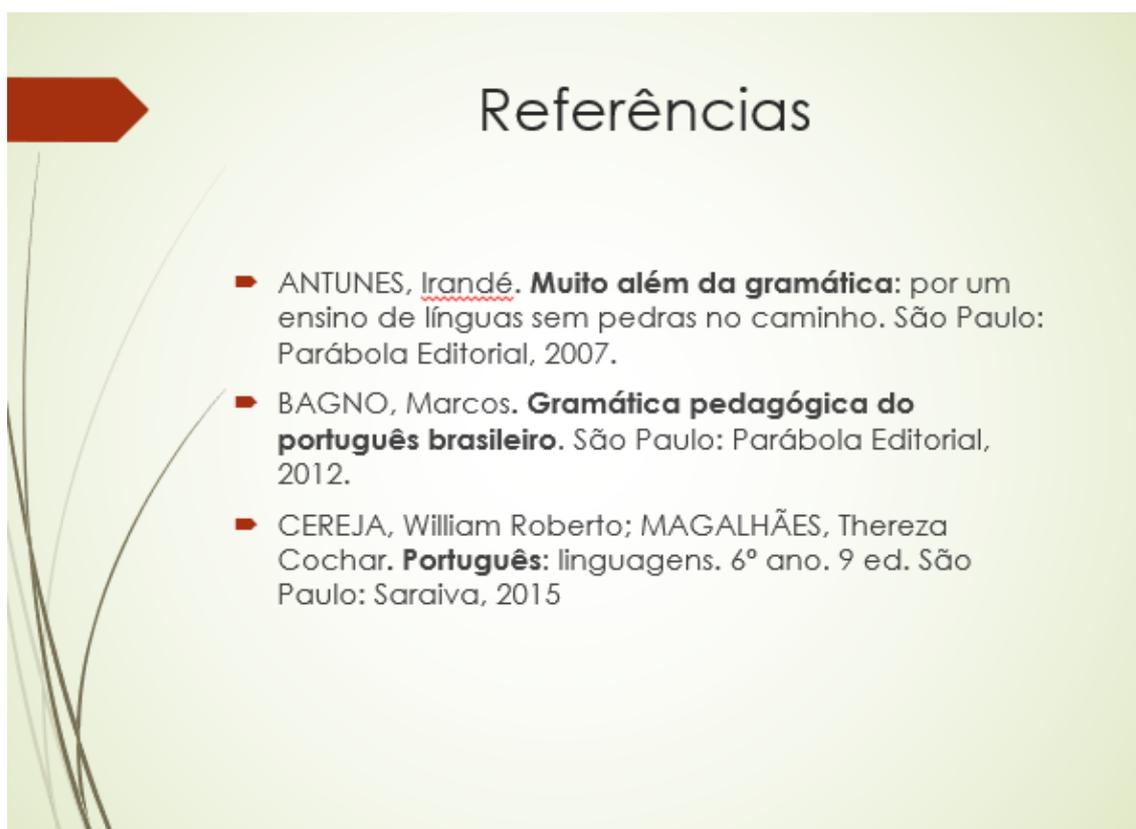
Foi reforçado que a variedade padrão é ensinada pela escola porque é muito importante. É necessário e importante utilizá-la em diferentes momentos da vida em sociedade: uma entrevista de emprego, apresentar um trabalho na escola, em um debate, ao escrever uma carta para uma autoridade, entre outros eventos.

A escola, ao ensinar a variedade padrão, proporciona ao aluno o conhecimento necessário para ele estar preparado para os eventos que exigem o domínio dessa linguagem.

Por outro lado, demonstra conhecimento linguístico o usuário da língua que entende e reconhece as variedades da língua e todos os fatores que nela interferem e, não apenas isso, sabe fazer uso de todas as variedades, a depender da necessidade.

No slide 22, estão contidas as referências utilizadas para a elaboração de todo o conteúdo

Slide 22



Fonte: professora pesquisadora

Essa intervenção objetivou, até o presente momento, despertar isso no aluno e fazê-lo refletir criticamente sobre os fenômenos linguísticos que os rodeiam, preparando-o para utilizar a língua de forma mais consciente.

Dando continuidade à proposta intervencionista, em outro dia foi apresentado aos alunos o conteúdo de regência verbal. Esse conteúdo foi ministrado em cinco aulas.

REGÊNCIA VERBAL

Vera Lúcia de Freitas Silva



Fonte: professora pesquisadora

Foram inseridos na exposição os verbos *ir/chegar, obedecer/desobedecer, esquecer/lembrar, namorar, assistir, preferir e pagar*, totalizando dez verbos. Eles foram escolhidos pela pesquisadora porque sua experiência como docente mostra serem justamente esses os que mais apresentam divergências, no que diz respeito à regência, entre o que é prescrito pela gramática tradicional e ao que é efetivamente praticado na linguagem corrente dos alunos.

O referido conteúdo não foi abordado da forma tradicional. Foram apresentadas aos alunos, em relação aos verbos citados, duas perspectivas: uma referente à variedade padrão e outra referente ao uso coloquial (linguagem contemporânea). Foi proposto ao aluno que ele analisasse e comparasse o exemplo de ambas as modalidades de língua, com ênfase na percepção da linguagem coloquial não pela perspectiva do erro, mas pela perspectiva variacionista.

O conteúdo foi efetivamente iniciado com a apresentação do conceito de regência verbal, destacando-se a relação de dependência existente entre o verbo e o seu complemento. Para tanto, foram dadas duas orações nas quais foram apontados os verbos e seus respectivos complementos, como se pode ver no slide 2:

DEFINIÇÃO

- As palavras se relacionam para formar unidades de significado – as frases ou orações. Nelas as palavras mantêm uma relação de dependência umas em relação às outras.
- Chama-se regência verbal a relação de dependência entre um verbo e o termo que lhe serve de complemento.
- Ex: O homem necessita de trabalho.
(necessita>termo regente>verbo transitivo indireto).
(de trabalho>termo regido>objeto indireto).
- Ex: Maria gastou todo o salário.
(gastou>termo regente>verbo transitivo direto).
(todo o salário>termo regido>objeto direto).



Fonte: professora pesquisadora

Na oportunidade, foi feita com os alunos uma revisão, a partir dos exemplos dados no slide 2, acerca dos conceitos de verbos transitivos diretos e indiretos e seus respectivos complementos, tendo em vista que os alunos objeto da intervenção sentiam dificuldades para assimilar tal conteúdo, que é pré-requisito para entender a regência verbal.

Entende-se que conteúdos relativos à análise sintática devem ser constantemente retomados e reforçados, pois são definições e conceitos que os alunos tendem a esquecer e até confundir, sendo importante que o professor esteja atento a esse detalhe.

Tentar aprofundar um conteúdo sem fornecer as bases para o avanço do conhecimento pode tornar mais difícil a tarefa do professor, além de prejudicar sua avaliação no que concerne à efetiva aprendizagem dos alunos.

No slide 3 (abaixo), foi mostrado aos alunos que falantes do português brasileiro dominam grande parte dos verbos no que diz respeito ao uso de seus complementos. Para comprovar essa afirmação, foram dados dois exemplos: *João precisa...* e *Maria pensa...*, para que os alunos, utilizando seu conhecimento prévio, utilizem a preposição adequada ao complemento verbal.

Sendo o português brasileiro a língua materna, seus usuários são capazes de, intuitivamente, fazer uso de construções sintáticas mais elaboradas.

Apesar disso, nesse momento foi destacada a importância de destinar maior atenção à regência de alguns verbos porque há variação quanto ao seu uso: enquanto na linguagem coloquial são utilizados de uma forma, a norma padrão estabelece que o uso culto deve ser outro.

Nessa ocasião, foi lembrado aos alunos o conceito de variação linguística no tocante à regência verbal, pois não se vê sentido em desprezar a fala real do aluno/falante, tratando-a como se não existisse.

Ao contrário, o diferencial reside justamente na oportunidade de apresentar aos alunos as possibilidades existentes na língua, ofertando conhecimento não apenas da variedade padrão – o que se espera da escola –, mas também da variedade distinta da padrão.

Slide 3

UMA PERSPECTIVA VARIACIONISTA

- Os falantes do português brasileiro, em geral, não apresentam maiores dificuldades quanto ao emprego da regência da maioria dos verbos.
- Ex: João precisa ...
- Maria pensa
- Alguns verbos, no entanto, precisam ser estudados com maior atenção, pois os falantes em geral utilizam uma regência em sua linguagem coloquial, ao passo que a gramática tradicional estabelece que a regência “correta” é diferente.
- A língua varia, ou seja, não há uma única forma de falar ou escrever. De acordo com essa perspectiva, veremos uma lista de verbos que, seguindo a norma padrão, apresentam uma regência, e na linguagem coloquial são utilizados de outra forma.

Fonte: professora pesquisadora

Dando continuidade à aula, iniciou-se a apresentação, no slide 4 (abaixo) da regência dos verbos *chegar* e *ir*, classificados como intransitivos, mas que exigem preposição *a* ao indicarem lugar. Foram apresentados aos



alunos exemplos considerando a construção coloquial, do dia a dia, e a prescrita pela norma padrão, com o uso da preposição *a*.

Slide 4

VERBOS CHEGAR E IR

SÃO VERBOS INTRANSITIVOS. EXIGEM A PREPOSIÇÃO **A** QUANDO INDICAM LUGAR.

Linguagem coloquial	Norma padrão
Chegamos no teatro às nove horas.	Chegamos ao teatro às nove horas.
O ônibus chegou em Mossoró de madrugada.	O ônibus chegou a Mossoró de madrugada.
Sábado iremos no show de Roberto Carlos.	Sábado iremos ao show de Roberto Carlos.
Vou no banheiro.	Vou ao banheiro.
Vou no centro	Vou ao centro



Fonte: professora pesquisadora

No slide seguinte, de número 5, foi visto a regência dos verbos *obedecer* e *desobedecer*, classificados como transitivos indiretos que exigem a preposição *a*.

Enquanto a norma padrão estabelece o uso desses verbos com a preposição *a*, o uso contemporâneo a exclui. Note-se que a ausência da preposição não causa qualquer prejuízo ao entendimento e à comunicação. Os usuários da língua não deixarão de emitir satisfatoriamente sua mensagem em virtude da carência da referida preposição.

Observou-se, claramente, a divergência entre o uso ideal e o uso real.

VERBOS OBEDECER E DESOBEDECER

SÃO VERBOS TRANSITIVOS INDIRETOS E EXIGEM A PREPOSIÇÃO A.

Linguagem coloquial	Norma padrão
O filho desobedeceu o pai.	O filho desobedeceu ao pai.
Todos obedeciam estas ordens.	Todos obedeciam a estas ordens.
Os alunos obedecem o regulamento da escola.	Os alunos obedecem ao regulamento da escola.
As escolas obedecem as regras do governo.	As escolas obedecem às regras do governo.
É necessário que motoristas e pedestres obedecam as leis de trânsito.	É necessário que motoristas e pedestres obedecam às leis de trânsito.

Fonte: professora pesquisadora

Em seguida, no slide 6 (abaixo), foi apresentada a regência do verbo *namorar*. Esse verbo, classificado como transitivo direto, não exige preposição *com*, embora grande parte dos usuários da língua utilize, tanto na fala como na escrita, a referida preposição.

Entende-se que mostrar aos alunos os dois usos, o coloquial e o padrão, proporciona aos mesmos o conhecimento da variação do ponto de vista prático, concreto, pois trata-se de um verbo que, em geral, utilizam na forma coloquial.

É na escola, como já dito, que o aluno tem acesso a um conhecimento diferenciado, não proporcionado pelo convívio com pessoas não escolarizadas. A regência verbal é um conteúdo muito importante pois, como visto no capítulo 1, os “guardiões da linguagem” esperam um lapso para condenar o usuário da língua que não obedeça às regras da gramática normativa.

Por esse prisma, trata-se de matéria de muita relevância no contexto escolar e fora dela. Os alunos, portanto, devem ser preparados para lidar com situações comunicativas que exijam o uso de uma ou outra modalidade apresentada, a padrão ou a contemporânea (coloquial).

VERBO NAMORAR

É VERBO TRANSITIVO DIRETO. NÃO EXIGE PREPOSIÇÃO "COM".

Linguagem coloquial	Norma padrão
Maria namora com José.	Maria namora José.
Você namora com alguém?	Você namora alguém?

Fonte: professora pesquisadora

Foi explicado aos alunos que o uso da preposição *com* junto ao verbo *namorar* talvez decorra da proximidade semântica com o verbo *casar*, que exige a preposição *com*. Nesse sentido, é perceptível que o usuário da língua não elege sua forma de se comunicar aleatoriamente, existe sistematicidade, regularidade e sentido.

Logo após, no slide 7 (abaixo) foram apresentados os verbos *esquecer* e *lembrar*. Empregados em sua forma pronominal, classificam-se como transitivos indiretos, exigindo a preposição *de*. Empregados sem os pronomes oblíquos, devem ser utilizados sem preposição. Essa é a orientação da gramática tradicional.

A linguagem coloquial, no entanto, mostra que, mesmo não utilizando o pronome oblíquo, os falantes costumam utilizar a preposição *de*, sem qualquer prejuízo ao evento comunicativo.

VERBOS ESQUECER E LEMBRAR

QUANDO EMPREGADOS EM SUA FORMA PRONOMINAL (COM O USO DOS PRONOMES “ME”, “SE”, “NOS”, SÃO TRANSITIVOS INDIRETOS E EXIGEM A PREPOSIÇÃO “DE”. QUANDO EMPREGADOS SEM OS PRONOMES “ME”, “SE”, “NOS”, SÃO TRANSITIVOS DIRETOS E NÃO EXIGEM PREPOSIÇÃO “DE”.

Linguagem coloquial	Norma padrão
O funcionário lembrou da entrevista.	O funcionário lembrou- se da entrevista/ O funcionário lembrou a entrevista.
Esqueci dos documentos.	Esqueci- me dos documentos/ Esqueci os documentos.
Esqueci do nome dela.	Esqueci o nome dela/ Esqueci- me do nome dela.
Não lembrei do nome dele.	Não me lembrei do nome dele/ Não lembrei o nome dele.
Lembrei de você.	Lembrei- me de você/Lembrei você.



Fonte: professora pesquisadora

Ato contínuo, o verbo *preferir* foi apresentado no slide 8. É classificado como transitivo direto e indireto na presença de dois complementos, sendo um deles obrigatoriamente introduzido pela preposição *a*.

Grande parte dos falantes, entretanto, na linguagem coloquial, não utiliza a preposição *a*, substituindo-a pelo pronome *que* ou a locução prepositiva *do que*.

Foi bastante debatido com os alunos que, embora seja comum ouvir “*prefiro mais*”, “*prefiro mil vezes*”, “*prefiro muito mais*”, essas construções fazem parte da linguagem coloquial do verbo *preferir*. Em situações comunicativas mais monitoradas, é interessante que simplifique o uso do verbo e evite as expressões “*mais*”, “*mil vezes*”, “*muito mais*” aliadas a “*que*” ou “*do que*”.

Foram orientados que, quanto ao verbo *preferir*, quanto mais simples a construção, mais ela atenderá ao prescrito pela gramática tradicional, especialmente se tratando de textos (escritos ou orais) nos quais se exija o domínio da variedade padrão.

VERBO PREFERIR

É VERBO TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO QUANDO APARECE COM DOIS COMPLEMENTOS, UM DELES INTRODUZIDO PELA PREPOSIÇÃO “A”.

Linguagem coloquial	Norma padrão
Prefiro mais o vôlei do que o futebol.	Prefiro o vôlei ao futebol.
Prefiro mil vezes sair que ficar em casa.	Prefiro sair a ficar em casa.
Prefiro mais frutas do que doces.	Prefiro frutas a doces.
O jovem prefere muito mais doce do que salgado.	O jovem prefere doce a salgado.



Fonte: professora pesquisadora

O verbo *pagar* foi apresentado em seguida, no slide 9 (abaixo). De acordo com a norma padrão, classifica-se como transitivo direto quando se refere a coisa, e transitivo indireto quando se refere a pessoa. Quando se refere a pessoa, portanto, exigem a preposição *a*.

A diferença entre o que prescreve a gramática tradicional e o uso corrente da língua em relação a esse verbo é evidente. Muito relevante, nesse contexto, que o aluno conheça as duas variedades, a que ele usa efetivamente e a que a gramática tradicional estabelece que ele deve usar para fazer bom uso da língua.

VERBO PAGAR

É TRANSITIVO DIRETO QUANDO O OBJETO SE REFERE A COISA. QUANDO O OBJETO SE REFERE A PESSOA, É TRANSITIVO INDIRETO E EXIGE A PREPOSIÇÃO "A".

Linguagem coloquial	Norma padrão
Você já pagou o pedreiro?	Você já pagou ao pedreiro?/ Você já pagou o salário ao pedreiro?
Paguei o dentista.	Paguei ao dentista/ Paguei a consulta ao dentista.



Fonte: professora pesquisadora

Ato contínuo, foi apresentado um grupo de verbos que têm a regência alterada quando mudam de significado. Noutro falar, a depender do significado do verbo presente no contexto, muda sua classificação quanto à transitividade.

Importa apresentar tais verbos aos alunos porque em geral desconhecem os demais significados desses verbos. Para eles, há apenas um significado e, conseqüentemente, uma única regência. É o caso do verbo *assistir*, como se vê no slide 10.

VERBO ASSISTIR É UM VERBO QUE MUDA DE REGÊNCIA QUANDO MUDA DE SIGNIFICADO

Significando “ver” ou “presenciar”, é verbo transitivo indireto e exige a preposição “a”	Significando “ajudar”, “dar ou prestar assistência”, “acompanhar”, é verbo transitivo direto	Significando “dizer respeito”, é verbo transitivo indireto e exige a preposição “a”
Marcelo assistiu a um filme de terror. / Ontem assistimos a um filme.	O médico assistiu o doente. / Médicos e enfermeiras assistiram o acidentado.	No Brasil, votar é um direito que assiste a todos os cidadãos.
Rafael fica nervoso quando assiste aos jogos da seleção.	As empresas de saúde assistem seus conveniados.	

Fonte: professora pesquisadora

O alunado em geral conhece o verbo *assistir* significando no significado de *ver*, e não utilizam a preposição *a* em suas construções linguísticas coloquiais.

Falam e escrevem, com naturalidade, *assisti o filme*, *assisti a novela*, sem imaginar que a gramática tradicional normatiza que o verbo *assistir*, significando *ver*, deve ser acompanhado da preposição *a*.

Torna-se imprescindível, portanto, explicar aos alunos tanto os possíveis significados de *assistir* como também o uso estabelecido pela gramática normativa, que rege a variedade padrão, enfatizando que a linguagem coloquial (contemporânea), do ponto de vista linguística, não é inferior, é apenas diversa da padrão.

No dia seguinte, após ter sido ministrado o conteúdo de regência verbal acima descrito, aplicou-se um questionário a fim de verificar se houve, efetivamente, aprendizagem no que diz respeito à regência padrão dos verbos apresentados em sala de aula.

É primordial que o aluno conheça a variedade padrão da língua para que dela possa fazer uso quando a situação o exigir. Esta intervenção, apesar

de apresentar a linguagem coloquial, não deixou de mostrar os usos relativos à norma padrão. O diferencial da pesquisa foi contrapor os dois usos, reconhecendo a importância de a escola não se eximir de ofertar ao aluno conhecimento acerca da norma padrão da língua.

Em outras palavras, viabilizou que o aluno relacionasse o conceito de variedade linguística ao ensino da regência verbal.

3.1 OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE UTILIZADOS NA PESQUISA INTERVENCIÓNISTA

Nesse capítulo foi feita uma abordagem acerca dos instrumentos utilizados na pesquisa intervencionista da turma de 8º ano do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos. Foram utilizados dois questionários. O primeiro teve o objetivo de diagnosticar os conhecimentos prévios dos alunos, entre outros pontos, sobre o que é falar certo, o que é falar bem, como também suas noções sobre variação linguística e regência verbal.

O segundo questionário teve como desígnio verificar o aprendizado dos alunos sobre o conteúdo de regência verbal, tendo sido aplicado após a matéria, tanto de variação linguística como de regência verbal, ter sido explanada. Ambos os questionários se encontram disponíveis no apêndice desta proposta de intervenção.

Imperioso destacar inicialmente que os conteúdos a serem abordados na presente intervenção, qual sejam, tanto a variação linguística como a regência verbal em uma perspectiva interacionista não foram apresentados aos alunos no livro didático, ou seja, o livro didático não dispunha desses conteúdos.

O livro de Língua Portuguesa adotado pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte para os anos finais do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos no corrente ano intitula-se *Caminhar e Transformar*, da Editora FTD.

Percebe-se, portanto, a inconsistência de conteúdos no referido livro, visto que são temáticas relevantes que devem integrar o ensino de língua materna. Caso o professor optasse, por exemplo, em seguir estritamente o

previsto no livro didático, o aluno não teria acesso a conhecimentos relativos a variação linguística e tampouco de regência verbal.

Destaque-se ainda que essa deficiência do livro didático em questão não se limita ao 8º ano do ensino fundamental, mas ao ciclo inteiro (6º, 7º, 8º e 9º anos), ou seja, em nenhum desses níveis a variação linguística foi exposta ou discutida. É como se ela não existisse.

Passando à abordagem dos temas tratados no questionário diagnóstico, a primeira questão colocada para os alunos foi se eles consideravam que todos os falantes do Brasil falam da mesma forma. Foi pedido também que eles explicassem sua resposta.

Essa questão buscou identificar se os alunos consideram a língua portuguesa uma língua única, sem variações, abordando a suposta unidade do português brasileiro.

Espera-se que os alunos percebam que, dada a dimensão do Brasil, a língua aqui falada é heterogênea e influenciada por diversos fatores, tais como idade, sexo, região geográfica em que vive o falante, como também seu nível social e cultural. São esses fatores que, entre outros, contribuem para a existências das variedades linguísticas.

Na segunda questão foi perguntado se os alunos consideravam que pessoas do Sul ou Sudeste do Brasil falam mais correto que eles, que vivem no Nordeste.

Essa questão foi elaborada a partir da existência do mito de que em outras regiões do país “se fala melhor” a Língua Portuguesa do que na região nordeste.

Espera-se que os alunos entendam que não é a região geográfica em si que determina quem fala melhor, mas sim outros fatores como, por exemplo, o uso de uma linguagem mais formal ou menos formal na comunicação, realizada considerando o contexto situacional e o grau de intimidade entre os falantes.

Na terceira questão foi pedido que o aluno, da cidade, imaginasse ter um primo que morasse distante, especificamente na zona rural. Caso o primo dissesse “*quero comprá uma bicicleta*”, questionou-se se o aluno diria que ele está falando certo ou errado. Foi solicitado também que o discente justificasse sua resposta.

O objetivo da inserção dessa questão foi verificar se o aluno, na prática, reconhece a fala diferente da sua como uma variedade da língua ou a julga de imediato como errada.

Na quarta questão foi perguntado ao aluno o que, para ele, é falar e escrever bem. Espera-se que o aluno perceba que falar e escrever bem é diferente de falar e escrever certo. Entende-se que essa questão é importante porque tais conceitos são objeto de confusão pelos usuários da língua.

Em outras palavras, muitos falantes acreditam que falam e escrevem bem quando falam e escrevem certo. Tratam *bem* e *certo* como sinônimos.

Nas palavras de Antunes (2014, p. 27)

O que caracteriza uma pessoa que fala, lê e escreve bem é a sua capacidade de dizer com clareza, com relevância, de forma articulada e coerente, aquilo que é preciso ser dito, num dado momento e a certo interlocutor, o que exige, para além do conhecimento da gramática, o conhecimento do léxico e das normas socioculturais que, pragmaticamente, regulam o comportamento verbal das pessoas.

Entende-se, com isso, que “a gramática é necessária, mas não é suficiente” (ANTUNES: 2014, p.27). Não é o simples ensino de gramática, entendida como um conjunto de regras, que irá determinar o sucesso do sujeito enquanto usuário da língua. O constante contato com textos na variedade padrão— seja na forma oral ou escrita – ajudará muito mais o usuário no domínio da linguagem do que o mero estudo de regras e nomenclaturas (ANTUNES, 2014).

Por essa perspectiva, entende-se que falar e escrever bem ultrapassa falar e escrever certo: mais importante que a obediência aos preceitos gramaticais é a percepção da adequação da fala ou escrita à situação de comunicação concreta.

Na quinta questão, foi perguntado ao aluno o que, para ele, é falar e escrever certo.

Espera-se, nessa pergunta, verificar se o aluno associa o falar e escrever certo à obediência irrestrita aos preceitos gramaticais, cuja definição difere, como visto, de falar e escrever bem.

Na sexta e última questão do questionário de diagnóstico foi solicitado ao aluno que assinalasse as frases que ele considera erradas, considerando o prescrito pela gramática tradicional.

Observe-se que houve uma mescla de itens: há aqueles que não apresentam qualquer desvio relacionado à regência padrão e que já são utilizados “corretamente”, no uso real da língua. Os usuários da língua não demonstram nenhuma dificuldade em utilizar a regência correta do verbo em virtude de sua gramática internalizada, anterior à escola, aquela aprendida com o convívio familiar e social.

Outros itens, em contrapartida, apresentam desvio proposital ao que prescreve a variedade padrão.

Pretende-se avaliar, com essa questão, em que momento os alunos reconhecem o uso da língua como “errado”, ou seja, em desacordo com a gramática tradicional, e quando também o reconhece como “correto”.

O item *a)* da questão 6 foi “*eu namoro com Paula*”, no qual se aborda a regência do verbo *namorar*, amplamente utilizada pelos usuários da língua, mas em desacordo com o prescrito pela gramática tradicional.

O item *b)* da questão 6 foi “*os alunos aplaudiram o espetáculo*”, no qual se utiliza verbo *aplaudir*, que se liga ao complemento sem o uso de nenhuma preposição.

O item *c)* da questão 6 foi “*Maria pensa em João*”, no qual se observa a regência do verbo *pensar*, o qual exige o uso da preposição *em*.

O item *d)* da questão 6 foi “*vou no banheiro*”, construção essa que utiliza a regência do verbo *ir* em sua forma coloquial, não obedecendo ao determinado pela gramática tradicional.

O item *e)* da questão 6 foi “*assisti o filme ontem*”, que também não obedece à regência padrão do verbo *assistir*.

O item *f)* da questão 6 foi “*quero sonhar com você*”, abordando-se a regência do verbo *sonhar*, o qual exige o uso da preposição *com*.

O item *g)* da questão 6 foi “*não desobedeça o seu pai*”, cujo verbo *desobedecer*, no exemplo dado, não segue a regência padrão, já que exige o uso da preposição *a*.

O item *h)* da questão 6 foi “*eu lembro de você*”, trazendo a regência do verbo *lembrar* em desacordo com o que é posto pela gramática tradicional.

O item *i*) da questão 6 foi “já pagamos o dentista”, abordando a regência do verbo *pagar*.

O item *j*) da questão 6 foi “prefiro muito mais sair do que ficar em casa”. Versa sobre a regência do verbo *preferir*, que no exemplo dado não cumpre o estabelecido pela gramática tradicional.

O item *k*) da questão 6 foi “as pessoas precisam de lazer”, em que se verifica a regência do verbo *precisar*, o qual exige o uso da preposição *de*.

Dando continuidade à abordagem dos instrumentos da intervenção, o segundo questionário foi aplicado, como dito, para verificação de aprendizado, após ter sido ministrado o conteúdo de variação linguística e de regência verbal.

Na primeira questão do questionário de aprendizagem foi dada a seguinte tirinha:



Foi solicitado que, após a leitura e considerando a regência do verbo *assistir*, o aluno informasse se a fala do garoto está de acordo com a variedade padrão. Foi pedido também que ele explicasse sua resposta.

O objetivo dessa questão foi verificar a aprendizagem do aluno quanto ao uso da regência do verbo *assistir*. Espera-se que ele perceba o desvio em relação ao que prescreve a gramática tradicional.

Além disso, trata-se de uma questão que exige a leitura do diálogo contido na tirinha, o que acaba também por avaliar a atenção do aluno com relação ao que é pedido no enunciado.

Na segunda questão também foi dada a seguinte tirinha:



Foi pedido ao aluno que, de acordo com a regência do verbo *lembrar*, informasse se os personagens obedeceram ao que prescreve a variedade padrão. Foi solicitado também que explicasse a resposta dada.

O objetivo da inserção dessa tirinha foi verificar se o aluno reconhece a regência do verbo *lembrar* que, tal como está no diálogo entre as personagens da tirinha, não segue as recomendações da gramática tradicional.

A terceira questão foi elaborada a partir da letra da música *Coração de papelão*, da Turma do Balão Mágico, utilizando-se especificamente o seguinte trecho: “*Meu amor, sempre quis namorar com você*”.

Considerando esse trecho, foi pedido que o aluno avaliasse se a regência do verbo *namorar*, como está na letra da música, está de acordo com o prescrito pela gramática tradicional. O objetivo da questão foi também verificar se houve aprendizado da regência padrão do referido verbo.

Na quarta questão foi pedido que o aluno corrigisse as orações considerando a variedade padrão da regência verbal. Trata-se de uma questão objetiva, através da qual se busca verificar o aprendizado de forma direta.

Trata-se de um exercício de fixação e de verificação de aprendizagem. Embora se defenda que o domínio da linguagem padrão se dê principalmente a partir do contato com textos que utilizem essa variedade, entende-se que uma abordagem não precisa necessariamente excluir a outra. Elas podem ser conciliadas.

No dia a dia da sala de aula, acredita-se ser importante utilizar esse tipo de exercício, principalmente após o conteúdo ser ministrado. Trata-se de um treinamento para o aluno. Isso não impede que os conteúdos sejam reforçados por meio de textos utilizados na disciplina no decorrer do ano letivo.

Acredita-se que o professor de língua materna deve retomar, nos gêneros textuais utilizados em sala de aula, os conteúdos ministrados, mostrando ao aluno que a gramática integra o texto. Não é só o domínio da gramática que vai assegurar a competência do usuário da língua.

Buscando descobrir o conhecimento dos alunos acerca da regência do verbo *ir*, a primeira oração dada foi '*vou no centro da cidade hoje à tarde.*'

Através da segunda oração '*nós assistimos o jogo decisivo do campeonato brasileiro*', buscou-se verificar o domínio da variedade padrão do verbo *assistir*.

No terceiro item da questão quatro, o domínio da regência padrão do verbo *preferir* foi avaliado por meio da oração '*prefiro muito mais cinema do que teatro*'.

No quarto item da questão quatro, o conhecimento da regência padrão do verbo *obedecer* foi aferido através da oração '*obedeça o seu pai*'.

No quinto item da questão quatro, a oração dada foi '*aos domingos meu pai vai no Nogueirão.*', com o objetivo de verificar o aprendizado da regência do verbo *ir*.

No sexto item da questão quatro, a oração dada foi '*Maria namora com João.*'

No sétimo item da questão quatro foi dada a oração '*eu lembro de você*', a fim de examinar se o aluno fixou a regência padrão do verbo *lembrar*.

No oitavo e último item da questão quatro, a oração dada foi '*o governo paga mal os professores*', com o intuito de verificar a aprendizagem da regência padrão do verbo *pagar*.

Como se vê, todos os itens da questão quatro não seguem a determinação da gramática tradicional. Tendo sido ministrado o conteúdo de regência verbal para os alunos em uma perspectiva variacionista, a pesquisadora não se eximiu de apresentar a regência padrão dos verbos descritos.

Nesse sentido, espera-se que os alunos reconheçam a divergência, fazendo a devida correção.

No capítulo seguinte, prece-der-se-á à análise dos resultados da intervenção obtidos com a aplicação dos instrumentos descritos no presente capítulo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo de destina a analisar os resultados da intervenção obtidos com a aplicação dos instrumentos descritos no capítulo 2, quais sejam, o questionário diagnóstico e o questionário de verificação de aprendizado.

4.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO

O questionário de diagnóstico foi aplicado no dia 15 de agosto de 2017, na sala de informática (ver imagem abaixo), na turma da EJA correspondente ao 8º e 9º anos do ensino fundamental, durante o turno vespertino.

Foi solicitado aos 11 (onze) alunos que não se identificassem para responder ao questionário com o objetivo de deixá-los à vontade para responder o que realmente pensavam.

Percebeu-se que eles ficaram inicialmente inibidos com o registro fotográfico. Depois, ficaram à vontade e começaram a responder.



Fonte: pesquisa da autora

Iniciando a análise do resultado obtido a partir da aplicação do questionário de diagnóstico, a primeira questão colocada para os alunos foi se eles consideravam que todos os falantes do Brasil falam da mesma forma. Foi pedido também que eles explicassem sua resposta.

Atente-se para o fato de que, na transcrição das respostas dadas por eles, a pesquisadora conservou os problemas ortográficos e de pontuação. Obteve-se, como respostas à primeira questão:

Não porque cada um tem o seu jeito de falar (Aluno 1)

Não porque eles sabem diferente (Aluno 2)

Não porque um fala de um jeito e outro de outro jeito (Aluno 3)

Não porque tem uns que são educados diferentes e cada um tem seu jeito de falar (Aluno 4)

Não. Porque cada um tem o seu jeito de falar (Aluno 5)

Não, porque cada Estado tem o seu sotaque (Aluno 6)

Não porque cada um tem o seu jeito de falar (Aluno 7)

Não em vários estados tem sotaques diferentes (Aluno 8)

Não cada pessoa tem seu jeito de falar (Aluno 9)

Não acho porque tem muito que não tem estudo e não tem o conhecimento com a língua portuguesa oída (Aluno 10)

Não, por que alguns tem conhecimento e estudo que o outro não tem (Aluno 11)

Como se vê, todos os alunos responderam que nem todos os falantes do Brasil falam da mesma forma, ou seja, reconhecem a variedade da língua. Ainda que suas justificativas sejam distintas, é muito importante para a compreensão da variação linguística que o usuário da língua perceba que nem todos falam da mesma forma.

Observe-se que um deles se referiu ao sotaque (variação geográfica), outros se referiram ao nível de estudo (variação social). Entende-se que o resultado obtido foi satisfatório, pois o aluno, antes mesmo de a pesquisadora iniciar a intervenção no tocante à variação linguística, já identifica fatores que interferem na variação da língua.

Na segunda questão, foi perguntado se os alunos consideravam que pessoas do Sul ou Sudeste do Brasil falavam mais correto que eles, que vivem no Nordeste.

A maioria respondeu que não, como se vê nas respostas:

Não. Falo melhor do que elas (Aluno 1)

Não (Aluno 2)

Não (Aluno 3)

Não (Aluno 4)

Eu acho que sim (Aluno 5)

Não! (Aluno 6)

Não (Aluno 7)

Não eles tem o seu sotaques e nos temos o nosso (Aluno 8)

Não (Aluno 9)

Não. todo região tem sua maneira de falar (Aluno 10)

Não (Aluno 11)

Apenas um aluno, dentre os onze, respondeu que sim, que achava que pessoas do Sul ou Sudeste falam mais certo em comparação com a fala nordestina.

Apesar dessa resposta, entende-se que o resultado obtido com essa questão foi satisfatório, já que a maioria dos alunos reconhece que não há superioridade linguística pelo fato de o usuário da língua residir no Sul ou Sudeste do país.

Na terceira questão foi pedido que o aluno, da cidade, imaginasse ter um primo que morasse distante, especificamente na zona rural. Caso o primo dissesse “*quero comprá uma bicicleta*”, questionou-se se o aluno diria que ele está falando certo ou errado. Foi solicitado também que o discente justificasse sua resposta. As respostas foram:

Errado porque o correto se ele falasse bicicleta e não bicicleta (Aluno 1)

Sim (Aluno 2)

Errado por que a palavra não e bicicleta (Aluno 3)

Ele está falando errado por que ele diz o nome comprá uma bicicleta e essa palavra que ele disse está totalmente errada (Aluno 4)

Errado, porque a palavra correta é bicicleta, mas eu não vou corrigir ele (Aluno 5)

Ele está falando errado, porque a palavra certa é bicicleta (Aluno 6)

Tá errado por que esse jeito que ele escreve (Aluno 7)

Sim so tem a voz de matuto (Aluno 8)

Certo pois em cada região falam diferente (Aluno 9)

Está falando errado. Porque não é bicireta é bicicleta (Aluno 10)

_____ (Aluno 11)

Analisando as respostas dadas a essa questão, percebe-se que 70% dos alunos considera “*quero comprá uma bicireta*” errada, justificando que o certo é *bicicleta*.

O único aluno que disse que estava certo justificou afirmando que a fala entre as regiões é diferente.

Essas respostas mostram que tais alunos percebem a existência da variedade, que há diferenças linguísticas, mas quando se deparam com essas diferenças na prática taxam de erradas, e não de diferentes.

Isso mostra como o conceito de erro é culturalmente arraigado. Embora na teoria ele saiba que determinadas pessoas podem ter fala/escrita diferente da sua, quando se deparam com a diferença “real”, não a reconhecem.

Considerando essa perspectiva, nota-se que, ao passo que há desvios tolerados pelos alunos (usuários da língua), como a diferença na pronúncia (por exemplo, *tio* e *tchio*) há outros que são prontamente tachados de “errados”, como é o caso de *bicireta*.

Na quarta questão, foi perguntado ao aluno o que, para ele, é falar e escrever bem.

Falar e escrever bem de acordo com você achar certo (Aluno 1)

E asqueas pessoas que guaque situmtuação fala bem (Aluno 2)

Para mim escrever bem é não falar mal de alguma coisa (Aluno 3)

E ser não souber falar bem a pessoa não vai saber escrever (Aluno 4)

Para mim isso não importa o que importa pra mim é a intenção. (Aluno 5)

Não ter erro na hora de falar ou de escrever (Aluno 6)

É ser não soube fala certo, não vai saber escrever correto (Aluno 7)

Sim é escrever corretamente e com letra legívio (Aluno 8)

É saber o significado das palavras, é entender o assunto (Aluno 9)

É não deixa faltando letra e saber interpreta texto coreto (Aluno 10)

Falar e escrever bem é aquela pessoa que fala e escreve perfeitamente bem (Aluno 11)

Foi dito que, para a maioria dos usuários da língua, falar e escrever certo é sinônimo de falar e escrever bem. No momento em que respondiam ao questionário, os alunos perguntaram se havia duas perguntas iguais, justamente às referentes às questões 4 e 5.

O que se percebe inicialmente é que, para os alunos, fala e escrita estão interligados: quem fala bem escreve bem.

Relacionam, como era esperado, falar e escrever bem a falar e escrever corretamente, sem desvios ortográficos: “*não deixa faltando letra*” (aluno 10) e “*não ter erro na hora de falar ou de escrever* (aluno 6).

Nota-se também que os alunos percebem que fala e escrita estão interligados, ou seja, a forma como se fala influencia na escrita, como se observa nas respostas “*ser não soube fala certo, não vai saber escrever*

correto (Aluno 7) e “e ser não souber falar bem a pessoa não vai saber escrever” (Aluno 4).

Falar e escrever bem, como foi exposto, difere de falar e escrever certo: enquanto a fala e a escrita “certa” se restringe à obediência à gramática tradicional, a fala e a escrita satisfatória passa pela adequação da linguagem ao contexto comunicativo. Tal distinção, no entanto, não é muito clara para os alunos.

Analisando ainda as respostas da questão 4, dois alunos associaram falar e escrever bem a entender o sentido do que se está falando ou escrevendo, atribuindo significado à fala, à escrita ou ao que está sendo lido. É o que se depreende por meio das respostas *“é saber o significado das palavras, é intender o assunto (aluno 9) “saber interpreta texto coreto (aluno 10).*

Dois alunos relacionaram o fato de falar e escrever bem à adequação da fala e/ou escrita à situação comunicativa: *“falar e escrever bem de acordo com você achar certo” (aluno 1).* O outro aluno respondeu que falam e escrevem bem *“asqueas pessoas que guaque situmtuação fala bem (aluno 2),* fazendo referência às circunstâncias envolvidas no ato comunicativo.

Como dito, era esperado que os alunos fizessem confusão entre *falar e escrever certo* e *falar e escrever bem*. Por esse motivo, é preciso valorizar a resposta dos alunos 1 e 2. Eles disseram, cada um a seu modo, que falar e escrever bem ultrapassa falar e escrever certo: mais importante que a obediência aos preceitos gramaticais é a percepção da adequação da fala ou escrita à situação de comunicação concreta.

Na quinta questão, foi perguntado ao aluno o que é, para ele, falar e escrever certo.

Falar para mim são aquelas pessoas que fala e escreve tudo certo (Aluno 1)

_____ (Aluno 2).

Para mim escrever certo e não escrever errado as coisa (Aluno 3)

Por que ser não souber falar certo a pessoa não vai saber escrever corretamente (Aluno 4)

Escrever certo pra mim é eu saber o que eu quero fala e saber que estou falando e escrevendo certo (Aluno 5)

Falar corretamente, escrever sem erro ortográfico (Aluno 6)

Por que se não soube fala não vai escrever certo (Aluno 7)

A mesma coisa de cima escrever coretamente com uma letra legivil (Aluno 8)

_____ (Aluno 9)

Se você fala errado você escreve errado (Aluno 10)

Falar certo pra mim é aquela pessoa que fala tudo sem erra um palavra. Escrever certo é a pessoa escrever com ponto vírgula sem um erro (Aluno 11)

Novamente, pelas respostas dadas, percebe-se que, para eles, fala e escrita estão interligadas: “*por que ser não souber falar certo a pessoa não vai saber escrever corretamente*” (Aluno 4), “*por que se não soube fala não vai escrever certo*” (Aluno 7), “*se você fala errado você escreve errado*” (Aluno 10).

Analisando as respostas dos alunos por outra perspectiva, nota-se mais uma vez a confusão entre *falar e escrever certo* e *falar e escrever bem*. Associam falar certo a “*falar corretamente, escrever sem erro ortográfico*” (Aluno 6), ou ainda a “*escrever com ponto e vírgula sem um erro*” (aluno 11).

Percebe-se, com isso, que os alunos estão condicionados a associar o falar/escrever certo com a ausência de desvios ortográficos, de pontuação, ou seja, relacionam a aspectos puramente gramaticais. Talvez isso decorra das imposições as quais foram expostos ao longo de sua trajetória escolar e social.

Destaque-se ainda que nessa questão nenhum aluno fez referência à adequação da fala e escrita à situação comunicativa, como aconteceu na questão 4. Esse fato reforça a percepção do quanto está arraigada a crença de que o domínio da gramática assegura o uso “correto” da língua, não importado a questão da adequação da linguagem.

Não se pretende, nessa intervenção, criticar o ensino de gramática, mas sim o modo como a gramática é ensinada: com imposições, restrições, exclusões. É preciso valorizar, no contexto de sala de aula, mais a língua e menos a gramática. Não é possível continuar a reproduzir o discurso de que “a gramática está sempre certa”. É necessário considerar os demais aspectos da língua e da linguagem.

Na sexta e última questão do questionário de diagnóstico, foi solicitado ao aluno que assinalasse as frases que ele considera erradas, considerando o prescrito pela gramática tradicional.

Nessa questão, como dito anteriormente, a pesquisadora mesclou orações sem qualquer desvio com relação à regência padrão com orações que estão em desacordo com o que prescreve a gramática tradicional.

O item *a)* da questão 6 foi “eu namoro com Paula”, no qual se abordou a regência do verbo *namorar*, amplamente utilizada pelos usuários da língua, mas em desacordo com o prescrito pela gramática tradicional.

72,72% dos alunos marcou essa alternativa como errada, o que demonstra que já percebem o desacordo entre o uso e a norma.

O item *b)* da questão 6 foi “os alunos aplaudiram o espetáculo”, no qual se utilizou verbo *aplaudir*, que se liga ao complemento sem o uso de nenhuma preposição.

27,27% dos alunos marcou esse item como errado, quando na verdade não está. Esperava-se que índice fosse ainda menor em virtude de ser um verbo que não apresenta maiores dificuldades no tocante à regência.

Por outro lado, se comparado ao percentual obtido no item *a)*, no qual se abordou o verbo *namorar*, é considerado baixo, ou seja, a maioria não vê problema na regência do verbo *aplaudir*, o que leva a afirmar que não se trata de um verbo problemático para eles.

O item *c)* da questão 6 foi “*Maria pensa em João*”, no qual se referiu à regência do verbo *pensar*, o qual exige o uso da preposição *em*.

27,27% dos alunos marcou esse item como errado. Esse resultado, ainda que baixo, também fugiu ao esperado, em virtude de o verbo *pensar* não integrar a lista de verbos que comumente causam dúvidas quanto à regência.

O item *d)* da questão 6 foi “*vou no banheiro*”, construção essa que utilizou a regência do verbo *ir* em sua forma coloquial, não obedecendo ao determinado pela gramática tradicional.

27,27% dos alunos marcou esse item como errado, comprovando que a regência do verbo *ir*, utilizada como no exemplo, é para eles comum. A maioria não tacha como erro.

O item *e)* da questão 6 foi “*assisti o filme ontem*”, que também não obedeceu à regência padrão do verbo *assistir*.

54,54% dos alunos marcou esse item como errado, demonstrando que, quanto à regência de *assistir*, a maioria intui que a construção está em desacordo com as determinações da gramática normativa.

O item *f)* da questão 6 foi “*quero sonhar com você*”, abordando-se a regência do verbo *sonhar*, o qual exige o uso da preposição *com*.

Apenas 9,09% dos alunos marcou esse item como errado, comprovando que a regência padrão do verbo *sonhar* é facilmente dominada pelos usuários da língua, ou seja, eles não veem qualquer problema relacionado à regência desse verbo.

O item *g)* da questão 6 foi “*não desobedeça o seu pai*”, cujo verbo *desobedecer*, no exemplo dado, não seguiu a regência padrão, já que exige o uso da preposição *a*. Apenas 36,36% dos alunos marcou esse item como errado, demonstrando que para maioria a construção é comum, familiar. Para a maioria não há erro.

O item *h)* da questão 6 foi “*eu lembro de você*”, trazendo a regência do verbo *lembrar* em desacordo com o que é posto pela gramática tradicional.

Nenhum aluno marcou esse item como errado, mostrando que, para eles, não há problema algum com a construção, não observam nenhum desvio gramatical.

O item *i)* da questão 6 foi “*já pagamos o dentista*”, abordando a regência do verbo *pagar*. 36,36% dos alunos marcou esse item como errado.

O item *j)* da questão 6 foi “*prefiro muito mais sair do que ficar em casa*”. Versa sobre a regência do verbo *preferir*, que no exemplo dado não cumpre o

estabelecido pela gramática tradicional. 36,36% dos alunos marcou esse item como errado. Isso demonstra que, ainda que em desacordo com a gramática tradicional, a maioria dos alunos reconhece essa construção como legítima,

O item *k)* da questão 6 foi “*as pessoas precisam de lazer*”, no qual se abordou a regência do verbo *precisar*, que exige o uso da preposição *de*.

36,36% dos alunos marcou esse item como errado, resultado esse que surpreende, pois a regência do verbo *precisar* não costuma gerar dificuldades aos usuários da língua. Dificilmente alguém dirá *precisar em* ou *precisar com*.

No quadro abaixo os resultados podem ser melhor visualizados:

Quadro1 - Questão 6 – Questionário diagnóstico – Itens errados

Verbo	Número de marcações	Porcentagem
Namorar	8	72,72%
Aplaudir	3	27,27%
Pensar	3	27,27%
Ir	3	27,27%
Assistir	6	54,54%
Sonhar	1	9,09%
Desobedecer	4	36,36%
Lembrar	-	-
Pagar	4	36,36%
Preferir	4	36,36%
Precisar	4	36,36%

Fonte: professora pesquisadora

Antes da intervenção, verifica-se que os verbos com maior percentual de marcação, ou seja, que os alunos intuem que estão em desacordo com a gramática tradicional são *namorar* e *assistir*. Nas construções apresentadas, realmente não seguem o prescrito pela variedade padrão da língua.

Destaque-se que o verbo *lembrar* não teve nenhuma marcação dos alunos, o que denota que, para eles, não há erro na construção, embora, no exemplo dado, não siga as recomendações da regência tradicional.

Destaque-se que até aqui foram analisados os resultados obtidos com a aplicação do questionário diagnóstico, ou seja, todas as respostas dadas pelos alunos foram anteriores à intervenção propriamente dita.

4.2 A INTERVENÇÃO

Dando início à intervenção propriamente dita, a aula referente à variação linguística (cujos slides e seus respectivos comentários estão no segundo capítulo da pesquisa) foi ministrada no dia no dia 26 de setembro de 2017 durante o turno vespertino, na sala de informática. Foi utilizado o aparelho multimídia da escola, através do qual foram expostos os slides e o conteúdo supracitado. Não houve o registro de fotos nesse dia. Foram utilizadas cinco aulas.

Os alunos se identificaram bastante com o conteúdo. Participaram da aula, reconheceram, nos exemplos dados, sua fala, a fala de familiares, deram exemplos de gírias. Foi muito debatida a questão da adequação da linguagem, ou seja, eles perceberam como é importante adequar a fala e/ou escrita ao contexto comunicativo.

A participação dos alunos com relação ao conteúdo de variação linguística foi positiva e satisfatória.

A aula referente à regência verbal foi ministrada no dia 09 de outubro de 2017, (ver imagem abaixo) durante o turno vespertino, também na sala de informática. O conteúdo foi ministrado em cinco aulas.

Novamente foi utilizado o aparelho multimídia da escola, através do qual foram expostos os slides, nos quais se comparou a perspectiva tradicional e a inovadora da regência verbal.



Fonte: professora pesquisadora

A professora pesquisadora, após as explicações, solicitou que os alunos anotassem em seus cadernos todo o conteúdo ministrado para que pudessem, no dia seguinte, responder a um questionário para verificação do aprendizado. Para tanto, orientou-os a estudar em casa.

4.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZADO

Ato contínuo, o questionário de verificação do aprendizado foi aplicado no dia 10 de outubro, também no turno vespertino, em sala de aula. Cada aluno foi orientado a respondê-lo individualmente, de acordo com as explicações dadas na aula anterior e conforme o que haviam estudado. Analisar-se-á, a partir de agora, os resultados obtidos com a aplicação do questionário.



Fonte: professora pesquisadora



Fonte: professora pesquisadora

Foram utilizadas as respostas dos nove alunos que assistiram a aula de regência ministrada no dia 09 de outubro de 2017, ou seja, daqueles que foram efetivamente apresentados à variação da língua no tocante à regência dos verbos *assistir, namorar, esquecer, lembrar, obedecer, desobedecer, ir, chegar, pagar*.

Imperioso lembrar que o questionário de verificação de aprendizado foi elaborado não com o objetivo de discutir a variação linguística – toda a discussão pertinente à temática aconteceu durante a aula ministrada sobre regência verbal.

No momento da aplicação do questionário, pretendeu-se aferir o aprendizado dos alunos acerca da regência padrão dos verbos estudados. Noutra falar, ao mesmo tempo que a pesquisadora não desprezou o uso das variedades não padrão (tanto que foram trazidas para a sala de aula como fenômenos de língua viva, real), também não se eximiu de sua tarefa de apresentar a variedade padrão e promover seu aprendizado, ampliando a competência comunicativa dos alunos.

Destaque-se ainda que os alunos objeto da intervenção possuíam grandes dificuldades referentes a aprendizagem de transitividade verbal, conteúdo esse indispensável ao entendimento da regência verbal, ao avanço na matéria. É possível, portanto, que esse dado interfira no resultado.

Dando continuidade à análise dos resultados obtidos a partir da intervenção, passa-se ao questionário de verificação de aprendizado. A questão 1 do referido questionário abordou, por meio do gênero textual tirinha, a regência do verbo *assistir*.

Como visto no capítulo 2, foi perguntado aos alunos se a fala do garoto na frase “*eu assisti os noticiários*” estava de acordo com o que prescreve a variedade padrão da Língua Portuguesa, conforme debatido em sala de aula. Foi solicitado também que, diante da resposta afirmativa ou negativa, o aluno fizesse a devida explicação. As respostas foram:

Tá por quê está falando com uma pessoa (Aluno 1)

Sim porque ele tá falando tudo certo (Aluno 2)

Porque eu acho que é padrão (Aluno 3)

Sim, por que ele falou que não tinha medo do filme mais sim por que assistiu os noticiários (Aluno 4)

Sim. Porque ele fala certo como a gramática tradicional (Aluno 5)

Não! Porque essa fala é muito comum (Aluno 6)

Não (Aluno 7)

Não, se fosse na variedade padrão tinha que ser: “assisti ao filme de terror (Aluno 8)

Não pois de acordo com a variedade padrão se diz “eu assisti aos noticiários (Aluno 9)

Percebe-se, pelas respostas dos alunos, que a maioria (77,77%) considera a fala do garoto na tirinha ‘*assisti os noticiários*’ comum, usual. Eles não veem problema algum nessa construção, embora no dia anterior tenham sido expostos ao prescrito pela norma padrão.

Isso demonstra quão forte é o uso em detrimento da norma. O falante entende a sua fala como legítima, ainda que em desacordo com os rígidos preceitos gramaticais.

O usuário da língua passa a vida inteira ouvindo e falando de um modo que, para ele, é correto. Quando, na escola, a ele é apresentada uma linguagem diferente daquela que está familiarizado, certamente não haverá por parte dele uma adesão imediata e irrestrita.

Essa constatação pode explicar o fato de que a maioria dos alunos considerou a fala do garoto ‘*comum*’ (aluno 6), sem qualquer desvio, “*porque ele tá falando tudo certo* (aluno 2). O aluno 5 também respondeu que “*ele fala certo como a gramática tradicional*”, ou seja, para ele a construção não apresenta nenhuma irregularidade.

Embora no dia anterior tais alunos tenham sido apresentados à variedade padrão, isso não foi suficiente para promover, para a maior parte deles, nem o uso tampouco o reconhecimento das construções que não seguem o modelo de língua exposto em sala de aula.

Destaca-se que, embora a linguagem conhecida e usada pelos discentes não coincida com a que foi apresentada em sala de aula – no caso, a variedade padrão – a escola não pode se furtar de promover o ensino dessa variedade ainda não conhecida pelos alunos, pois esta os habilita, em maior ou menor grau, a ascenderem cultural e socialmente.

Apenas 2 alunos (22,22%) responderam o que a pesquisadora esperava, e por isso apenas essas duas respostas foram contabilizadas como corretas: que a fala do garoto na tirinha, considerando a regência do verbo *assistir*, não está na variedade padrão. Tais alunos, inclusive, exemplificaram, em suas respostas, como deveria ser a fala do garoto caso ele tivesse utilizado a variedade padrão, '*assisti aos noticiários*' (aluno 9), '*assisti ao filme*' (aluno 8).

Ainda que o número de acertos para essa questão seja considerado baixo (22,22%), é preciso reconhecer que houve avanços relativos à percepção da regência padrão do verbo *assistir*, principalmente ao se considerar explicação dada pelos dois alunos que acertaram.

Na questão 2, foi perguntado se a regência do verbo *lembrar*, tal como utilizada pelos personagens na tirinha, '*eles nunca lembram de uma data importante*' e '*lembro do dia de nossa primeira briga feia*', obedeceu a orientação da variedade padrão. Foi solicitado também que os alunos explicassem sua resposta. Assim eles responderam:

Não porquê tem muitas palavras erradas. (Aluno 1)

_____ (Aluno 2)

Não. (Aluno 3)

Não, por que a maioria dos homens lembra de alguma coisa. (Aluno 4)

Não. Porque eles fala de uma forma coloquial uma forma errada. (Aluno 5)

Não! Porque essa fala é muito comum. (Aluno 6)

Sim. (Aluno 7)

Sim não vejo nada de forma coloquial. (Aluno 8)

Não. (Aluno 9)

Embora a maioria dos alunos (66, 66%) tenha respondido que não – a resposta esperada pela pesquisadora – não justificaram (ou fundamentaram) adequadamente a resposta. Em outras palavras, não fundamentaram como o esperado e por esse motivo considerou-se que, nessa questão, não houve resposta adequada.

A resposta esperada era que os alunos fizessem a seguinte referência à regência do verbo lembrar: de acordo com o que está na tirinha, a regência do verbo está em desacordo com a variedade padrão. Como não está em sua forma pronominal, para obedecer a variedade padrão, a construção deveria ser “eles nunca *lembram* uma data importante” e “*lembro* o dia de nossa primeira briga feia”, e não “eles nunca *lembram de* uma data importante” e “*lembro do dia* de nossa primeira briga feia”, como está na tirinha.

Nenhum aluno desenvolveu esse raciocínio. Ao contrário, um deles apenas se deteve a interpretar a tirinha, sem sequer atentar para a regência verbal do verbo *lembrar*, visto que respondeu: “*não, por que a maioria dos homens lembra de alguma coisa*” (aluno 4). Isso mostra que esse aluno não atentou para o que estava sendo pedido no enunciado da questão.

Dois alunos responderam que sim, pois na visão deles não há problema algum na regência do verbo *lembrar*. Um deles justificou: “*Sim não vejo nada de forma coloquial*” (aluno 8).

Entende-se que, para esses alunos, para estar na linguagem coloquial teria que ter um desvio evidente e, para eles, na tirinha não há desvio. Não o reconhecem. Entendem que a fala da personagem, tal como está na tirinha,

obedece a variedade padrão, visto que é a forma comumente ouvida, falada e escrita por eles. A construção apresentada lhes é familiar, e por isso não percebem qualquer irregularidade.

Interessante notar, por outro lado, que alguns alunos associam a linguagem coloquial a uma linguagem simples, comum, facilmente entendida por eles, ao passo que percebem a variedade padrão como uma linguagem difícil, distante de sua realidade. Tal assertiva é confirmada por uma das justificativas das respostas dadas: não está de acordo com a variedade padrão porque a fala da tirinha “*é muito comum*” (aluno 6). Ou seja, se é comum, não é padrão. Padrão, nessa perspectiva, é o que foge do comum.

Um aluno associou também a fala coloquial a uma forma errada, como se depreende da resposta “*Não. Porque eles fala de uma forma coloquial, uma forma errada*” (aluno 5).

É importante o professor de língua materna desconstruir a imagem de que a variedade padrão é inalcançável pelas pessoas comuns, que é de difícil uso e acesso. O docente deve preparar os alunos para utilizar tal variedade quando for necessário por meio de uma reflexão acerca da linguagem e de todos os fatores que nela interferem.

O resultado a que se chega com essa questão é: 2 alunos (22,22%) erraram, pois responderam que sim, que a construção obedece a variedade padrão do verbo lembrar; 6 alunos (66,66%) responderam que não – a resposta esperada, mas sem justificativa adequada e, por esse motivo, não serão computadas como corretas, e sim como erradas. Um aluno (11,11%) não respondeu a questão.

Vê-se, portanto, analisando esse resultado, que não houve avanço no tocante à aprendizagem da regência padrão do verbo *lembrar*.

Continuando a análise dos resultados do questionário de aprendizagem, a questão 3 abordou a letra da música “Coração de papelão”, da Turma do Balão Mágico. Foi solicitado que os alunos, considerando o trecho “*sempre quis namorar com você*”, informassem se a regência do verbo *namorar*, de acordo com a gramática tradicional, está correta ou incorreta. As respostas foram:

Está incorreta. (Aluno 1)

Está correta. (Aluno 2)

Incorreta. (Aluno 3)

Sim está correta. (Aluno 4)

Incorreta. (Aluno 5)

Está incorreta. (Aluno 6)

Correta. (Aluno 7)

Está correta. (Aluno 8)

Incorreta. (Aluno 8)

Incorreta. (Aluno 9)

Nessa questão o número de acertos (66,66%) foi maior que o de erros (44,44%). Significa que a maioria identifica que, na variedade padrão, a preposição *com* não é exigida pelo verbo *namorar*. Percebe-se que os alunos, no que concerne à regência de *namorar*, distinguem uma variedade da outra.

Destaque-se que a obtenção desse resultado não significa que o aluno deixará subitamente de utilizar o verbo *namorar* associado a preposição *com*, mas entende-se que é um grande avanço ele reconhecer as possibilidades existentes, uma amparada pela gramática tradicional e a outra consagrada pelo uso.

Dando seguimento a análise do questionário de verificação de aprendizado, na questão 4 foi solicitado aos alunos que corrigissem as orações dadas considerando a variedade padrão da regência verbal.

É indispensável, nesse momento, atentar para a mudança promovida no questionário: enquanto nas três primeiras questões foram utilizados gêneros textuais (tirinhas e letra de música) para abordagem do conteúdo gramatical, a

questão quatro alicerça-se em exercício voltado para a análise de frases isoladas.

É possível que, em um primeiro momento, se caracterize o exercício como meramente mecânico, automático e, por isso, de menor valor. Como dito no segundo capítulo, o objetivo da inserção do mesmo no questionário foi, além de analisar a aprendizagem da regência padrão dos verbos estudados, verificar se os alunos sentiriam mais facilidade em responder atividades gramaticais marcadas por frases isoladas ou se sairiam melhor na abordagem realizada por meio dos gêneros textuais (tirinha e letra de música).

No entanto, entende-se que a questão 4 deixa de limitar-se a um exercício puramente mecânico porque promove reflexão acerca das variedades da língua, ou seja, para responder, o aluno reconhece a existência de uma variedade padrão e de outra diversa da padrão. Ele reflete sobre o seu aprendizado, relacionando-o à questão. Necessita, no caso, utilizar seu conhecimento e aprendizagem acerca da regência padrão, aquele que foi ensinada na escola.

De acordo com essa perspectiva, essa questão é tão importante quanto as primeiras, já que por meio dela é possível, também, verificar a assimilação dos alunos no que concerne à regência padrão. Analisa-se, a partir de agora, os resultados dos itens pertencentes à referida questão.

Buscando descobrir o conhecimento dos alunos acerca da regência do verbo *ir*, a primeira oração dada foi '*vou no centro da cidade hoje à tarde.*'. Foi solicitado que eles fizessem a correção, considerando a variedade padrão. Sendo a resposta esperada "*vou ao centro da cidade hoje à tarde*", a maioria, qual seja, 8 alunos, correspondente a 88,88%, acertou.

Apenas um aluno (11,11%), o aluno 7, errou não apenas esse, mas todos os itens referentes a questão 4, pois limitou-se a colocar em suas respostas as palavras "*coloquia*" ou "*padrão*".

Dando seguimento à análise dos resultados da questão quatro, através da segunda oração '*nós assistimos o jogo decisivo do campeonato brasileiro*', buscou-se verificar o domínio da variedade padrão do verbo *assistir*. A maioria – 5 alunos, correspondente a 55,55% - demonstrou conhecer a regência padrão desse verbo, já que fizeram a correção adequada. 1 aluno (11,11%) não respondeu, enquanto 3 erraram (33,33%).

Esse resultado foi superior ao atingido na questão 1, através da qual também se buscou avaliar os conhecimentos dos alunos com relação à regência de *assistir*, por meio do gênero tirinha.

Na questão 1 apenas 2 alunos (22,22%) acertaram a regência padrão, ao passo que na questão 4 o acerto foi de 55,55%, correspondente a 5 alunos.

Tal fato pode ser explicado em virtude do fato de que na questão 1 ter sido feito o questionamento por meio da tirinha, e não de forma direta, como no item *b)* da questão 4. É como se por meio de questões diretas o aluno sentisse mais facilidade de perceber e aplicar aquilo que aprendeu.

Isso demonstra como o ensino de gramática, ao longo do tempo, tem se mostrado automático, repetitivo, com o uso de frases isoladas e descontextualizadas. Os alunos, nesse sentido, se sentem familiarizados com esse tipo de questão, que exigem menor grau de intelecção e percepção por parte deles: eles leem menos e dão a resposta diretamente.

Em verdade, no dia a dia da sala de aula, percebe-se que os alunos em geral apreciam a cópia, a transcrição, pois são exercícios meramente mecânicos, que não exigem deles uma atenção e raciocínio maior. Apreciam também o ensino de gramática. Aula de português, para a maioria, deve ter escrita, em especial de conteúdos gramaticais. Se não for assim, há a sensação, para eles, de que não é aula de língua materna.

No item *c)* da questão quatro, o domínio da regência padrão do verbo *preferir* foi avaliado por meio da oração '*prefiro muito mais cinema do que teatro*'. A maioria, 5 alunos (55,55%) acertou, ao passo que 4 alunos (44,44%) erraram.

No item *d)* da questão quatro, o conhecimento da regência padrão do verbo *obedecer* foi aferido através da oração '*obedeça o seu pai*'. Oito alunos (88,88%) corrigiram adequadamente a questão.

Como dito anteriormente, apenas um aluno (11,11%), o aluno 7, errou não apenas esse, mas todos os itens referentes a questão 4, pois limitou-se a colocar em suas respostas as palavras "*coloquia*" ou "*padrão*".

No item *e)* da questão quatro, a oração dada foi '*aos domingos meu pai vai no Nogueirão*.' com o objetivo de verificar o aprendizado da regência do verbo *ir*. A maioria, 7 alunos, correspondente a 77,77%, acertou. 1 aluno

(11,11%) não respondeu. 1 aluno (11,11%), o aluno 7, errou todos os itens relativos a questão quatro.

No item *f*) da questão quatro, a oração dada foi '*Maria namora com João.*' Esse item também foi objeto de acerto pela maioria (7 alunos, correspondente a 77,77%). Nesse item, 1 aluno (11,11%) não respondeu. 1 aluno (11,11%), o aluno 7, errou todos os itens relativos a questão quatro.

No item *g*) da questão quatro, dada a oração '*eu lembro de você*' e tendo sido pedido aos alunos que a corrigissem de acordo com a variedade padrão do verbo *lembrar*, 6 alunos (66,66%) acertaram, enquanto 1 (11,11%) não respondeu e 2 (22,22%) erraram.

Confrontou-se o resultado desse item com a questão 2 – que também versou sobre a regência padrão do verbo *lembrar* – em que ninguém respondeu satisfatoriamente, tendo a pesquisadora consideradas erradas todas as respostas por esse motivo.

Como explicar, mais uma vez, o mesmo verbo ter sido objeto de 6 acertos em uma questão e em outra nenhum?

Percebe-se, mais uma vez, a dificuldade dos alunos diante de enunciados que não abordam diretamente o conteúdo gramatical. Isso explica o fato de todos terem errado a correção do verbo na tirinha e grande parte ter acertado na questão quatro.

Comparando o item *g*) da questão quatro, "*eu lembro de você*", com o contido na tirinha, "*eles nunca lembram de uma data importante*", percebe-se não haver diferença quanto ao ambiente do verbo: o tempo verbal é o mesmo, embora as pessoas gramaticais sejam diferentes – *eu* e *eles*. Não seria, portanto, uma justificativa para a diferença nos resultados obtidos.

É possível, sim, atribuir a diferença no resultado relacionando-o ao tamanho da oração: enquanto na menor os alunos acertaram a regência padrão, na maior sentiram mais dificuldade.

Como supramencionado, há possibilidade, também, que os alunos sintam mais facilidade em responder a questões que abordem diretamente o conteúdo gramatical. Confrontando-se o resultado obtido nos itens *b*), *f*) e *g*) da questão quatro com as questões 1, 2 e 3 (nas quais se utilizaram tirinhas e letras de música) percebe-se maior facilidade dos alunos em responderem questões diretas, automáticas, de cunho estritamente gramatical.

Vê-se, por meio das tabelas abaixo, que o número de acertos nas questões diretas é maior em relação à abordagem realizada por meio dos gêneros textuais:

VERBO ASSISTIR	
Tirinha	Questão direta
20%	60%

Fonte: professora pesquisadora

VERBO LEMBRAR	
Tirinha	Questão direta
Não houve acertos	80%

Fonte: professora pesquisadora

VERBO NAMORAR	
Letra de música	Questão direta
60%	70%

Fonte: professora pesquisadora

Percebe-se, pelo exposto, a existência de diferença nos resultados obtidos por meio dos gêneros textuais tirinhas e letra de música e daqueles obtidos por meio de questões diretas.

Tal fato denota uma realidade do contexto escolar: os alunos estão habituados a lidarem com questões nas quais se trabalha a frase isoladamente. Talvez sintam mais segurança e facilidade, também pelo fato de o próprio professor ministrar suas aulas desconsiderando os gêneros textuais, utilizando, na maioria das vezes, somente frases isoladas.

Essa é realmente uma questão merecedora de reflexão no que concerne ao ensino de gramática, que de modo geral continua atrelado ao tradicional. Como Perfeito (p. 827) pontua, o ensino tradicional

(...) focaliza o estudo dos fatos linguísticos por intermédio de exercícios estruturais morfossintáticos, na busca da internalização inconsciente de hábitos linguísticos, próprios da norma culta. Isto é revelado, por exemplo, em livros didáticos ou em apostilas, que apresentam exercícios mecânicos tais como: atividades de seguir modelo(s), de múltipla escolha e/ou de completar lacunas.

De acordo com a autora, o objetivo das questões mecânicas é que os alunos passem a utilizar os recursos da norma padrão por meio da repetição de exercícios, até que em algum momento, na mente deles, aquele conteúdo seja fixado. Os discentes estão, portanto, condicionados, habituados a essa modalidade de exercício, sentindo, portanto, mais facilidade.

Entende-se que a questão quatro, como posta no questionário de verificação de aprendizado, com o objetivo de correção considerando a linguagem padrão, não se enquadra na categoria de exercícios meramente mecânicos, tais como seguir o modelo ou completar lacunas, pois para o aluno fazer a correção ele precisa refletir sobre a resposta que dará, ponderar sobre as diferentes variedades as quais teve acesso para, então, responder. Promove, em certa medida, reflexão linguística.

Continuando a análise do resultado do último item da questão quatro, a oração dada foi '*o governo paga mal os professores*', com o intuito de verificar a aprendizagem da regência padrão do verbo *pagar*. 6 alunos (66,66%) acertaram a questão, enquanto 3 (33,33%) erraram.

Analisando o resultado da questão quatro em uma perspectiva mais ampla, ele mostra que, de modo geral, os alunos responderam a ela satisfatoriamente.

Em outras palavras, considerando o número de acertos em seus itens, entende-se que o resultado foi positivo, ou seja, houve aprendizado, pela maioria dos alunos, acerca da regência padrão dos verbos estudados.

4.4 O QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO COMPARADO AO QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZADO

Um dos pontos a se esclarecer antes de iniciar a comparação de resultados é que 11 alunos responderam ao questionário diagnóstico, enquanto apenas 9 responderam ao questionário de verificação de aprendizado.

Esse número foi reduzido porque um dos alunos precisou mudar de turno (ou seja, passar do vespertino para o noturno, pelo fato de ter conseguido um emprego), e outro simplesmente deixou de frequentar. Essa, aliás, é uma característica marcante das turmas de EJA: o alto índice de evasão.

Passando-se à comparação de resultados, antes da intervenção, ou seja, no questionário diagnóstico, verificou-se que o verbo com maior percentual de marcação, ou seja, que os alunos intuíram que estava em desacordo com a gramática tradicional foi *namorar*. Na construção apresentada, como visto, ele realmente não seguiu o prescrito pela variedade padrão da língua.

Constatou-se que, na verificação do aprendizado, tanto na letra de música como na questão direta a maioria dos alunos acertou. Em outras palavras, eles tanto intuíram corretamente em relação ao verbo *namorar*, como também souberam adequar, quando solicitado, a regência desse verbo à variedade padrão.

Destaque-se que o verbo *lembrar* não teve nenhuma marcação dos alunos, o que denota que, para eles, não havia erro na construção, embora o exemplo dado não seguisse as recomendações da regência tradicional.

Já no questionário de verificação de aprendizado, a pesquisadora considerou, na questão 2, que nenhum dos alunos correspondeu à expectativa de resposta, ou seja, não fizeram a correção esperada do verbo *lembrar*.

A comparação dos resultados mostra que tanto antes da intervenção como depois os alunos não reconheceram a regência contemporânea desse verbo como problemática, ainda que tenha sido apresentada a eles a regência padrão desse verbo.

O mais interessante é notar que o resultado inferior está restrito à tirinha, ou seja, quando o verbo *lembrar* foi abordado por meio de questão direta (ver item *g*) da questão 4), a maioria dos alunos fez a correção para a variedade padrão. Apesar desse resultado, considera-se o verbo problemático do ponto de vista regencial.

Um dado importante obtido a partir da intervenção, portanto, foi de que, para os alunos objeto da investigação, *namorar* foi considerado o verbo que apresentou menor dificuldade, ao passo que o verbo *lembrar* apresentou maior dificuldade.

Outro dado interessante diz respeito ao verbo *assistir*. Comparando o resultado obtido com o questionário de verificação de aprendizado, nota-se que enquanto na tirinha o percentual de acerto foi baixo (22,22%), na questão direta o número de acertos foi maior (55,55%).

Percebe-se, com dito anteriormente, que os alunos sentiram mais dificuldade com a abordagem feita por meio do gênero textual tirinha que por meio da questão direta. Para fins de comparação, no entanto, será utilizado o resultado obtido com a questão direta pelo fato de no questionário diagnóstico ter sido também utilizada uma questão direta, ainda que de marcar.

No quadro abaixo, visualiza-se o comparativo entre os questionários e os verbos que apresentaram resultados mais satisfatórios:

Quadro Comparativo de questionários

Diagnóstico (11 alunos)	Verificação de aprendizado (9 alunos)
Namorar – 8 acertos	Obedecer – 8 acertos
Assistir – 6 acertos	Ir – 8 acertos
Desobedecer – 4 acertos	Namorar – 7 acertos

Fonte: professora pesquisadora

Os verbos que tiveram o menor índice de acertos, comparando os dois questionários, foram:

Quadro Comparativo de questionários

Diagnóstico (11 alunos)	Verificação de aprendizado (9 alunos)
Ir – 3 marcações	Lembrar - 6 acertos
Aplaudir – 3 marcações (não apresentava problemas de regência)	Pagar – 6 acertos
Pensar – 3 marcações (não apresentava problemas de regência)	Assistir – 5 acertos
Sonhar – 1 marcação (não apresentava problema de regência)	Preferir – 5 acertos

Fonte: professora pesquisadora

Percebe-se que, no questionário diagnóstico, os verbos que tiveram menor número de marcações foram realmente os verbos que não tinham qualquer problema de regência nos exemplos dados: *aplaudir*, *pensar* e *sonhar*. *Ir* foi uma exceção, talvez explicada pelo fato de os alunos terem tanta familiaridade com a construção apresentada do verbo *ir*, “*vou no banheiro*”, que não perceberam nela qualquer irregularidade.

No questionário de verificação de aprendizado, por sua vez, os verbos que apresentaram o menor número de acertos, ou seja, de correções, foram *lembrar*, *pagar*, *assistir* e *preferir*. Ainda assim, percebe-se a evolução: no questionário diagnóstico, *lembrar* não teve nenhuma marcação, ou seja, eles não perceberam problema na regência do verbo, ao passo que na verificação do aprendizado 6 alunos dos 9 perceberam que o item não obedecia à regência padrão.

Em relação ao verbo *pagar*, enquanto no diagnóstico 4 alunos marcaram como errada considerando a variedade padrão, na verificação de aprendizado 6 deles fizeram a correção esperada.

No concernente ao verbo *preferir*, enquanto no diagnóstico 4 alunos marcaram como errada considerando a variedade padrão, na verificação de aprendizado 5 deles fizeram a correção esperada.

Além disso, enquanto no questionário diagnóstico 6 alunos (54,54%) marcaram a regência do verbo *assistir* como errada, considerando a variedade padrão, - e realmente estava -, no questionário de verificação de aprendizado (questão direta) 5 alunos (55,55%) acertaram, ou seja, fizeram a correção do verbo conforme solicitado. Relembre-se que o número de alunos que responderam ao último questionário foram 9, enquanto no primeiro foram 11, então proporcionalmente houve avanço na aprendizagem, conforme se observa no quadro abaixo.

Quadro Comparativo de questionários

Verbo	Diagnóstico (11 alunos)	Aprendizado (9 alunos)
Lembrar	-	6 acertos
Pagar	4	6 acertos
Preferir	4	5 acertos
Assistir	6	5 acertos

Fonte: professora pesquisadora

Percebe-se, com isso, a evolução promovida no que tange ao domínio da regência padrão dos verbos estudados após a intervenção.

Verifica-se, por fim, que os verbos mais marcados pelos alunos no questionário diagnóstico realmente tinham problemas na regência, considerando a variedade padrão, enquanto os verbos menos marcados não apresentavam qualquer problema na regência. Isso mostra o quanto a gramática internalizada dos alunos é eficiente: eles podem não ter o conhecimento teórico, mas são conhecedores das regularidades e do funcionamento da mesma.

4.5 OS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO

Percebeu-se, pelos resultados da intervenção, terem os alunos maior facilidade de entender e responder a questões nas quais o conteúdo gramatical é abordado de forma direta e objetiva, tal como o exercício proposto da questão quatro, no qual ele deveria adequar a oração dada à variedade padrão. Noutro falar, os discentes sentiram mais facilidade em responder a questões diretas do que em responder exercícios realizados por meio dos gêneros textuais tirinha e letra de música.

Isso pode ser comprovado pelo resultado relativo ao verbo *assistir* obtido com o questionário de verificação de aprendizado: notou-se que, enquanto na tirinha o percentual de acerto foi baixo (22,22%), na questão direta o número de acertos foi maior (55,55%), e se tratava exatamente do mesmo verbo.

Talvez isso decorra do fato de não terem sido expostos, ao longo de sua trajetória escolar, a exercícios mais contextualizados e relacionados a algum gênero textual.

Outro dado importante obtido a partir da intervenção foi de que, para os alunos objeto da investigação, *namorar* foi considerado o verbo que apresentou menor dificuldade, ao passo que o verbo *lembrar* apresentou maior dificuldade.

A partir do quadro abaixo é possível visualizar os avanços na aprendizagem da regência padrão dos verbos estudados:

Quadro 3: Avanço na aprendizagem da regência padrão

Verbo	Diagnóstico (11 alunos)	Aprendizado (9 alunos)
Lembrar	-	6 acertos
Pagar	4	6 acertos
Preferir	4	5 acertos
Assistir	6	5 acertos
Obedecer/Desobedecer	4	8 acertos
Namorar	8	7 acertos
Ir	3	8 acertos

É preciso considerar que no questionário diagnóstico haviam 11 alunos, e no questionário de verificação de aprendizado 9 alunos. Houve, portanto, avanço real na aprendizagem.

Outro fato perceptível a partir do resultado da intervenção é que os alunos percebem a existência da variedade, que há diferenças linguísticas, mas quando se deparam com essas diferenças na prática tacham de erradas, e não de diferentes.

Percebe-se, com isso, que enquanto há “desvios” tolerados por eles, há outros que são prontamente tachados de “errados”, como é o caso de *bicicreta*.

Assim sendo, para os alunos tacharem de “erro”, a irregularidade precisa ser evidente, manifesta e, por que não dizer, grosseira. O que lhes é familiar, ainda que em desacordo com a variedade padrão, não é reconhecido por eles como falha, não percebem defeito algum.

Notou-se também que, enquanto uns associam a linguagem coloquial a uma forma errada, de menor valor, outros reconhecem que ela é simplesmente a linguagem comum, cotidiana.

Em consequência, relacionam também a variedade padrão a uma linguagem difícil, distante, por vezes, de sua realidade: seria uma linguagem a ser utilizada em situações pontuais, determinadas.

Esse entendimento não está totalmente errado: há situações em que se deve, sim, fazer uso da variedade padrão, por questão de adequação. Um dos desafios do professor de língua materna é desconstruir a percepção de que a linguagem coloquial tem menos valor e a única detentora de prestígio é a variedade padrão.

Embora se saiba que grande parte dos falantes da língua só terá acesso a variedade padrão da língua na escola, que é na escola que eles conhecerão as prescrições da norma culta, sendo por meio de seu domínio e conhecimento que os alunos serão avaliados em concursos e exames, o professor não pode se limitar a ensinar a modalidade padrão da língua.

O professor, deve, sim, apresentar as variedades existentes e habilitar o aluno a realizar as escolhas que julgar mais adequadas, por meio da reflexão linguística, de modo que atende as suas necessidades, sejam elas pessoais ou sociais.

A escola precisa, ante esse contexto, continuar exercendo o papel de difusora do conhecimento exigido pela sociedade. Se há justiça ou injustiça nesse fato, concordando ou discordando dele, é indispensável preparar os alunos para aquilo que eles serão cobrados.

Apresentar a norma culta/padrão integra esse preparo. Como ensina Faraco (2011, p. 261), ainda que a norma culta não seja considerada superior às demais normas – é apenas mais uma –, “seu prestígio é de natureza puramente sociocultural e é esse prestígio que justifica seu ensino.”

Professores de língua materna não estão autorizados a reproduzir em sala de aula o que acontece no meio social: guardiões da “boa linguagem” humilhando, desqualificando e excluindo pessoas em virtude do seu uso da língua, praticando a violência simbólica dita por Bourdieu.

Professores de língua materna devem, sim, promover uma pedagogia linguística que busque não substituir as variedades não padrão, mas

conscientizar o aluno da necessidade de ajustá-las ao uso real, podendo ele dispor de uma ou de outra variedade.

Não se trata, portanto, de sobrepor um ensino ao outro, já que muitos consideram que o ensino com uma vertente linguística e sociolinguística abandona totalmente o ensino da norma padrão/culta. Trata-se, sobretudo, de buscar conciliá-los, de apresentar as alternativas quanto ao uso de uma ou de outra variedade.

Como pontuam Mussalim e Bentes (2001, p. 72),

As variedades são alternativas e podem conviver harmoniosamente na sala de aula, cabendo ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para perceber as diferenças de valor social entre elas e, depois, saber tirar vantagem dessa habilidade, selecionando a mais adequada conforme as exigências das circunstâncias do intercurso verbal.

No tocante ao ensino de regência verbal, Pereira, Lima e Assis (2014, p. 215) asseguram:

Em sala de aula, é de grande relevância que o professor, ao trabalhar com regência verbal, explore não só as regras apontadas pela gramática normativa, mas parta das situações de uso e explique aos alunos por que, mesmo com a existência das regras destinadas à regência de verbos, algumas pessoas acabam por não usá-las em suas produções textuais.

As autoras ressaltam justamente o que foi feito nesta intervenção em relação à regência dos verbos estudados: que alguns falantes podem não utilizar a regência não padrão por desconhecer a padrão ou, ainda, não por desconhecer, mas por não ser necessário, no momento de sua fala ou de sua escrita, utilizá-la.

Foi demonstrado também, na intervenção, que a língua muda com o tempo, que é dinâmica, e isso favorece a mudança na regência de alguns verbos. Além disso, pelos dados obtidos, percebeu-se a evolução promovida no que tange ao domínio da regência padrão dos verbos estudados após a intervenção.

Imperioso destacar também que a intervenção não focou apenas o aspecto gramatical da regência verbal, mas também o uso real, contemporâneo, dos verbos estudados, contribuindo, dessa forma, para diminuir a distância entre as variedades padrão e não padrão e atenuar o preconceito linguístico.

Pretendeu-se, com isso, tornar o ensino de gramática menos enfadonho e mais próximo da realidade dos alunos, enfatizando também o aspecto social da língua, e não apenas o gramatical, porque entende-se que a gramática deve estar a serviço do usuário da língua, e não o contrário. Ela deve prestar-se a favorecer a compreensão linguística e seu estudo, portanto, deve ser interessante e significativo.

Entende-se, por fim, que uma das principais contribuições da inserção de uma reflexão sociolinguística ao ensino de Língua Portuguesa é não tachar de errada a variedade linguística diferente da padrão e sim favorecer a reflexão crítica dos alunos acerca de todas as variedades.

Os alunos, tendo a sua linguagem, qualquer que seja ela, aceita e reconhecida na escola, terão, enfim, a oportunidade de estar inseridos em um ambiente efetivamente propício à aprendizagem e ao autêntico desenvolvimento de sua competência comunicativa.

4.6 A PÓS-INTERVENÇÃO

O resultado da intervenção, de modo geral, não foi totalmente satisfatório, tendo em vista que nem todos os alunos alcançaram o nível esperado de aprendizagem. É necessário que se realize, portanto, uma pós-intervenção.

Um dos principais problemas verificados foi o fato de os alunos sentirem mais dificuldade nos exercícios realizados por meio dos gêneros textuais tirinha e letra de música que por meio de questões diretas.

Com base nisso, pensou-se em ampliar o enfoque dado à regência verbal utilizando aos mais diversos gêneros textuais. Entende-se, por essa perspectiva, ser importante mostrar o uso das regências tradicionais em textos

mais monitorados, como reportagens, artigos de opinião e entrevistas, gêneros frequentemente presentes nas atividades escolares.

É interessante também mostrar o uso das regências contemporâneas, tanto em textos mais monitorados como nos menos monitorados.

Bagno (2013, p. 209) orienta que “as regências tradicionais devem ser explicadas à medida que aparecerem nos textos autênticos lidos e trabalhados em sala de aula”.

Assim sendo, como forma de reforçar o que foi ensinado aos alunos acerca da regência verbal, é interessante abordar o assunto nos textos efetivamente utilizados em sala de aula, por meio de um trabalho sistemático e contínuo.

Para tanto, elaborou-se o seguinte quadro:

Metodologia Pós-intervenção

ATIVIDADE	DATA	QUANTIDADE DE AULAS
Gênero reportagem	03/2018	5
Gênero entrevista	04/2018	5
Conversa do <i>whatsapp</i>	05/2018	5
Artigo de opinião	06/2018	5

Fonte: professora pesquisadora

Ressalte-se que os gêneros textuais contidos no quadro não serão abordados apenas quanto ao aspecto gramatical, da regência verbal. O debate sobre a regência dos verbos que surgirem no decorrer da aula – com o devido planejamento do professor – será consequência do estudo do gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a sociolinguística em sala de aula é desafiador na medida em que aborda a língua e a linguagem a partir da desconstrução de conceitos e definições tradicionalistas, que por vezes tentam promover a exclusão linguística.

Desenvolver tal trabalho desempenha um papel de extrema relevância porque modifica a percepção que os alunos têm da língua, da linguagem e do estudo de língua materna, que deixa, nessa perspectiva, de restringir-se a aspectos meramente gramaticais.

Com efeito, a gramática em sala de aula apresenta-se, muitas vezes, desvinculada dos usos reais da língua, tanto em sua forma falada como a escrita. Uma gramática que se presta apenas a enumerar e classificar palavras e realizar exercícios morfológicos e sintáticos descontextualizados e, portanto, sem sentido.

A gramática tradicional, também, ocupa-se fortemente de tachar as construções de simplesmente “certo” ou “errado”, esquecendo-se de considerar, por exemplo, fatores textuais e discursivos. Ocupa-se mais da correção que da promoção da reflexão, e essa não condiz com a concepção sociolinguística.

Foi visto que houve avanço na aprendizagem dos alunos no que diz respeito à regência padrão dos verbos estudados, considerando que é papel da escola ensinar essa variedade sem desprezar as demais.

Outro fato perceptível a partir do resultado da intervenção é que os alunos percebem a existência da variedade, que há diferenças linguísticas, mas quando se deparam com essas diferenças na prática tacham de erradas, e não de diferentes.

Percebe-se, com isso, que enquanto há “desvios” tolerados por eles, há outros que são prontamente tachados de “errados”.

Outro dado importante obtido a partir da intervenção foi de que, para os alunos objeto da investigação, *namorar* foi considerado o verbo que apresentou menor dificuldade, ao passo que o verbo *lembrar* apresentou maior dificuldade.

O objetivo desta pesquisa, qual seja, intervir na sala de aula da EJA a fim de proporcionar uma visão variacionista da língua a partir da abordagem da regência verbal foi não apenas atingido, como também mostra ser viável o ensino pautado na sociolinguística, devidamente amparado por estudo, planejamento e responsabilidade, sempre com o objetivo de promover a evolução da aprendizagem e, conseqüentemente, a ampliação da competência comunicativa dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

_____. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Gramática de bolso do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna** – a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; OLIVEIRA, Tatiana de. **Corrigir ou não variantes não padrão na fala do aluno?** In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro (orgs.) Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito. São Paulo: Parábola, 2013.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização linguística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática: texto, reflexão e uso**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2012.

Dicionário HOUAISS Conciso. São Paulo: Moderna, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **O Brasil entre a norma culta e a norma curta**. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos [orgs.]. Políticas da norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. São Paulo: Ática, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARQUEZINI, Viviane Santana (2007). **Regência verbal: reflexões sobre teoria e prática**. Rio de Janeiro: UERJ. Edição Acadêmica. Dissertação de Mestrado em Letras (subárea: língua portuguesa) orientada pelo Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos de português**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011

_____. **Que gramática estudar na escola?** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004

PASQUALE, Cipro Neto; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2002.

PEREIRA, Ana Dilma de Almeida; SILVA, Claudia Heloisa Schmeiske da; ASSIS, Marli Vieira Lins de. **Regência verbal** In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris... [et al.] Por que a escola não ensina gramática assim? São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PERFEITO, Alba Maria. **Concepções de linguagem e análise linguística: diagnóstico para propostas de intervenção**. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em <https://docslide.com.br/documents/74-alba-maria-perfeito.html>. Acesso em 07 de novembro de 2017

PERINI, Mário A. **Para uma nova gramática do português**. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

_____. **Língua na mídia.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Gramática: nunca mais – o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática completa: teoria e prática.** 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SILVA, José Otacílio da. **Bourdieu** in: Estudos do discurso: perspectivas teóricas. Organização Luciano Amaral Oliveira. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SQUARISI, Dad. **Os sete pecados da regência verbal.** Disponível em http://blogs.correiobraziliense.com.br/dad/os_sete_pecados_da_regencia_verbal/. Acesso em 10 de outubro de 2017. Publicado em 29/01/2011

VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (orgs.). **Ensino de gramática – descrição e uso.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

Apêndice

Questionário Diagnóstico

1. Você considera que todos os falantes no Brasil falam da mesma forma? Explique.
2. Para você, a forma como pessoas do sul ou sudeste do Brasil falam é mais correto que sua forma de falar?
3. Imagine que você tem um primo que more distante da cidade, na zona rural. Se ele diz: “vim comprar mi pras galinha”, você diria que ele está falando certo ou errado? Justifique.
4. Para você, o que é falar e escrever bem?
5. Para você, o que é falar e escrever certo?
6. Assinale as frases que você considera erradas, de acordo com a gramática tradicional
 - a) Eu namoro com Paula.
 - b) Os alunos aplaudiram o espetáculo.
 - c) Maria pensa em João
 - d) Vou no banheiro.
 - e) Assisti o filme ontem.
 - f) Quero sonhar com você.
 - g) Não desobedeça o seu pai.
 - h) Eu lembro de você.
 - i) Já pagamos o dentista.
 - j) Prefiro muito mais sair do que ficar em casa.
 - k) As pessoas precisam de lazer

Questionário Verificação de aprendizado

1. Leia a tirinha abaixo:



a) Considerando a regência do verbo assistir, você diria que a fala do garoto está de acordo com a variedade padrão? Explique.

2. Leia:



a) De acordo com a regência do verbo lembrar, você diria que os personagens obedeceram ao que prescreve a variedade padrão? Explique.

3. Observe a letra da música Coração de papelão, da Turma do Balão Mágico.

Coração de Papelão - A Turma do Balão Mágico

Recortei a luz da lua
e colei num papelão

escrevi assim "sou sua"
e te fiz um coração

Encontrei você na rua
você nem deu atenção
eu não sei qual é a sua
coração de papelão

Então chorei (chorei)
e até pensei (pensei):
amor assim, pra quê?
Meu bem, não sei (não sei)
Fingi que nem te olhei

Sempre quis (sempre quis)
namorar (namorar)
com você!

(Meu amor, sempre quis namorar com você)

Se essa rua fosse minha,
eu mandava ladrilhar
com o brilho dos seus olhos
só pro meu amor passar.

a) Considere o trecho "Sempre quis namorar com você". A regência do verbo namorar, de acordo com a gramática tradicional, está correta ou incorreta?

4. Corrija as orações abaixo de acordo com a variedade padrão da regência verbal.

- a) Vou no centro da cidade hoje à tarde.
- b) Nós assistimos o jogo decisivo do campeonato brasileiro.
- c) Prefiro muito mais cinema do que teatro.
- d) Obedeça o seu pai.
- e) Aos domingos meu pai vai no Nogueirão.
- f) Maria namora com João
- g) Eu lembro de você.
- h) O governo paga mal os professores.